

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-graduação em Psicologia

ACESSIBILIDADE AOS ESPAÇOS URBANOS: UMA DIMENSÃO PSICOLÓGICA

Rosineide Gomes de Araújo

Natal
2002

Rosineide Gomes de Araújo

ACESSIBILIDADE AOS ESPAÇOS URBANOS: UMA DIMENSÃO PSICOLÓGICA

Dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. José Queiroz Pinheiro e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Natal
2002

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-graduação em Psicologia

A dissertação “Acessibilidade aos espaços urbanos: uma dimensão psicológica”, elaborada por “Rosineide Gomes de Araújo”, foi considerada aprovada por todos os membros da banca Examinadora e aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM PSICOLOGIA.

Natal, RN, ___ de _____ de 2002.

BANCA EXAMINADORA

Isolda Araújo Günter

José Queiroz Pinheiro

Sônia Maria Marques

“A diferença entre uma coisa e a mesma
coisa é a forma como cada um olha para ela”.

(comercial de TV sobre educação, 2000)

Aos meus pais, que já atingiram a terceira idade, sem os quais não teria chegado até aqui.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. José Q. Pinheiro, pela orientação, dedicação e disponibilidade.

À Márcia Monteiro e Carolina Azevedo pela ajuda.

À Andreia, Bernadete e Vinícius pelo apoio e pela amizade.

À Gleice Elali, pelas contribuições.

À Secretaria Municipal de Saúde, pela liberação com ônus para realizar este trabalho e, em especial ao Núcleo de Engenharia e o Núcleo de Geoprocessamento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, pelas condições oferecidas.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

A Deus por ter colocado ao longo do caminho amigos, parentes e profissionais tão especiais.

Sumário

Lista de Figuras	viii
Lista de Tabelas	ix
Resumo	x
Abstract	xi
1. Introdução	1
1.1. Trajetória pessoal	1
1.2. Justificativas gerais	4
2. Acessibilidade: o concreto e o simbólico nos/dos espaços urbanos	8
2.1. A relação pessoa-ambiente e a Psicologia Ambiental	8
2.2. Acessibilidade e mobilidade: especificando conceitos	11
2.3. Acessibilidade “psicológica”	17
3. Acessibilidade em Natal: uma investigação com a terceira idade	24
3.1. O idoso e seu papel social	24
3.2. Natal: história e características	36
3.3. Acessibilidade psicológica e terceira idade em Natal	43
4. Método	46
4.1. Participantes	46
4.2. Aparato	46
4.3. Procedimentos	50
5. Resultados e discussão	53
5.1. Características gerais dos participantes	53
5.2. Os idosos do Alecrim	56
5.3. Os idosos das Rocas	66

5.4. Uma cidade psicologicamente acessível?	74
6. Considerações Finais	83
7. Referências bibliográficas	89
Apêndice	97
Anexos	106

Lista de figuras

Figura	Página
1. Localização dos bairros estudados	47
2. Limites do bairro do Alecrim, segundo os homens	58
3. Limites do bairro do Alecrim, segundo as mulheres	59
4. Local de residência x local mais freqüentado pelos homens do Alecrim	61
5. Local de residência x local mais freqüentado pelas mulheres do Alecrim	62
6. Limites do bairro das Rocas, segundo os homens	69
7. Limites do bairro das Rocas, segundo as mulheres	70
8. Local de residência x local mais freqüentado pelos homens das Rocas	71
9. Local de residência x local mais freqüentado pelas mulheres das Rocas	72
10. Reconhecimento da cidade por moradores de Rocas e Alecrim	75
11. Reconhecimento da cidade por homens e mulheres	77

Lista de tabelas

Tabela	Página
1. Os conceitos de mobilidade e acessibilidade e suas dimensões	17
2. Perfil sócio-econômico dos entrevistados	54
3. Reconhecimento de fotos do bairro do Alecrim	57
4. Reconhecimento de fotos do bairro das Rocas	66

Resumo

A discussão acerca da acessibilidade aos espaços urbanos ultrapassa os limites físicos normalmente abrangidos pelos conhecimentos técnicos de arquitetos e engenheiros, pois é necessário que as pessoas saibam que podem chegar a esses locais e usá-los. Os idosos, uma parcela da população que está aumentando mundialmente, fazem parte do grupo de usuários que podem apresentar dificuldades para a utilização dos espaços. Esta investigação documenta e analisa como as pessoas idosas percebem a acessibilidade da sua cidade. O estudo foi realizado em dois bairros da zona leste de Natal/RN, Alecrim e Rocas, de grande concentração de idosos. Em cada bairro, foram entrevistados 12 idosos (seis homens e seis mulheres), na faixa etária de 60 anos e acima. A estratégia multi-métodos empregada, coerente com o caráter interdisciplinar da área, envolveu entrevista semi-estruturada, que incluiu elaboração de desenhos, manipulação de mapas e reconhecimento de fotografias. A avaliação do que se designou acessibilidade “psicológica” levou em conta o papel dos aspectos físicos e simbólicos do espaço urbano, bem como a inserção social, espacial e histórica daqueles bairros na determinação desse processo. Com relação ao gênero, os homens se mostraram mais convencionais e as mulheres mais detalhistas, estas apresentando uma maior facilidade em assumir o papel do outro sexo. Em geral, os idosos se identificaram mais com o próprio bairro do que com a cidade. Para eles era possível imaginar o futuro da cidade e do bairro, mas sem incluir a presença deles próprios, principalmente no caso dos mais velhos, um dos fatos que evidencia a dissociação entre pessoa e ambiente, preocupação central ao se considerar uma perspectiva de sustentabilidade urbana.

Palavras-chave: acessibilidade, cognição ambiental, identidade urbana, velhice, Natal.

Abstract

The discussion about accessibility should go beyond the physical aspects normally touched upon by the technical knowledge of engineers and architects. It is necessary to assure that people know they can reach and use such places. The elderly, a segment of the human population that is increasing in several countries lately, are part of city users that may have difficulties to access urban spaces. This study documented and analyzed the way older people perceive the accessibility of their home city. It investigated two districts, Alecrim and Rocas, of the East side of Natal, an area of great concentration of elderly. For each district 12 persons were interviewed; six males, six females, and 60 years of age was the minimum accepted. The multi-method strategy comprised semi-structured interviews, which included recognition of photographs, drawings, and map handling, in accordance with the interdisciplinary nature of the study. The evaluation of what was called "psychological accessibility" took into consideration physical and symbolic aspects of urban spaces, as well as the social, spatial and historical insertion of the districts, as determinants of the above mentioned process. Gender of the participants also showed a relevant effect. Men exhibited a more conventional overall performance, while women demonstrated concern for the details, besides being much more capable of putting themselves in the other gender's shoes. In general, the elderly seemed to present stronger identification with their own districts than in relation to the whole city. When asked about the future of their home place, several participants, particularly the oldest ones, said they could see the future of their physical surroundings, but not theirs own, in one of the evidences of dissociation between persons and their environments, raising serious concerns about urban sustainability.

Keywords: accessibility, environmental cognition, urban identity, elderly, Natal.

1. Introdução

1.1. Trajetória pessoal

A escolha pela temática da acessibilidade urbana não se deu por acaso, possui relação direta com a minha trajetória acadêmica e as descobertas realizadas ao longo desse tempo.

A minha motivação para este estudo teve origem ainda durante o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, em Natal - RN. À medida que se aproximava a ocasião para a apresentação do trabalho final do curso, meu interesse pela temática urbana aumentava. Paralelamente, fui apresentada à temática da terceira idade e gostei da idéia. A literatura sobre o tema era pouca, mas já havia a preocupação com o envelhecimento populacional e a noção de que os idosos apresentavam características específicas - relacionadas tanto ao acesso físico a edifícios públicos, quanto ao deslocamento nas ruas - e que estas deveriam ser consideradas.

A possibilidade de trabalhar com a escala da cidade, e não somente com o espaço delimitado pelas paredes de um prédio, me impulsionou a desenvolver e apresentar o trabalho final do curso sobre a adaptação do meio urbano aos idosos (Araújo, 1995). Em linhas gerais, o objetivo daquele trabalho foi identificar qual a imagem que o idoso tinha do centro da cidade de Natal, a fim de trabalhar subsídios para uma proposta de intervenção urbanística fundamentada nas expectativas e

necessidades dos idosos (isto é, do subgrupo do conjunto de “usuários”) da zona central daquela cidade.

Os aspectos psicológicos envolvidos no trabalho me impeliram a, anos depois, ingressar no Curso de Especialização em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na área de Psicologia Ambiental. A idéia de continuar estudando o tema da acessibilidade e terceira idade foi reforçada com o exercício de minha profissão. Enquanto funcionária da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Natal, tive a oportunidade de colaborar na elaboração do projeto para adaptação de um prédio, o Centro Integrado de Atenção ao Idoso (CIAI), que teria a função de assistir a essa clientela específica. Assim, fui contagiada pelo espírito de motivação das pessoas que, por assim dizer, abraçavam a causa com amor e dedicação.

Passada essa experiência, a SMS elaborou o programa “Futuro com Saúde”, cujas ações, em parceria com outros órgãos e entidades, estavam voltadas para o atendimento prioritário ao idoso. Pelo envolvimento direto no programa citado, fui convidada a participar como membro do fórum de acessibilidade, em que se discutiam questões da cidade e de projetos em andamento, em parceria com a Prefeitura Municipal de Natal. As sessões do fórum ocorriam na sede da CORDE (Coordenadoria para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência do Rio Grande do Norte), órgão estadual, ligado à Secretaria de Interior, Justiça e Cidadania.

Da mesma forma, participei do I Curso de Formação em Acessibilidade: Urbanismo, Edificação, Transporte e Comunicação, realizado no período de 31 de agosto a 03 de setembro de 1998, promovido pela Prefeitura Municipal de Natal, em parceria com a Universidade Potiguar - UnP - e ministrado pelo professor Dr. José Antonio Juncà Ubierna, da Universidade de Salamanca, Espanha. Nessa ocasião, observei que, sempre que se pensava em acessibilidade, a temática da terceira idade vinha à tona.

Nesse sentido, a minha motivação pessoal e a relevância do tema determinaram o conteúdo do trabalho final apresentado ao Curso de Especialização em Psicologia da UFRN. A monografia intitulada “A mobilidade como fator de saúde na terceira idade” teve por objetivo elaborar um referencial teórico sobre terceira idade e mobilidade, como tentativa de um trabalho interdisciplinar, interligando Arquitetura e Psicologia (Araújo, 1999). Na busca da integração entre as disciplinas, foi preciso optar por um termo que fosse comum a ambas, que as representasse igualmente. Por essa razão, adotou-se o termo “mobilidade” que, em ambos os casos, estava relacionado a deslocamento físico.

Ainda durante aquele curso, as discussões sobre conduta ecológica responsável, despertaram meu interesse pelo estudo do tema da sustentabilidade. Pude entender que os comportamentos das pessoas são determinados por suas crenças, valores e atitudes, e não somente pelo acesso à informação.

Esse aprendizado ficou registrado em minha memória, para ser reativado quando tive a oportunidade de conhecer o projeto “Cidade, Identidade e Sustentabilidade”, elaborado e coordenado por Enric Pol, professor do Departamento de Psicologia Social da Universidade de Barcelona, que o apresentou por ocasião de sua visita a nosso Programa de Pós-Graduação, em 13 de outubro de 1999. Nesse projeto, a atenção se volta para o meio urbano, uma das áreas de atuação do arquiteto, com a qual me identifico bastante desde a graduação, apesar de não ter tido muitas oportunidades de trabalhar nessa escala. Esse projeto tem como meta o estudo da sustentabilidade, considerando que identidade social urbana está diretamente ligada aos comportamentos sustentáveis. Parece bastante plausível acreditar que um futuro sustentável para as cidades se dará mediante um sentimento de pertinência das pessoas à cidade. Contudo, questiono-me se as pessoas privadas de acesso aos espaços podem se identificar com os mesmos e, conseqüentemente, criar vínculos afetivos com os lugares, algo que antecede

a identidade. Em outras palavras, acredito não ser possível que alguém se identifique com algo a que não tenha acesso, não conheça.

Esse pensamento foi reforçado pela idéia, com a qual havia me deparado durante a elaboração da monografia já citada, de que muitas pessoas portadoras de deficiências físicas deixam de sair de casa por saberem que o meio urbano não oferece condições satisfatórias para sua locomoção. Isso ocorre porque elas têm uma certa imagem da cidade, acompanhada pelas facilidades e dificuldades para percorrê-la. Essa imagem, obviamente, não é a imagem real do espaço, mas é a forma percebida e representada mentalmente. Esse “saber que não existem boas condições de deslocamento” levou-me a pensar que a acessibilidade não se limita somente ao aspecto físico, mas sugere também algo imaginado. Nesse sentido, o termo “mobilidade” parece não dar conta do fenômeno, como ocorre com o termo acessibilidade. A acessibilidade, então, refere-se a algo que extrapola o aspecto físico, pois inclui também o que está contido na mente das pessoas. Não representa apenas a qualidade do espaço em permitir o deslocamento, mas a **possibilidade** de se chegar lá - de se pensar nele como meta para uma ação (Lee, 1977: 41).

1.2. Justificativas gerais

Quando se começou a discutir a questão de sustentabilidade se pensava principalmente nos ecossistemas naturais, na preservação da flora e fauna, mas torna-se cada vez mais urgente estudar o *habitat* direto do homem, construído de areia e cal, muito mais complexo e que beira o caos: a cidade. A preocupação com a questão urbana é justificada devido à grande maioria da população mundial viver em cidades e essa concentração populacional resultar em muitos problemas sócio-ambientais como: contaminação do solo, da água e do ar; doenças; violência; desemprego; entre outros.

Muitos dos problemas ambientais que se encontram nas cidades resultam da falta de políticas públicas e de planejamento urbano por parte dos detentores do poder, uma vez que se torna difícil valorizar aspectos éticos e morais. A cidade acaba sendo um brinquedo da especulação financeira e imobiliária (Franco, 2000). As cidades estão cada vez mais degradadas, suas reservas de matas reduzidas, os mananciais de água comprometidos, o solo impermeabilizado, a ventilação prejudicada, as temperaturas cada vez mais altas e com excesso de construções em determinadas áreas; enfim, uma série de fatores que poderiam estar sendo incluídos no planejamento dos espaços urbanos.

Para este estudo, a sustentabilidade estará relacionada às condições de sobrevivência com qualidade, para que haja quantidade, por mais tempo, para todos. A qualidade está relacionada a uma série de aspectos da vida do ser humano como, por exemplo, atender às necessidades básicas para sobreviver, de acordo com um estilo de vida saudável, respeitando as limitações da natureza e preservando a memória dos espaços urbanos. É sabido que os espaços atuais irão sofrer alterações, mas a experiência vivida através deles permanecerá na memória. Será preciso, então, transmitir experiências às gerações futuras pois, dependendo do caminho que a humanidade trilhar, serão apenas fragmentos da história de uma geração que não volta mais, de um tempo que passou. Quando se fala em história, deve-se lembrar que, além das condições socio-econômicas, ambientais e culturais, estão as relações das pessoas com os espaços urbanos, que comumente não se encontram nos livros, mas que precisam ser igualmente consideradas. Mais do que isso, é preciso entender que nessas relações existem sentimentos, significados que são atribuídos aos espaços, ou seja, saber que coexistem na relação pessoa-ambiente aspectos concretos e simbólicos.

Considerando-se que a identidade é construída por identificações, é preciso que as pessoas tenham uma certa vivência com os espaços para que estes adquiram significado para elas, gerando um sentimento de pertinência. Será necessário, então, que

as pessoas tenham possibilidade de estar presentes, ou seja, tenham acesso garantido aos espaços. A garantia desse acesso deve se dar no meio físico, que possibilita a mobilidade urbana, mas é de fundamental importância que as pessoas saibam que podem utilizar o espaço. Nesses termos, o conceito de acessibilidade é bastante amplo, envolvendo os aspectos físico e imaginário das pessoas.

Grayson (1991) apresenta exemplo de um projeto, desenvolvido na Suíça, de um conjunto habitacional para idosos, que foi construído na mesma área de uma escola para crianças. Com esse projeto, a equipe buscava fomentar a interação entre residentes, estudantes e comunidade, bem como promover a participação das pessoas na discussão do projeto. Nesse sentido, a solidariedade do presente - no qual velhos, jovens e crianças convivem no mesmo espaço - está associada à solidariedade intergeracional - propiciando que as futuras gerações tenham acesso às mesmas coisas. É claro que um projeto dessa natureza considerou as questões de acessibilidade aos espaços, para que todos pudessem utilizá-lo. Desse modo, os idosos, que comumente são segregados da sociedade, têm a oportunidade de envelhecer na própria comunidade - como é da vontade deles (Grayson, 1991). Isso remete à idéia de sustentabilidade, considerando a preocupação com as gerações futuras, pano de fundo daquele projeto e desta dissertação.

A idéia de sustentabilidade urbana está associada à preservação não somente dos recursos naturais, mas também das relações sociais, dos aspectos culturais, da continuidade histórica, conservando-se a memória das cidades. Isto será cada vez mais difícil de se alcançar, se continuar ocorrendo um distanciamento entre as gerações, a negação ao que é velho, a desvalorização da cultura local e principalmente se os ambientes não estiverem acessíveis a todos.

Ao abordar esses temas, a temática da terceira idade vem à tona. Por isso, diante do exposto, neste trabalho pretendo verificar como os idosos percebem a acessibilidade

da cidade de Natal. O trabalho está dividido da seguinte forma: o capítulo atual, que introduz o tema, apresentando a trajetória pessoal e justificativas; o capítulo seguinte, que trata da acessibilidade, considerando aspectos concretos e simbólicos dos espaços urbanos; o terceiro capítulo, reservado à definição do papel da terceira idade e a descrição da cidade de Natal, para apresentar os objetivos do estudo; o quarto capítulo, que explicita o método utilizado; o quinto capítulo, que apresenta os resultados e a discussão; e o final, que trata das considerações finais e principais conclusões do trabalho.

2. Acessibilidade: o concreto e o simbólico nos/dos espaços urbanos

2.1. A relação pessoa-ambiente e a Psicologia Ambiental

Antes de tratar sobre a relação pessoa-ambiente, é necessário traçar um breve histórico da Psicologia Ambiental. No século XIX, começaram os estudos na área da percepção ambiental que foram enfatizados principalmente após a Segunda Guerra Mundial. No século XX, mais especificamente nos anos 40, foram realizadas algumas pesquisas na área do comportamento geográfico, que já davam sinais da inter-relação comportamento e ambiente (Bell, Greene, Fisher & Baum, 1996). Nesse mesmo período, os psicólogos começaram a dar atenção aos princípios e métodos da ecologia, que já vinham sendo utilizados na biologia e na sociologia (Wicker, 1979).

Kurt Lewin é apontado como o primeiro a sugerir o estudo de uma ecologia psicológica, argumentando que para entender o comportamento humano seria necessário examinar as exigências dos ambientes, mas ele não avançou suas pesquisas nessa temática (Bell et al., 1996; Gifford, 1997; Wicker, 1979). Lewin, embora da tradição da Psicologia Social, ficou conhecido na Psicologia Ambiental pela autoria da equação: $C = f(P \times A)$, em que “C” é o comportamento que resulta da constante interação entre “P”, que representa a pessoa, e “A”, correspondente ao ambiente (Pinheiro, 1997). Foi Roger Barker, seu seguidor, que desenvolveu o que ele denominou de psicologia ecológica. Em seus estudos com crianças, observou que elas assumiam determinado tipo de comportamento em função do contexto em que se encontravam (Bell et al., 1996; Gifford, 1997; Wicker, 1979). Surgia, assim, na década de 60, o conceito de *behavior setting*, tendo como objetivo descrever e analisar acontecimentos da

vida diária (Carneiro & Bindé, 1997; Wicker, 1979). Barker sofreu forte influência da sua esposa (bióloga) para definir o tipo de psicologia que estava estudando. A utilização do termo “ecológica” está relacionada aos ecossistemas existentes na natureza. Entretanto, no caso específico de seres humanos, estão vinculadas às inter-relações entre o homem e o ambiente - objeto de estudo da Psicologia Ambiental (Gifford, 1997; Wicker, 1979).

O comportamento sócio-espacial humano funciona como mediador da relação pessoa-ambiente (Pinheiro & Elali, 1998). Para melhor compreensão do que isso significa foram desenvolvidos conceitos específicos, como espaço pessoal, proxêmica, territorialidade, aglomeração e privacidade, que variam de acordo com o grau de interação entre o ser humano e o ambiente que o cerca. O espaço pessoal é definido como uma espécie de “bolha” que envolve o indivíduo e ajuda a regular as distâncias entre as pessoas. A proxêmica inclui uma classificação dos espaços, segundo suas características que podem ser fixas (cômodos de uma residência), semi-fixas (mobiliário) e informais (distâncias interpessoais). Segundo Hall (1977), “proxemia é empregada para definir as observações e teorias relacionadas sobre o uso que o homem faz do espaço” (p. 95). A territorialidade está relacionada a um comportamento de defesa de território por parte de um indivíduo ou grupo. O território difere do espaço pessoal, por ser relativamente estático, possuir fronteiras que são demarcadas de alguma forma e não ter a pessoa ao centro. Por sua vez, o conceito de aglomeração não deve ser confundido com o de densidade. Na aglomeração, a pessoa sente necessidade de mais espaço do que o disponível. Não se trata, portanto, da quantidade de pessoas por área. Já o conceito de privacidade engloba, praticamente, espaço pessoal, territorialidade e

aglomeração. Privacidade pressupõe um equilíbrio entre isolar-se e tornar-se acessível aos outros, podendo variar de acordo com a cultura (Pinheiro & Elali, 1998).

Existem outros conceitos relativos à relação pessoa-ambiente, como apropriação do espaço e *place attachment* (apego ao lugar) que merecem destaque nessa discussão, principalmente para reforçar o valor simbólico que o espaço pode adquirir para as pessoas. Na realidade, a apropriação do espaço está integrada a outros conceitos semelhantes como apego ao lugar, identidade de lugar, identidade urbana, comunidade simbólica ou identidade social urbana. Juntos, esses conceitos reforçam a idéia de que a relação pessoa-ambiente possui sempre uma dimensão vivenciada, simbólica (Moreno & Pol, 1999). A apropriação pode ser definida como um sentimento de posse e a gestão de um espaço, que independe da propriedade legal. É decorrente de processos afetivos, cognitivos e interativos, que variam de acordo com o ciclo de vida. De maneira análoga, o conceito de *place attachment*, que pode ser entendido como apego ao lugar, está relacionado com outras tantas idéias, discutidas por diversos autores, como topofilia (Tuan, 1980), *place identity*, *insideness*, *genres of place*, *sense of place* e *community sentiment*, conforme indicam Low e Altman (1992). A emoção é um componente central para esse conceito. O apego ao lugar ocorre porque a pessoa está ligada emocional e culturalmente a determinado ambiente. Normalmente, o apego ao lugar está associado ao ambiente cotidiano (Riley, 1992), mas a escala pode ser bastante ampla. As pessoas se apegam desde objetos até nações. O apego pode ocorrer em tempo, grupos e relações sociais diferentes (Low & Altman, 1992). O apego ao lugar pode significar uma extensão do *self* (Belk, 1992), é como se a identidade pessoal fosse reforçada. Rubinstein e Parmelee (1992) apresentam um resumo do que o apego ao lugar representa, a partir de um estudo com pessoas idosas. Segundo os autores, em primeiro lugar, o apego tem um significado pessoal, não se resume a uma porção de um

território, pois é construído ao longo de toda uma vida. Em segundo lugar, não é definir um espaço que leva ao apego a ele, mas a sua ocupação, posse e lembranças em relação a ele. Por último, o apego ao lugar não é um estado, mas um processo contínuo no ciclo da vida.

Diante disso, fica claro que o valor simbólico que os espaços assumem depende de como a pessoa viveu durante a sua vida. Entender esse processo, considerando a dimensão psicológica, ajudará no estudo da acessibilidade aos espaços urbanos, principalmente porque as pessoas não poderão atribuir significados com carga afetiva a espaços aos quais não tiveram acesso.

2.2. Acessibilidade e mobilidade: especificando conceitos

Ao falar de características simbólicas do espaço, é preciso considerar aspectos inerentes ao indivíduo, como a sua mobilidade. Para que não existam falhas na interpretação dos termos, faz-se necessário estabelecer a diferença entre os conceitos de acessibilidade e mobilidade.

A acessibilidade é, genericamente, definida como sendo a capacidade do ambiente construído oferecer segurança e autonomia a qualquer pessoa que o utilize, independentemente de suas limitações - deficiências sensoriais ou motoras (Juncà, 1997).

Na literatura, observa-se que há um reconhecimento acerca do tema das diferenças individuais que podem interferir na interação com o ambiente físico, que podem variar, por exemplo, em função de gênero, classe social e idade (Bell et al., 1996; Boueri Filho, 1991; Canter, 1974; Gifford, 1997; Iida, 1990; Tuan, 1980; entre outros).

Boueri Filho (1991) foi mais além e classificou as diferenças antropométricas segundo variáveis, que podem ser intra-individuais, inter-individuais e seculares. As intra-individuais variam em função da idade ou de um período de tempo. Neste grupo, subdividido em aspectos intrínsecos e extrínsecos à pessoa, podem estar incluídas as mulheres grávidas e os idosos (intrínsecos), ou pessoas com excesso de roupas (extrínsecos). As inter-individuais estão relacionadas à variação do tipo físico em uma mesma etnia. As pessoas podem ser gordas, magras ou robustas. Por último, as seculares variam de uma geração para outra. Ao longo dos anos, poderão nascer pessoas mais altas ou magras do que na geração anterior, e assim por diante.

Considerando as diferenças descritas, observa-se que sempre existem pessoas que apresentam dificuldades de locomoção e precisam ser contempladas no planejamento dos espaços. Com o objetivo de propiciar às pessoas portadoras de deficiências físicas condições de locomoção no espaço físico - e também de convívio social, foram elaboradas leis e normas a serem seguidas pelos técnicos em espaço em geral (arquitetos, urbanistas, engenheiros, designers...).

Em termos locais, a lei municipal n.º 4.090, de 1992, que obriga que todos os prédios sejam adaptados às pessoas portadoras de deficiências (Prefeitura Municipal Natal, 1992), representou um grande passo para a modificação dos projetos que vinham sendo desenvolvidos para prédios de uso público. No que diz respeito ao cumprimento desta lei, pode-se afirmar que atinge todas as construções em vias de legalização - aquelas em que os projetos para construção têm de ser aprovados de acordo com os princípios do Plano Diretor de Natal.

No Brasil, os arquitetos e engenheiros devem se orientar pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. A Norma Brasileira (NBR) 9050, em sua mais nova edição (1997), fixa padrões e critérios mínimos para atender às

peessoas portadoras de deficiências, mas também deixa claro que é preciso seguir o bom senso e estudar caso por caso, evitando que as orientações, ao invés de ajudar, prejudiquem a utilização do espaço.

A NBR 9050 utiliza princípios de desenho universal e acessibilidade. É preciso não confundir desenho acessível com desenho universal, conforme apontou Steinfeld (1994). O desenho acessível está relacionado com os produtos e edifícios acessíveis aos portadores de deficiências, enquanto o desenho universal significa que os produtos e edifícios estão acessíveis a todos, incluindo os portadores de deficiências (permanentes ou temporárias). O desenho universal visa atender às variações antropométricas e sensoriais da população. As variações antropométricas estão relacionadas às dimensões humanas, conforme já foi discutido. As variações sensoriais se referem aos sentidos humanos (tais como, audição e visão) que interferem na interação da pessoa com o ambiente. Juncà (1994, 1997) e Grayson (1991) compartilham desta definição, pois, em outras palavras, afirmam que o desenho universal é a forma utilizada para que todas as pessoas sejam atendidas, considerando o desenho universal como o veículo que permite a acessibilidade integral.

Juncà (1997) afirma que é necessário extrapolar os limites físicos da acessibilidade, ampliando seu significado para que seja integral. Para isso, define que a acessibilidade deve ser ampliada para os serviços de transportes e comunicações. Mas, no detalhamento dos temas, observa-se que o aspecto espacial predomina, servindo de meio para atingir o objetivo final. Por exemplo, ele fala em comunicações no sentido de que todas as pessoas tenham acesso à informação, independentemente de suas deficiências, e que aparelhos sejam pensados para permitir o acesso desejado.

Com isto, a finalidade das normas é dar condições para que as barreiras arquitetônicas sejam eliminadas (Preiser et al., 19478). Barreira arquitetônica deve ser

entendida como obstáculo que impede o acesso ao espaço físico. As normas visam atingir um grande número de pessoas: pessoas com deficiências permanentes e temporárias. Não se trata de atender somente, por exemplo, às pessoas que utilizam cadeiras de rodas, mas a todos aqueles que de alguma forma estão impossibilitados de se locomover satisfatoriamente, como as grávidas, os obesos, os idosos, pessoas carregando carrinhos de bebê ou de compras, os recém-operados, usuário de muletas ou próteses ortopédicas, entre outros (ABNT, 1997; Amengual, 1994; Conde, 1994; Galindez, 1994; Juncà, 1997; Preiser et al., 1978; Rojas, 1994; Sarriá, Aragonés & Campos, 1986; Ubiria, 1994).

Reforçando esta idéia, observei, durante a realização de meu trabalho de conclusão de curso, que muitos equipamentos projetados para atender aos portadores de deficiência eram utilizados pelos idosos (Araújo, 1995). Constatei que os idosos estudados não apresentavam graves problemas de locomoção, mas apontavam uma série de inconvenientes em relação ao trânsito de veículos e ao fluxo de pedestres na calçada. Os aspectos que foram levantados puderam abrir os horizontes para entender a questão da mobilidade na terceira idade. Afinal, estava sendo demonstrado o quanto precisava ser feito para que o espaço físico oferecesse melhores condições de utilização por parte dos idosos e das pessoas em geral. Neste aspecto, o arquiteto tem de cumprir sua função de propor soluções em sintonia com os órgãos executores - no caso específico, as secretarias municipais pertinentes, definindo que grau de acesso será considerado.

De acordo com Guimarães (1996), a acessibilidade pode ser dividida em graus que variam de 1 a 5, em ordem crescente de garantia de acesso irrestrito. Para este estudo, deve-se considerar o grau de acesso que permita pelo menos o deslocamento na cidade e o acesso aos edifícios públicos, correspondendo aos graus de acesso 1 e 2. O grau de acesso 1 corresponde à existência de pelo menos uma rota acessível, que incluía

rampas com uma inclinação entre 10 e 12% nas calçadas. Já o grau de acesso 2 inclui mais de uma opção, com escadas e rampas associadas, em que a inclinação destas fique entre 8 e 10%. A partir do grau seguinte, as considerações são específicas para o interior das edificações (desde a possibilidade de acesso entre os níveis do prédio, até a ausência de desníveis).

Como exemplo de algumas experiências realizadas na área da arquitetura, voltadas para terceira idade, pode-se citar aquelas com o objetivo de atender à população idosa na Holanda. Em Galecop, as construções de uso público e as áreas externas, incluindo o sistema de transportes, estão sendo adaptadas às pessoas com dificuldades de locomoção. O objetivo da ação foi o de garantir a acessibilidade integral e segurança social. Além disso, também existem experiências com habitação para a terceira idade, de forma que as barreiras físicas sejam eliminadas (Hoofpman, 1995).

O termo mobilidade pode assumir diversos significados. De acordo com Bindé (1998), o conceito de mobilidade pode ser considerado como pressuposto de qualidade de vida, pois possui relação com o atendimento de necessidades vitais, como adquirir o alimento, evitar o perigo e continuar a reprodução da espécie. As formas de atender a essas necessidades foram se transformando ao longo do tempo, devido a questões sócio-econômicas. Não é mais necessário que o homem viva mudando de lugar para adquirir alimento, ou mesmo para reproduzir-se.

O conceito de mobilidade é eventualmente confundido com locomoção, deslocamento, comportamento de mudança. Nas décadas de 70 e 80, os estudos existentes relacionavam mobilidade com mudança do endereço fixo de residência ou com a mudança temporária. Atualmente, a mobilidade pode ser estudada em relação ao dia-a-dia, como sinônimo de ação, ou de migração (Bindé, 1998).

Com relação à mobilidade residencial, Gifford (1997) afirma que a mudança de endereço pode ocorrer de acordo com alterações no ciclo de vida da família, em função de suas necessidades e valores. A mobilidade pode ser opcional ou forçada e depende de fatores históricos familiares. Para ilustrar, uma população pode ser removida de uma área por questões ambientais ou por problemas de saúde. Além disso, mesmo entre os membros de uma família, considerando as mesmas circunstâncias, algumas situações podem ser estressantes somente para alguns membros e, ainda assim, variar de acordo com a idade.

Pode-se observar que o termo mobilidade, como utilizado em arquitetura, sugere movimento físico, deslocamento, enquanto acessibilidade está ligada às condições que o espaço físico deve oferecer para a mobilidade - talvez por ser o espaço o protagonista da arquitetura (Zevi, 1989). Afinal, os arquitetos devem trabalhar com o espaço que vai ser utilizado que deve oferecer possibilidades para que as pessoas possam de fato usá-lo. Não adianta colocar rampas com inclinação imprópria, por exemplo, pois aquelas a quem foram destinadas não poderão usufruir ou, ainda, se quando as dimensões estão de acordo, pessoas estacionam seus carros em frente, impedindo a passagem. Pode-se concluir que muito se construiu, ou é usado, inadequadamente - o que também representa uma “barreira” (Conde, 1994).

A interface da acessibilidade/mobilidade e a Psicologia Ambiental é clara: o indivíduo, interagindo com o ambiente, apresenta respostas que se traduzem no seu comportamento. O comportamento do indivíduo é influenciado pelo ambiente, assim como o comportamento do indivíduo influencia o ambiente, enquanto acessibilidade/mobilidade podem ser entendidas como meios que possibilitam esta inter-relação. Se o ambiente oferecer boas condições para o indivíduo locomover-se (aqui se insere a contribuição da arquitetura, modificando o espaço físico para que as

peças com dificuldades de locomoção possam interagir com ele), estará assumindo um caráter dinâmico e a relação com o indivíduo poderá ocorrer mais satisfatoriamente. Desta forma, faz sentido parafrasear Descartes, transformando o conhecido “penso, logo existo” para “me movo, logo existo”; ou ainda “tenho acesso, logo sou cidadão”.

2.3. Acessibilidade “psicológica”

Ao tratar de questões relacionadas ao espaço urbano, é preciso considerar que esse espaço possibilitará, ou não, o acesso das pessoas, permitindo que elas possam mover-se nele. Está posta a questão da acessibilidade física esgotada na mobilidade, esta última sinônimo de capacidade de deslocamento, ou seja, ambas tratam do mesmo fenômeno; a mobilidade enxergando a partir da pessoa (P) e a acessibilidade física a partir do ambiente (A). A Tabela 1 discrimina esses atributos dos dois conceitos e propõe uma nova categoria: a acessibilidade psicológica.

Tabela 1.
Os conceitos de mobilidade e acessibilidade e suas dimensões

		Mobilidade	Acessibilidade
Atributo		da pessoa (P), levando em conta o ambiente (A)	do ambiente (A), levando em conta a pessoa (P)
Dimensões	Física	possibilidade de “P” locomover-se em “A”	propriedade de “A” ser “penetrável” por “P”
	Psico-sócio-ambiental	percepção de “P” de poder locomover-se até/em “A”	propriedade de “A” ser percebido por “P” como “penetrável”.

Assim, a acessibilidade não se esgota na dimensão física, podendo ser estendida até sua dimensão psico-sócio-ambiental, como será visto a seguir.

Levando-se em conta o aspecto físico, ficou claro que a tarefa de se trabalhar a acessibilidade na cidade é bastante viável, pois as barreiras arquitetônicas são fáceis de se identificar e existem normas a seguir. Por outro lado, ao considerar o aspecto psicológico, a tarefa é mais complexa, pois exige a identificação da imagem/percepção que as pessoas têm do meio urbano. No entanto, existem métodos que podem auxiliar no tratamento dessa temática. Lynch (1960/1984), por exemplo, deu orientações nesse sentido ao escrever sobre a cidade, sua imagem e legibilidade. Em Araújo (1995), observei os aspectos que evocavam forte imagem sobre os idosos usuários do centro da cidade, com o intuito de elaborar um projeto de intervenção que contemplasse as necessidades daquele público-alvo.

Por sua vez, o aspecto psicológico da acessibilidade pode ser comparado ao conceito de virtualidade, no sentido de que não implica estar necessariamente presente fisicamente no ambiente, assim como sugere a palavra virtual, algo imaterial. Essa era cibernética é bastante paradoxal: ao mesmo tempo em que permite o acesso visual aos mais distantes locais do planeta, está provocando um distanciamento cada vez maior entre as pessoas. A *internet* possibilita ter-se acesso a diversos locais do mundo sem sair de casa, mas não representa uma experiência real de vida; o encontro cibernético não se compara ao encontro físico (Costa, 1999). O descaso pelos lugares públicos está evidente. Os pontos de encontro e de trocas estão sendo reduzidos, o que pode representar a morte dos espaços públicos (Andrade, 1995). Do mesmo modo, pessoas deixam de sair de casa por saberem que não podem se deslocar no ambiente (Araújo, 1999; Cohen & Duarte, 2000). Assim, a proposta da acessibilidade psicológica se acrescenta a isso, seu objetivo é trazer as pessoas para o convívio social real, para que não se percam os elos afetivos com os ambientes. Portanto, não está presente somente a

questão física (das dificuldades de locomoção), mas também o imaginável (Lynch, 1960/1984).

Vale ressaltar que outros processos internos podem ser desencadeados nessas pessoas como, por exemplo, complexos de inferioridade (Cohen & Duarte, 2000), ou outros problemas de saúde (Araújo, 1999). Ainda que utilizando outras palavras, Groves (2000-2001), ao apresentar a *International Classification of Functioning and Disability*, deixa claro que devem ser considerados os aspectos fisiológicos (como o metabolismo e funções da fala) e psicológicos (como as funções mentais) das pessoas com dificuldade de locomoção e que fatores ambientais irão influenciar na participação do indivíduo na sociedade. Tais considerações servem para reforçar a afirmação de que a existência de barreiras provoca o isolamento social (Sarriá et al., 1986).

Além disso, se as pessoas continuarem a se isolar em seus mundos interiores, deixando de utilizar a cidade, poderão acarretar sérias conseqüências à existência das cidades. Urge cuidar para que o acesso virtual não seja o único possível para determinados ambientes, representando o “fim” das cidades, pois elas só existem quando são vivenciadas e imaginabilizadas (Lynch, 1960/1984), processo diretamente relacionado aos aspectos sociais e culturais (Costa, 2000); embora se saiba que, no Brasil, apenas uma pequena parcela da população tem acesso à virtualidade do computador/*internet*, devido a fatores econômicos (muitas vezes, lhe falta o essencial para a sobrevivência). Ao mesmo tempo, os meios de comunicação em massa (especialmente a TV) desempenham semelhante papel nesse processo.

De fato, a indústria cultural e a cultura local são bastante fortes na definição dos espaços. As regras que regem a organização dos espaços urbanos seguem alguma regularidade por estarem relacionadas à cultura (Rapoport, 1978). Também os estudos de proxemia - relacionados às observações e teorias sobre como o homem utiliza os

espaços em função da cultura em que está inserido (Hall, 1966/1977) - representam bem esta afirmação. Conforme discutido no item introdutório deste capítulo, as distâncias pessoal, íntima, social e pública ajudam a definir os espaços arquitetônicos (Boueri Filho, 1991; Canter, 1974; Gifford, 1997; Hall, 1966/1977). Se a formação e reestruturação dos espaços urbanos estão relacionados à cultura, da mesma forma a acessibilidade psicológica (que está diretamente vinculada à representação mental desses espaços) estará relacionada a fatores culturais, sociais e históricos.

A acessibilidade psicológica, portanto, inclui as imagens que o indivíduo tem do seu espaço. Lynch (1960/1984) aborda as imagens coletivas (que podem ocorrer em grupos homogêneos - de acordo com gênero, raça, idade, entre outros, embora o ambiente evoque imagens variadas em cada pessoa) que podem/devem auxiliar os projetistas dos espaços urbanos. Nesse sentido, a imaginabilidade é definida como a qualidade de um objeto físico evocar uma forte imagem em qualquer observador. Essa imagem, formada através de todos os sentidos, não necessariamente é algo estável, definido claramente, relacionando-se ao universo simbólico que cada pessoa ou grupo traz na mente. Os “mapas mentais” constituem-se em poderosas ferramentas para auxiliar na identificação dessas imagens. Para Souza (1998), esses mapas representam uma das etapas do processo de cognição ambiental, que é “dinâmico e interativo”, incluindo a percepção (conhecer), a organização ou representação mental, a avaliação, a geração de condutas e, em decorrência disso, a ação ambiental (comportamento).

O conceito de imagem pode variar de acordo com a forma como é representada e o contexto em que está inserida, mas no caso das imagens ambientais estas constituem um misto de concreto e imaginário (Rapoport, 1978). Aplicada ao turismo, por exemplo, a imagem ambiental (associada aos desejos, sonhos, fantasias) serve às campanhas publicitárias - através da mídia são reforçadas as fantasias, numa espécie de fuga da

realidade (Rodrigues, 1997). Contudo, é preciso resgatar as imagens que as pessoas têm dos espaços para que estes possam ser melhorados. Em Araújo (1995), por exemplo, o conceito de imagem utilizado dizia respeito à memória urbana e foi construído a partir de relatos dos entrevistados.

Para este estudo, imagem é a representação da realidade que as pessoas trazem em suas mentes, podendo ser representadas graficamente, ou simplesmente descritas. Essas imagens estão relacionadas a aspectos sociais, culturais e psicológicos, além de implicar em experiência e memória. Logo, quando se falar de imagem leia-se representação mental relacionada à configuração dos espaços urbanos.

De acordo com Cohen e Duarte (2000), as pessoas com algum tipo de dificuldade de locomoção têm formas diferentes de apreensão da realidade: as pessoas que tendem a se deslocar olhando para baixo terão um tipo de imagem acerca do ambiente onde se inserem, os usuários de cadeira de rodas terão outra, e assim por diante. Embora reconhecidamente a visão represente o principal sentido na formação das imagens (Cohen, 2000; Cullen, 1993), pode-se acrescentar que, mesmo as pessoas desprovidas de visão, irão perceber a realidade à sua maneira, que também deve ser considerada.

Os espaços urbanos estão repletos de barreiras físicas, que representam obstáculos visíveis e “invisíveis” (Juncà, 1994, 1997). As barreiras invisíveis - ou sociais (de acordo com Sarriá et al., 1986) - estão representadas pelo preconceito e pela discriminação no tratamento dado às pessoas que apresentam deficiências (Galindez, 1994). A existência dessas barreiras faz com que sejam excluídas do processo de apropriação dos espaços urbanos (ou de sua mínima identificação com eles) pessoas que poderiam dar uma maior contribuição à preservação da cidade, como no caso dos idosos, em função da experiência acumulada ao longo dos anos. A exclusão social e

espacial se confundem nesse contexto, porque as pessoas se sentem inibidas em utilizar a cidade, pois sabem que essa não está adequada às suas necessidades (Cohen & Duarte, 2000). Assim, tendem a se imaginar fora dela, ou de determinados lugares, de modo que os ambientes continuam sendo espaços sem significado especial, não adquirindo o sentido de “lugar” (Tuan, 1977/1983).

Felizmente, as imagens ambientais, construídas pelos sentidos e impregnadas de sentimentos e valores, podem (e devem) ser modificadas através da informação. Alguns indivíduos não precisam se deslocar até determinados lugares para saber que não podem utilizá-lo, ou que será difícil percorrê-lo, porque foram informados disso, embora tal informação ambiental possa ser verificada, checada em algum momento, para ser confirmada ou refutada, dependendo dos objetivos e necessidades (físicas e psicológicas) de quem utiliza o espaço.

Logo, é preciso incorporar ao planejamento urbano intervenções que considerem as necessidades psicológicas dos usuários. De acordo com Corraliza (1996), as pessoas sentem necessidade de: controlar o contato e a interação social, bem como os acontecimentos no cenário urbano (destaca-se a importância da escala); de segurança e responsabilidade na sua manutenção; e, por fim, existência de atividades sociais variadas nos espaços urbanos (praças, por exemplo, que atraiam diversos tipos de usuários). Seguindo-se esse raciocínio, as pessoas poderão interagir entre si e com o meio, tornando-se mais rica a experiência urbana. Tais considerações podem ser resumidas em controle social, segurança, conforto e possibilidade de escolha, acrescentando-se a necessidade de saber que pode usar, fazer parte.

Portanto, é preciso saber que se pode usar os espaços. Mas como, então, sentir-se parte do processo? Como identificar-se com algo que não é vivenciado?

Outra indagação pode se acrescentada: por que cuidar de algo que não lhe pertence? O cuidado aqui refere-se a preservar, zelar, manter um espaço para que ele esteja sempre presente na vida, uma herança para os filhos dos netos. A idéia anterior remete diretamente à questão da sustentabilidade. Pode-se dizer, então, que a adoção de comportamentos sustentáveis deverá passar por um sentimento de pertinência, de apego ao lugar (diferente de espaço, pois adquire significado especial para quem o utiliza, de acordo com experiência ao longo do tempo e numa escala adequada), que somente será possível através da garantia de acessibilidade às pessoas, independente de sua condição física. Tal garantia se materializa no espaço, mas é internalizada através da cognição ambiental, entendida no sentido amplo que conduz às ações ambientais (Souza, 1998), ou seja, não como algo relativo apenas a um indivíduo, e sim uma construção social.

Assim, num ambiente propício a interação social permitirá que práticas sustentáveis sejam adotadas, incluindo ter acesso, conhecer, vivenciar, criar vínculos e cuidar. Com muitas pessoas cuidando, será mais difícil a degradação. Nesse sentido, vale destacar que, quanto mais tempo a pessoa permanece num determinado local, mais este poderá adquirir significados, com uma carga emocional muito forte, de acordo com o que foi discutido sobre *place attachment*. Logo, há uma tendência que esse apego ao lugar se manifeste mais fortemente nas pessoas idosas, o que pode explicar porque a maioria destas não deseja abandonar a sua comunidade. Ademais, sempre que se discute a questão da acessibilidade, os idosos são mencionados, tornando-se necessário se conhecer mais sobre a velhice e sobre a comunidade a que pertencem a fim de compreender o apego ao lugar e também a acessibilidade psicológica.

3. A acessibilidade em Natal: uma investigação com a terceira idade

3.1. O idoso e seu papel social

Para justificar a escolha da temática da terceira idade neste estudo, será preciso entender a relevância científica e fazer uma caracterização bio-psico-social da pessoa idosa, no contexto político-econômico dos países do terceiro mundo. No que se refere ao interesse pela temática do idoso, destacam-se as áreas da demografia, economia e política.

Na demografia encontra-se uma explicação para o surgimento da preocupação com a questão do envelhecimento e especialmente de maneira tão forte nos anos 90. Um dos importantes elementos que contribuíram para atrair as atenções foi a constatação da *transição demográfica*, que representa a “súbita” passagem de altas para baixas taxas de mortalidade e fecundidade. Essa transformação na demografia brasileira, fruto das taxas e migrações, resulta no envelhecimento da população e, por consequência, a inversão da pirâmide que caracteriza a estrutura etária no Brasil (Bérquó, 1996; Kalache, 1996; Kalache, Veras & Ramos, 1987; Magalhães, 1982). O crescimento populacional, na faixa etária acima dos 60 anos, atingiu um ritmo acelerado, que é desesperador para um país que já enfrenta outros problemas de ordem econômica, política e social (Bérquó, 1996; Kalache, 1996; Kalache et al., 1987; Magalhães, 1982; Silva & Neri, 1993). No entanto, trata-se de um processo irreversível (Esteves, 1998), pois é impossível retornar a uma taxa de 6,2 filhos por mulher - taxa de fecundidade na década de 60 (Berquó, 1996), ou impedir a medicina de salvar vidas, ou reverter as ações de saneamento básico nas cidades (para evitar epidemias), etc.

O problema não é o envelhecimento por si só, mas a rapidez com que está ocorrendo. No Brasil, o processo de envelhecimento populacional iniciou em tempo e contexto absurdamente diferentes em relação aos países desenvolvidos (Esteves, 1998; Kalache, 1996). Na França, por exemplo, foram necessários 120 anos para que a população de idosos passasse de 7% para 15%, enquanto que, no Brasil, o mesmo percentual será atingido em apenas 25 anos (Kalache, 1996). As projeções demográficas apontam que, no ano 2025, o Brasil ocupará a sexta posição no *ranking* mundial (Berquó, 1996), o que significa dizer que uma em cada 13 pessoas será idosa nas primeiras décadas do terceiro milênio.

No setor da economia, a preocupação é decorrente do modo de produção capitalista em que vive o país, pois a pessoa idosa passa a compor o grupo de pessoas passivas na geração de capital, contribuindo para o aumento da relação de dependência entre as populações economicamente ativa e passiva (Berquó, 1996; Kalache et al., 1987; Magalhães, 1982).

No Brasil, essa preocupação causou uma reforma previdenciária: a idade para aposentadoria passou de 60 para 65 anos. Isso ocorreu porque, desta forma, menos pessoas serão beneficiadas e os gastos com a previdência poderão ser reduzidos ou minimamente mantidos como estão nos setores público e privado (Nascimento Neto & Simonetti, 1998). A tendência é conceder a aposentadoria cada vez mais tarde.

Com a evolução do envelhecimento populacional na sociedade capitalista do futuro, o papel do idoso deverá mudar. Será preciso, então, que novos papéis sejam definidos para a sociedade como um todo, pois com uma população ativa cada vez mais reduzida, os idosos não poderão mais atuar como membros passivos na geração de capital, de modo que, eles passarão a fazer parte do grupo de pessoas ativas para que

possa haver o equilíbrio da economia. Mas, para que isso aconteça será necessária a construção de uma nova mentalidade, uma nova concepção do que é tornar-se idoso. Como afirmou Debert (1996), é preciso deixar de enxergar os aspectos negativos do envelhecimento (miséria, abandono) e passar a valorizar os aspectos positivos (experiência, sabedoria). A sabedoria é definida por Baltes e Smith (1995) como sendo um “sistema de conhecimento especializado num domínio selecionado” (p. 50).

Na política, a preocupação maior é com o aumento desse contingente eleitoral (mesmo sem a obrigatoriedade do voto). Na verdade, se melhorias que contemplem este grupo populacional forem implementadas, este percentual de cidadãos votantes poderá aumentar (Moragas, 1997). Com relação às políticas públicas voltadas à terceira idade, pode-se afirmar que quase sempre permanecem no papel.

Entretanto, sabe-se que a política está bastante ligada à opinião pública e, por conseguinte, à mídia, que tem se mostrado bastante favorável ao desenvolvimento de ações valorizadoras da terceira idade. Além disso, as pessoas têm conhecimento do envelhecimento da população através dos meios de comunicação, que exercem um papel vital no tratamento da questão, pois contribuem para formar uma imagem, positiva ou negativa, dos fatos relacionados com a velhice. Por outro lado, através da mídia, tem sido incentivada uma verdadeira corrida contra o passar do tempo e seus efeitos no corpo - que pode ser entendida como uma nova forma de exclusão da velhice (Debert, 1996).

Com isso, algumas noções passam a fazer parte do senso comum como, por exemplo, relacionar envelhecimento com religiosidade (Deecken, 1997; Goldstein, 1993; Lapenta, 1996; Shachter-Shalomi & Miller, 1996).

No campo científico, as opiniões são as mais diversas, todas, no entanto, de alguma forma relacionadas com o medo da morte (Léa, 1989; Moragas, 1997).

Para os biólogos, a morte é apenas mais uma etapa do processo vital - aquele ciclo que todos conhecem: nascer, crescer, desenvolver, envelhecer e morrer. No entanto, ao mesmo tempo, eles estudam formas de retardar o envelhecimento.

Na medicina, o envelhecimento ainda é associado a uma série de perdas (Chopra, 1994; Moragas, 1997; Neri, 1995; Rodrigues, Diogo & Barros, 1996; Rosa, 1984). Para alguns, é como se, ao completar 65 anos o homem passasse a sofrer de um mal que o leva a morte! O envelhecimento, neste ponto de vista, é algo patológico - como foi o discurso de muitos gerontologistas (Debert, 1996). Mas, na realidade, os métodos de tratamento da saúde é que dão esta feição negativa, além das diversas variáveis envolvidas no tratamento dos idosos.

Na psicologia, conforme aponta Moragas (1997), os estudos estão concentrados nas áreas de aptidão cognitiva, personalidade, saúde/doença, entre outros. Entre os demais aspectos envolvidos, destacam-se aqueles que possuem relação com o que se denomina “fluxo de energia” que sustenta e move a ação das pessoas, tais como as emoções; motivações; percepções e respostas psicomotoras. A psicologia do envelhecimento é uma área recente, preocupada em mostrar que o desenvolvimento continua ocorrendo na velhice. Na área do trabalho, pode-se citar o exemplo dos programas preparatórios para aposentadoria. Muniz (1997) apresentou como funcionam estes tipos de programas e o quanto têm de características positivas. Nos estudos de psicoterapia analítica, Hubback (1996) afirma que existem perdas e frustrações na terceira idade, mas sugere que deva ser estimulado o potencial criativo e sua energia de vida. Para psicólogos clínicos, a família desempenha um papel fundamental no

tratamento do idoso (Silva, 1996). Mucida (1996), através de uma visão psicanalítica, discute os mitos acerca da sexualidade na terceira idade. Em linhas gerais, pode-se dizer que ainda são incipientes os estudos na área do envelhecimento dentro da psicologia e que as pesquisas feitas no Brasil estão situadas, em sua maioria, na área do desenvolvimento, da aprendizagem e da clínica.

Na sociologia, o interesse pela temática da terceira idade é crescente. Ela é, dentre as ciências sociais, aquela que dá a visão mais geral no sentido de compreender os segmentos da sociedade (Moragas, 1997). Fala-se bastante em *status* ou papel social, que está relacionado com a representação que se tem da pessoa, podendo ser inato (idade, sexo, raça) ou adquirido (posição ou classe social). Em relação ao idoso, por exemplo, a idade - por si só - não lhe confere *status* social como antigamente, quando a experiência do idoso era extremamente valorizada. No entanto, este *status* pode ser reformulado e resgatado, pois a idade apresenta tanto aspectos positivos quanto negativos; vai depender de como tais aspectos são vivenciados e em qual sociedade, ou seja, depende do indivíduo e do grupo (Debert, 1996).

Por outro lado, a sociologia também trata das questões de envelhecimento normal e patológico. Dentro desta perspectiva, é bastante complexo definir a “saúde social” e discernir entre o que é normal e o que é patológico, pois teorias antagônicas definem a mesma normalidade - estar em atividade pode ser o mais “normal”, para uma, e estar desengajado socialmente é “normal”, para outra. Portanto, o papel social do idoso não está bem definido na sociedade contemporânea, estando muito associado à aposentadoria (Léa, 1989; Moragas, 1997). A tendência é que a situação se transforme pois, com o desenvolvimento da sociedade, o trabalho, que confere o *status* social de muita gente hoje, irá desaparecer (Almeida, 1997).

Além do interesse geral em estudar a terceira idade, é preciso descrever as características específicas das pessoas idosas, que estão relacionadas aos aspectos biológicos, psicológicos e sociais.

A velhice apresenta características determinadas por aspectos biológicos, psicológicos e sociais, não diretamente dependentes da idade cronológica (Chopra, 1994; Léa, 1989; Lucena, 1991; Moragas, 1997; Neri, 1995; Okuma, 1997; Rodrigues et al., 1996; Rosa, 1984). Chopra (1994) discute esta questão afirmando que “a consciência tem o poder de modificar o envelhecimento” (p. 69). Para ele, o homem possui três idades: a cronológica, fixada segundo o calendário; a biológica, determinada pelo estado das células; e a psicológica, representada pelo que se sente ter.

A primeira é a menos confiável para o estudo desta questão, pois envelhecer é muito mais que um fator temporal. Para Moragas (1997), a idade cronológica serve somente para marcar a entrada na aposentadoria. O processo de envelhecimento não segue uma uniformidade na idade cronológica, ele é variável no tempo e de caráter extremamente individual (Léa, 1989; Lucena, 1991).

A segunda varia de acordo com o estilo de vida das pessoas e de como seus corpos são transformados, por isso é difícil de ser medida. Uma pessoa pode ser jovem e aparentar estar na meia idade e outra pode estar na terceira idade conservando, entretanto, seus traços de juventude (Chopra, 1994; Lucena, 1991; Silva, Fioravanti & Leite, 1994). Assim, a idade biológica depende de como o corpo é tratado.

A terceira, a mais flexível e não mensurável de todas, está relacionada à experiência de vida. Para Rodrigues e colaboradores (1996), ocorrem transformações no corpo e na vida das pessoas idosas, mas a maneira de lidar com as situações irá depender da forma como a pessoa viveu, dos valores e crenças cultivados. Logo, não se

pode generalizar que a velhice é triste, doente e pobre. A idade psicológica pode ser modificada em função de “inter-relacionamentos pessoais e fatores sociais” (Chopra, 1994, p. 92).

Em síntese, o processo de envelhecimento deve ser entendido como uma responsabilidade individual e social (exatamente nesta ordem) em que o fator temporal (no sentido de tempo cronológico) é o que menos importa. Envelhecer é, também, uma questão cultural. O envelhecimento humano depende das crenças e da aprendizagem, afetadas pela imposição da sociedade (Chopra, 1994). O mais importante de tudo isto é saber que fatores bio-psico-sociais estão envolvidos, e conhecê-los ajudará as pessoas a aceitar e compreender que algumas limitações irão existir sem, no entanto, se acomodarem e se entregarem ao desânimo.

Nesse sentido, a visão holística de saúde considera que responsabilidades individuais e sociais estão ligadas e implicam no desenvolvimento da assistência social à saúde através de políticas voltadas para atender às necessidades básicas, de modo que um tipo de vida mais saudável possa ser atingido (Capra, 1982).

Antes de situar o idoso no contexto das políticas públicas, entretanto, é preciso traçar um quadro da situação dos idosos em países em desenvolvimento.

Nos países desenvolvidos, o processo de envelhecimento ocorreu gradativamente, houve tempo para se preparar uma infra-estrutura que incorporasse o idoso, de forma que este continuou exercendo seus direitos e deveres de cidadão. Além disso, o nível de qualidade de vida da população como um todo é, por demais, superior ao de países em desenvolvimento, de maneira que a aposentadoria, por exemplo, não possui conotação tão negativa quanto em países subdesenvolvidos (Kalache et al., 1987).

A esse quadro quase “ideal” contrapõem-se situações conflitivas com a do Brasil. Em relação ao desenvolvimento social, os indicadores brasileiros, divulgados pela Organização das Nações Unidas – ONU, não sofreram alteração nos últimos dez anos e são inferiores aos de outros países com menores possibilidades econômicas. Os dados revelam uma grande maioria miserável, a família fragilizada pelo desemprego, a falta de serviços básicos (habitação, educação, saúde) e dificuldades de acesso aos benefícios de ação continuada (Silva & Neri, 1993). Aliás, o Brasil é sempre antagonico, está entre as dez maiores potências econômicas do mundo e, ao mesmo tempo, é o 69º colocado em desenvolvimento humano, entre 162 países, de acordo com o relatório de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2002). Portanto, podemos dizer que existem dois “Brasis”: um rico e outro pobre. É possível constatar que, no Brasil, os idosos configuram uma população de excluídos. Com isso, observa-se que a recomendação da ONU não foi seguida, ou seja, todo país com 7% de contingente populacional idoso deve antecipar a implementação de políticas sociais que garantam a sobrevivência mínima.

Nesse sentido, será traçado um perfil de como a população idosa está sendo atendida e contemplada através de planos específicos, pensados e desenvolvidos pelas instâncias governamentais responsáveis pelo desenvolvimento de ações nesta área.

Foram dados os primeiro passos para o atendimento à clientela idosa com a lei n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1998. Com isso, instituiu-se a Política Nacional do Idoso (PNI), reconhecida como uma das mais avançadas do mundo (Costa, 1996), cuja meta principal é assegurar às pessoas situadas na faixa etária acima de 60 anos os direitos à cidadania, criando condições adequadas para isso. As metas específicas da PNI podem ser agrupadas em quatro principais aspectos: garantir a cidadania com a participação da família, da sociedade e do estado; informar sobre o processo de envelhecimento;

constituir o idoso em agente e destinatário de ações e descentralizar as ações político-administrativas em função das diferenças regionais.

No mesmo ano da publicação do decreto n.º 1.948, que regulamenta a lei n.º 8.842, foi elaborado o Plano de Ação Governamental Integrado para o desenvolvimento da Política Nacional do Idoso - PAG-PNI, com a meta principal de promover ações setoriais integradas para viabilizar a implementação da Política Nacional do Idoso (MPAS, 1996).

Outra iniciativa de política pública, encontra-se na Política Nacional de Assistência Social - PNAS - que, ao contrário do que remete a sigla, está direcionada para aceitar os desafios sociais e demográficos. Para operacionalizar a PNAS foi elaborado um documento intitulado “Norma Operacional Básica da Assistência Social” (NOB-AS/98). Este instrumento utiliza outras tantas leis, decretos e medidas provisórias, além de artigos da Constituição Federal de 1988 (dando ênfase à característica da descentralização presente na esfera nacional). Na PNAS é traçado o perfil do contexto sócio-político-econômico em que será desenvolvida e implementada (Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, 1998). Faz-se bastante referência a LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social, criada em 07 de dezembro de 1993. Na PNAS, o enfoque é dado aos contingentes populacionais mais vulneráveis devido ao ciclo de vida (como os idosos, por exemplo), ou por condições de desvantagem pessoal (deficiências). No cenário social a vulnerabilidade está relacionada às precárias condições de educação, de trabalho, alimentação, saúde, segurança, além das desigualdades regionais (Magalhães, 1982; Salgado, 1982). A PNAS assume, portanto, o desafio de atender à clientela infantil, dos portadores de alguma deficiência e da terceira idade (MPAS, 1998). Com a última, faz uma relação com a PNI e o PAG-

PNI, cujas ações são orientadas para os atendimentos asilar e não-asilar. Cabe ressaltar que as ações visam o enfrentamento da pobreza, tendo como pano de fundo o contexto global.

Características semelhantes são encontradas no plano da Política Nacional de Municipalização do Turismo, em que são apresentadas diretrizes, estratégias e programas a serem desenvolvidos no período de 1996 a 1999. Destaca-se a busca por uma “democratização” do turismo interno. Para isso, são contempladas todas as faixas etárias em diversas áreas de interesse, de modo a atingir a sociedade como um todo, apostando no resgate dos princípios de igualdade e oportunidades entre as pessoas e entre as regiões, a fim de que todos possam conhecer o seu país. Todavia, dos vinte e três programas apresentados somente em um deles o idoso é contemplado. Trata-se da inclusão dos Clubes da Maior Idade, enquanto mercado a ser explorado. Não se trata apenas da tentativa de inserir os idosos em atividades de lazer e viagens, visando o seu bem estar, mas, em primeiro lugar, para ativar o setor turístico - embora o lazer na terceira idade represente uma das formas de satisfazer as necessidades individuais e sociais (Donfut, 1980).

Em relação ao Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Rio Grande do Norte, cabe salientar que este foi criado para representar um referencial para ações estratégicas no estado (Instituto de desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN - IDEC, 1997). Pode-se observar que a parcela da terceira idade é mencionada somente no tópico correspondente à dinamização e reestruturação da base econômica. Coloca-se a questão do turismo para terceira idade como estratégia/subprograma do programa de desenvolvimento do turismo no estado, no qual apenas se aponta a necessidade de considerar as características específicas desta parcela da população e que

o governo deve apoiar o desenvolvimento de projetos elaborados pela iniciativa privada. Pelo menos, o idoso é de alguma forma contemplado, dando indícios de ser visto como fonte de recursos, um mercado em expansão.

Espelhando-se na análise que Cabral Neto (1998) faz das políticas públicas na área da educação, é possível entender como se caracterizam as políticas sociais para a terceira idade. A lógica colocada é formar o indivíduo para que possa consumir e, assim, gerar mais capital. Esta é a mesma lógica utilizada em qualquer das políticas sociais, porque, em última instância, a lógica do capital é a que prevalece. Desse modo, as políticas estão recheadas de idéias neoliberais, baseadas nos princípios da descentralização, focalização e privatização. A descentralização garante ao Estado o controle das ações políticas, a divisão de responsabilidades e redução de despesas. As ações são direcionadas para os miseráveis. A privatização confirma a diminuição das responsabilidades do poder público. As Organizações Não-Governamentais - ONG's - assumem grande destaque.

Outro aspecto que deve ser considerado nas políticas públicas é a importância da terceira idade permanecer na sua comunidade (Dias, 1999; Grayson, 1991; Lapenta, 1996; Marans, Hunt & Vakalo, 1984; Rowles, 1984). As pessoas desenvolvem relações de vizinhança, são conhecidas e conhecem todos, realizam algum tipo de tarefa, que em outro lugar que estivessem seria difícil realizar, uma vez que isso diz respeito ao valor simbólico que o espaço possui para esses indivíduos.

Todavia, apesar de toda carga de informação negativa destas políticas que foram discutidas até o momento, é preciso pensar de forma positiva diante de todas as modificações que ocorreram ao longo dos anos.

A carta de uma idosa - monólogo escrito por Barroso (1997) - representa os sonhos, os amores e a realidade de quem já passou dos 65 anos. Retrata as reclamações inerentes a alguns idosos - as perdas e fraquezas da idade que só existem diante da situação social, política e econômica do Brasil. A idosa valoriza todas as leis e programas que foram criados e, embora acredite que a cidadania seja utopia, coloca suas esperanças nos jovens, futuros idosos, para que as propostas de melhoria das condições de vida não fiquem apenas no discurso político. Como lhe resta pouco tempo de vida, cabe torcer para que o futuro seja melhor.

Em termos de programas para a terceira idade, é interessante mencionar que eles existem desde 1960, mas somente na última década do milênio passado foram difundidos e se espalharam pelo país, de acordo com Debert (1996). A Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Serviço Social do Comércio (SESC) e as Universidades para Terceira Idade - UnATI (Salgado, 1982) foram as organizações pioneiras, nas quais a clientela atendida varia de acordo com a classe social. Na LBA, a classe popular é contemplada, enquanto no SESC e UnATI são assistidas a classe média e alta.

A importância destes programas, segundo Debert (1996), está na característica de possibilitar que a experiência do envelhecimento seja vivida coletivamente. Desta forma, então, as próprias concepções de envelhecimento são postas de lado e novas posturas são assumidas - é claro que a idade está na mente das pessoas. Todavia, deve-se levar em conta, também, que a terceira idade é um estágio de vida em que as questões de gênero fazem bastante diferença (Carp, 1987; Mattos, Truccolo, Medeiros, Silva & Mello, 1998; Veloz, Nascimento-Schulze & Camargo, 1999; Veras, 1999). Um exemplo da afirmação anterior é que morrem mais homens do que mulheres e estas tendem a ser mais pobres e a sofrerem mais de doenças cardiovasculares (Veras, 1999).

Muitos desses programas e boa parte das políticas estão voltadas para as áreas urbanas, mas existe outro aspecto interessante a ser considerado. Os idosos residentes em áreas rurais participam por mais tempo do mercado de trabalho (Albuquerque, Lobo e Raymundo, 1999). A dicotomia campo-cidade até hoje é significativa, mas observa-se que há uma migração em direção ao campo por parte das pessoas idosas (Carp, 1987), embora se saiba que se trata de uma parcela economicamente privilegiada, pois se trata de um exemplo estrangeiro. Rowles (1984) apresenta os contrastes físicos, demográficos e sócio-culturais entre o campo e a cidade. Quanto ao fator físico, o meio rural apresenta uma série de vantagens: seu aspecto aproxima-se mais ao do ambiente natural, há menor quantidade de estímulos e menor nível de complexidade cognitiva em relação à forma dos espaços e as modificações ao longo do tempo são mais lentas. Considerando o fator demográfico, o meio rural possui uma população geral relativamente pequena e estável. Por último, no aspecto sócio-cultural, destaca-se a importância do senso de identidade, ser conhecido no lugar, relacionar-se com o lugar e desenvolver apego emocional. Tais aspectos tornam-se ainda mais importantes, no tratamento das questões relacionadas à terceira idade e à manutenção de condições de vida adequadas para todos. O que foi exposto serve de tema para reflexão sobre o caminho percorrido pelas cidades e como o conseqüente processo de degradação pode ser revertido.

3.2. Natal: história e características

Para entender melhor como se deu o processo de expansão da cidade de Natal e qual é a situação dos seus idosos, será preciso traçar um breve histórico e apresentar as suas características, relacionando-as com a questão da acessibilidade.

Em Natal, o fenômeno da transição demográfica que ocorreu no país como um todo fez o número de idosos aumentar de 5,92% em 1991 para 6,26% em 1996, considerando as pessoas residentes no município (IBGE, 1998). Outro aspecto interessante, é que os idosos representam 24% das 30409 pessoas com deficiência física ou mental (IBGE, 1998). Isso significa que uma quarta parte dos números de deficientes é composta por idosos! Esse dado reforça a afirmação de que os idosos compõem o grupo de pessoas com dificuldades de mobilidade e, portanto, de acesso aos espaços urbanos, conforme já foi mencionado. Na realidade, esse contingente provavelmente é maior, pois nem todos são recenseados, o que justifica a preocupação em proporcionar a essas pessoas um espaço acessível, portanto, participativo. Embora esses percentuais não representem uma grande parcela da população, pode-se tomar isso como uma indicação de que ainda temos tempo para cuidar do nosso futuro. Aliás, a questão não é a quantidade de pessoas que está numa situação delicada, mas o quanto esse problema precisa ser considerado e o quanto se tem a fazer para que não aumentem as suas proporções, principalmente considerando o crescimento demográfico dessa população.

A escolha por Natal deu-se por uma série de razões. Natal representa a cidade mais populosa do estado, concentrando 25,6% da população norte-riograndense (Mineiro, 1998). Suas características ambientais atraem visitantes temporários e permanentes, entre essas pessoas idosas, embora essas condições da cidade estejam sofrendo alterações em suas características naturais como, por exemplo, a poluição e contaminação do rio Potengi, a devastação das dunas e outros problemas, alterando inclusive o clima da cidade (Mineiro, 1998). Embora Natal tenha a menor densidade entre as capitais com destino turístico na região Nordeste, seu índice de densidade é bastante alto e preocupante, se comparado com o de outras capitais. A densidade de Natal é de 4.195 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto a do Rio de Janeiro é de

4.640 hab/km² e a de São Paulo é de 6.823 hab/km² - primeiros resultados apresentados pelo Censo 2000 (IBGE, 2000). As pessoas que escolhem Natal para morar (muitos aposentados e já idosos) definem que esta é uma cidade acolhedora. Talvez seja por fazer esse tipo de analogia que as pessoas se sintam “em casa” quando chegam a Natal, uma vez que, como aponta Onofre Júnior (1996), ela está aberta às influências de outros.

Nesse sentido, cabe aqui apresentar um breve histórico de como a cidade se desenvolveu.

Muito antes de Natal ser oficialmente fundada em 25 de dezembro de 1599, os portugueses já tinham interesse por esta terra devido a questões de estratégia militar - afinal já havia um tratado firmado entre Portugal e Espanha, o de Tordesilhas, no qual as terras brasileiras estavam situadas na área correspondente à dos lusitanos (Miranda, 1999). Conta a História que, no princípio, eram os aborígenes canibais que os espanhóis avistaram, mas foram os franceses os primeiros habitantes europeus no Rio Grande Norte, que vieram para negociar o pau-brasil (Lima, 1999). Tal situação chegou a um ponto que Portugal não poderia aceitar, pois os franceses eram ajudados pelos índios. Foi então que os portugueses criaram oficialmente a cidade, embora tenha permanecido por quinze anos apenas de direito e não de fato, pois, naquela época, sua ocupação não ultrapassava doze habitações (Casculo, 1980).

A economia potiguar era baseada na produção agrícola, na caça, na pesca e no sal. Tratava-se de uma área isolada por barreiras naturais, dunas, rio e mar, que dificultavam o acesso de navios de grande porte (Oliveira, 1999). Apesar disso, era uma área bastante atrativa. Tanto que, entre 1633 e 1654, a cidade foi ocupada pelos holandeses, que também deixaram sua marcas nesse território.

Após a presença holandesa, inicia-se um período de expansão territorial da população, que é interrompido durante o período de 1701 a 1817, quando a capitania do Rio Grande ficou sob a administração de Pernambuco. Com a derrocada do sistema colonial, em 1869 passou a funcionar um porto na cidade, situado no bairro da Ribeira, que viveu seu apogeu por volta de 1904 (Mineiro, 1998). Estava marcada a abertura da cidade para o mundo pelo mar, um período que Câmara Cascudo descreveu muito bem e que, pode-se dizer, mostrou a “face mais viva e até épica da cidade” (Lopes Junior, 1997, p.13).

Em linhas gerais, entre 1889 e 1913, apesar de ser uma cidade portuária, Natal ocupava uma posição secundária na economia, com relação à intervenção estatal. Fato que ficou comprovado, pois as elites dominantes somente deram prioridade à modernização da cidade a partir do início do século XX (Oliveira, 1999). Talvez, por isso, se justifique o comparecimento em massa das elites, em 1909, à conferência dada pelo jornalista Manoel Dantas sobre como seria Natal nos cinqüenta anos seguintes. Muitas de suas previsões aconteceram como, por exemplo, a construção da Via Costeira e os muitos hotéis, o prédio da sede do BANDERN, a praça Pio X com a imponente Catedral Metropolitana e a desertificação do Parque das Dunas - que ele definiu como prolongamento das espumas do mar (Lima, 1999). Tais acertos mostram que se tratava de um homem que caminhava a frente de seu tempo, que sobretudo vislumbrou o potencial turístico da cidade e a localização estratégica da cidade.

De fato, não demorou muito para que a cidade começasse a sofrer modificações em sua estrutura de forma mais substancial, pois já havia sido traçado o *Master Plan*, de Antonio Polidrelli, além de outros que se seguiram. A intervenção Estatal, sempre em busca do crescimento, acaba por, nas décadas de 20 e 30, colocar em cena os militares. É nesse período, também, que surgem os sindicatos, os movimentos grevistas e a pouco

mencionada participação feminina no Movimento de 1935, cuja repressão foi violenta (Lopes Junior, 1997). Como não podia ser diferente, durante o período da II Guerra Mundial, a cidade continuou a representar um local estratégico para as operações militares e, daí por diante, a cidade começou a se expandir até os dias atuais, tendo as marcas de sua história refletidas no espaço urbano que hoje é conhecido.

Da herança da presença militar em Natal pode-se citar o impacto econômico e sócio-cultural que a cidade sofreu. A chegada dos militares provocou quase a duplicação do número de habitantes. Com isso, a procura por alimentos aumentou e necessidades de estradas também (afinal, o campo de pouso localizava-se em Parnamirim e a Base Naval ficava próxima do Rio Potengi). Como resultado disso, a produção passou de açucareira a hortifrutigranjeira e foi construída a atual avenida Hermes da Fonseca, para atender a necessidade de transporte constante entre os dois locais ocupados pelos militares. A partir daí, a elite passou de fazendeiros a empresários da construção civil, do setor imobiliário ou do comércio varejista (Lopes Junior, 1997).

Com isso, Natal apresenta uma diversidade de assentamentos humanos. Existem bairros cuja formação se deu de forma espontânea (como o bairro da Ribeira, no qual isso ocorreu por razões óbvias, como a proximidade do mar e o bairro de Mãe Luiza, por sua localização geográfica) e de forma planejada (como os conjuntos habitacionais que tiveram início a partir da década de 70).

O bairro das Rocas também é um exemplo de formação espontânea. De acordo com Cascudo (1980), Rocas é o bairro exterior (à Ribeira) mais antigo. Com início na Rua Silva Jardim, mas sem data exata de criação. Recebe destaque a partir de 1897, quando passa a ser bastante povoada por profissionais que trabalham na Ribeira. Cita-se que na parte alta do bairro havia um areal. Conta-se também que o nome do bairro está relacionada ao Atol das Rocas, pois os que pescavam naquelas águas atribuíram o

nome de Rocas ao local de moradia em terra firme. A construção de oficinas da estrada de ferro central impulsionou a moradia no local, além dos estaleiros construídos na rua Silva Jardim.

Não se poderia deixar de citar também o bairro do Alecrim, o quarto da cidade. De acordo com Cascudo (1980), o bairro surgiu como elo de ligação entre Petrópolis e Tirol, margeando a linha férrea. O nome do bairro pode ter relação com a abundância de alecrim no local, ou devido a existência de uma senhora que ornamentava os caixões de crianças com essa planta. Em 1911, é criado oficialmente e, em 1919, é erguida a Igreja de São Pedro. Em 1941, a construção da Base de Natal é iniciada. Em 1956, é inaugurado o Cemitério Público. A praça Gentil Ferreira é citada como o antigo local onde havia uma grande mangueira. A numeração das vias, ao contrário do que se poderia pensar, já existia antes mesmo do projeto de Giacomo Palumbo (Souza, 2001).

Em síntese, Natal passou por várias intervenções em seu espaço físico e teve vários planos diretores para ordenamento da cidade, desde as políticas públicas do século XIX. Tais políticas tinham como instrumento principal a legislação, fundamentada nos princípios higienistas em voga, que se estenderam até o século seguinte. As intervenções no início do século XX pareciam tão integradas a ponto de não se poder reconhecer até que ponto as ações eram da competência do estado ou do município (Oliveira, 1999). As modificações no ambiente físico de Natal são bastante antigas. No trabalho do arquiteto João Maurício de Miranda pode-se perceber como a área de preservação da mata atlântica foi sendo diminuída (Miranda, 1999). O estudo de Costa (2000a) sobre a verticalização da cidade mostra que existem aspectos positivos, mas que entre os aspectos negativos está o impacto ambiental. A verticalização da cidade compromete a circulação do ar, provocando aumento da temperatura, devido à formação de ilhas de calor; provoca uma sobrecarga no sistema de esgotamento

sanitário, que é insuficiente para atender a demanda da cidade, contribuindo, ainda, para o comprometimento do lençol freático, decorrente dos efluentes jogados no subsolo.

Natal cresceu e continua se desenvolvendo, embora, comparada com as grandes metrópoles brasileiras, seja uma cidade de porte médio. Entretanto, em comparação com os padrões europeus a classificação pode ser diferente porque algumas de nossas cidades de porte médio seriam consideradas grandes em outros países (Costa, 1999). Importa destacar que, considerando o contexto brasileiro, a capital é um espaço urbano que ainda não está totalmente afetado pelos problemas graves de uma cidade como São Paulo. Portanto, representa um meio urbano que pode ser conservado nas suas características positivas com a adoção de medidas que promovam a sustentabilidade, permitindo, por exemplo, que a aparente falta de identidade de hoje não represente uma identidade negativa no futuro.

Natal não é uma atração turística por acaso. Praias, dunas, sol e mar natalenses sempre inspiraram os poetas, mas é a empresa do turismo que tem lucrado mais com isso. É vendida a imagem de uma região segura, bonita, histórica e acolhedora. Para Lopes Junior (1997), essa é somente uma das razões pelas quais Natal pode ser considerada a “cidade do prazer”. Para ele a vocação turística da cidade já nasceu com ela. Afinal, foram muitas as lutas por suas terras, como foi possível observar neste seu breve histórico.

A história da cidade deixa claro o fato da existência de barreiras naturais, que impediam ou dificultavam o acesso às suas terras. Uma topografia acidentada, composta de dunas, que torna parte da cidade naturalmente inacessível. Foi pelo mar que os invasores tiveram o acesso mais fácil para conquistá-la, porque não havia muitos obstáculos a vencer. Pode-se afirmar que se não fosse por sua localização geográfica e

suas características naturais, a história teria sido um pouco diferente. Talvez a idéia de cidade turística, aberta e acolhedora não tivesse se firmado.

O passado de Natal também deixa transparecer a presença feminina na paisagem, embora desempenhando diversos papéis, da sua criação até hoje (índia, guerreira, prostituta, operária), que inspirou poetas e escritores como Diógenes da Cunha Lima, descrevendo a sua cidade de acordo com as etapas de desenvolvimento de uma mulher. Neste estudo, ela poderia se chamar Natal “velha de guerra”, cujos habitantes estão caminhando para a velhice - outra “senhora” bastante feminina. Diante disso, resta saber se aquela senhora é acessível aos seus usuários.

3.3. Acessibilidade “psicológica” e terceira idade em Natal

Além das características apresentadas, existem outras duas grandes razões de ser para esse estudo. Em primeiro lugar, para que as pessoas possam ter mais acesso à cidade e, conseqüentemente, criar vínculos afetivos, identificar-se com ela ou, pelo menos, com partes dela - uma vez que somente é possível identificar-se com o que se conhece. As pessoas que circulam na cidade não se identificam com a cidade Natal, mas com a “Natal” que elas conhecem. Para citar um exemplo, alguém que mora na zona sul da cidade, que dificilmente vai à zona norte e cujo percurso limita-se à ida a *shopping centers* e supermercados, muito provavelmente não se identifica com o rio Potengi; por outro lado, o rio deve ser muito presente para quem mora na zona leste, acostumado a comprar seu peixe fresco no “Canto do Mangue”, entre os bairros de Rocas e Santos Reis, e comer gíngua com tapioca na barraca de “Seu Pernambuco”. Os locais de apropriação e maior identificação serão também distintos para pessoas de faixas etárias, classes sociais e locais de moradia diferentes. A segunda grande razão seria tentar

garantir às gerações futuras a utilização da “mesma” cidade, reforçando-se aqui o princípio da sustentabilidade.

Pode-se afirmar que a pessoa somente se identifica com algo que tenha vivenciado e, para isso, será preciso que esse algo lhe seja acessível. Acredita-se que essa experiência é mais rica, em termos qualitativos, à medida que os anos avançam. Sabe-se também que as pessoas têm uma representação mental dos ambientes vivenciados, podendo nutrir por eles sentimentos de apego ou repulsa.

Todavia, como as pessoas poderão dar continuidade à sua relação com os espaços, se os ambientes estiverem modificados, a lhes impedir ou dificultar o acesso? Ou se as alterações forem impedindo que as pessoas acompanhem as mudanças, até ficarem alienadas?

Privar as pessoas de acesso às cidades, na forma como elas se apresentam hoje, é diminuir as chances de acerto nas tomadas de decisão e na produção do espaço, visando a sobrevivência das cidades.

Nesse contexto, estudar a acessibilidade “psicológica” é contribuir para que seja identificada até que ponto a cidade é considerada acessível, usando como recurso a representação mental que as pessoas idosas têm da cidade de Natal. Não se trata aqui de verificar como está a qualidade da acessibilidade física da cidade, mas de como as pessoas percebem isso, se é que percebem. O interesse não é apenas o de um arquiteto avaliando o acesso ao espaço, nem tampouco o de um fisioterapeuta analisando a capacidade de mobilidade de uma pessoa, mas o de uma pesquisadora das relações humano-ambientais interessada pelo que ocorre na interação da pessoa com o ambiente, evidenciando o valor simbólico dos espaços urbanos.

Diante do exposto, restam duas indagações: por que Natal? E por que os idosos? Natal foi escolhida por uma questão de conveniência, afinal é a cidade onde mora a

pesquisadora, bem como devido à trajetória pessoal desta. Quanto aos idosos, antes de responder, deve ser verificada a indagação em jogo neste estudo, ou seja, qual é a representação mental do acesso aos espaços de Natal. Em outras palavras, conhecer a acessibilidade psicológica do natalense em relação à sua cidade e/ou a partes dela. Em decorrência dessa questão, a escolha pelos idosos de Natal deu-se em função da experiência de estudos anteriores, da relevância social (o crescimento populacional dessa faixa etária), da relação direta com o tema da acessibilidade (eles têm bastante material registrado na memória, de modo estável) e, por último, devido ao papel que eles podem desempenhar na busca da sustentabilidade urbana.

4. Método

4.1. Participantes

O estudo foi realizado com homens e mulheres, na faixa etária de 61 a 86 anos, moradores dos bairros de Rocas e Alecrim (Figura 1), tanto aqueles que pouco ou quase não saiam de casa, quanto os que saiam, muitos deles indicados pelos próprios entrevistados. Foram entrevistados 6 homens e 6 mulheres em cada bairro, perfazendo um total de 24 participantes.

4.2. Aparato

Por este trabalho representar um esforço na direção da interdisciplinaridade, adotou-se a estratégia de multi-métodos (ou multi-técnicas) para dar conta do tema abordado (Elali, 1997; Sommer & Sommer, 1997). Nesse sentido, adotou-se o roteiro de entrevista como instrumento norteador, agregando-se a ele uso de mapas, reconhecimento de fotos e desenho livre, conforme descrito a seguir.

Foram realizadas entrevistas estruturadas, conforme o roteiro flexível pré-estabelecido (Apêndice A), durante as quais utilizaram-se recursos gráficos como mapa e fotos, além de desenho para complementar as respostas. Optou-se por esse instrumento devido ao seu caráter dinâmico, pois no momento da entrevista observou-se as reações das pessoas e anotou-se seus comentários.

Em linhas gerais, a entrevista foi estruturada da forma como será descrita a seguir. Antes das questões propriamente ditas, havia um bloco introdutório em que



Figura 1. Localização dos bairros estudados.

foram anotadas as informações referentes à condição social do entrevistado. Também era registrada uma breve descrição da sua aparência física bem como outras observações pertinentes, como a presença de parentes durante a aplicação. Dessa forma, tornou-se possível traçar o perfil sócio-econômico dos entrevistados.

Como complemento aos dados mais gerais dos entrevistados, foi registrado o tempo de residência em Natal e no bairro (item 1, conforme Apêndice A), juntamente com o local de origem (quando não era natalense) e a opinião acerca da entrevista (item 23).

As questões seguintes abordaram temas mais específicos do bairro e da cidade. Com relação ao bairro, questionou-se acerca do que as pessoas gostavam mais (2) ou menos (5), o que o tornava diferente de outros (4), por onde andavam (3 e 6), se o ambiente inibia alguma ação (9), o quanto circulavam (7) e conheciam do local (10), bem como se mudariam dele (14), a fim de verificar o grau de apego ao lugar de residência, o vínculo afetivo com o bairro, levando em conta o circuito de vida da pessoa.

Algumas informações foram levantadas com a utilização de uma linguagem gráfica. Solicitou-se que as pessoas fizessem um desenho de percurso habitual como manifestação do “mapa mental”, mostrando o caminho realizado a partir das suas casas até os locais que mais freqüentavam no bairro (3), com base na metodologia dos *sketch maps*, ou mapas esquemáticos, utilizada por Lynch (1960/1984) e tantos outros depois dele (Gifford, 1987). O objetivo desses mapas é identificar como as pessoas representam mentalmente as áreas da cidade. Em outro momento, pediu-se que demarcassem em um mapa do bairro, fornecido pela investigadora, o perímetro correspondente ao seu bairro (10). Nesse caso, a pessoa não precisou desenhar os mapas - normalmente, seria problemático fazer uma comparação posterior, pois as escalas

usadas tendem a variar muito e, em se tratando de idosos, é preciso ser bastante objetivo, pois lidar com sua memória não é muito simples (Lawton, 1987). Os mapas eram uma reprodução da área onde estavam situados os bairros, apenas com a indicação do nome de algumas ruas, quando necessário (ver Anexos 1 e 2).

No que diz respeito à cidade, procurou-se verificar por onde os entrevistados circulavam (11 e 15) e que locais seriam os mais representativos em suas opiniões (17) - a escolha dos locais estava relacionada à legibilidade da cidade (ambiente representado), que pode ser expressa através de marcos, nós, percursos, limites e setores - categorias definidas por Lynch (1960/1984).

As demais questões abrangeram os universos do bairro e da cidade, para entender como as pessoas percebiam a acessibilidade física dos ambientes, fazendo considerações sobre a velhice, até chegar à acessibilidade psicológica. Perguntou-se sobre como as pessoas avaliavam o estado das calçadas e ruas (8 e 16), verificou-se como estava o grau de autonomia e como se locomoviam (12), se apresentavam deficiências que dificultavam a interação com os espaços (13), que perspectiva de futuro tinham (19), como a noção de gênero influenciava no conhecimento do local (20), a influência da rede social para a circulação (22), o quanto se consideravam pertencentes ao local (21) e, por fim, quais seriam os locais fotografados da cidade e do bairro mais representativos e com os quais possuíam alguma relação afetiva (18), conforme a técnica de reconhecimento de fotografias aplicada por Milgram (1970). Tal questionamento atuou como um termômetro acerca da memória visual dos entrevistados, bem como para confirmar, através da linguagem não-verbal, se haveria coincidência entre os lugares citados antes que fossem mostradas imagens e aqueles representados graficamente. Com esse objetivo, foram mostradas fotografias de locais do bairro e da cidade (Apêndices B, C e D).

Para obtenção das fotos, foram constituídos juizes (pessoas adultas, de classes econômicas diferentes, representando o senso comum) e adotado o paradigma de *experts*, que consiste em reunir os pontos de vista de profissionais que trabalham com o espaço, como planejadores e gerenciadores, de acordo com seus conhecimentos técnicos (Taylor, Zube & Sell, 1984). Os dois grupos foram instruídos a citar os locais mais representativos da cidade. As opiniões foram reunidas e comparadas, conforme Lee (1977), em um estudo realizado em Cardiff, na Grã-Bretanha, no qual comparou as opções para o lay-out de uma sala feitas por inquilinos de apartamentos com aquelas sugeridas pelos arquitetos. O resultado da comparação entre juizes e *experts* determinou os locais a serem fotografados, sempre considerando a escala do observador e o ângulo de visada, para facilitar a identificação. Com relação aos bairros, algumas indicações da cidade foram coincidentes, outras foram indicadas no estudo piloto e as demais foram definidas a partir de visitas aos locais.

4.3. Procedimento

Com base no banco de dados do projeto “Futuro com Saúde” da Secretaria Municipal de Saúde (conforme descrito no item referente à trajetória pessoal, na introdução), foi montado um mapeamento da cidade, destacando as áreas de maior concentração de idosos (Anexo 3). Conforme aquele estudo, as zonas leste e oeste da cidade seriam as áreas mais povoadas por idosos. Esse mapeamento havia sido elaborado de acordo com os dados censitários de 1991. Não foi necessário utilizar dados mais atualizados referentes à população, pois numa breve comparação observou-se que as diferenças de um censo (1991) para outro (1996) não iriam alterar o *ranking* demográfico dos idosos de Natal e no que diz respeito ao último censo (2000) esses dados ainda não haviam sido computados. Conhecida a região, foram selecionados dois

bairros da zona leste: Alecrim e Rocas. Ambos representavam áreas residenciais entre as mais antigas da cidade e possuíam maior quantidade de idosos por área. O primeiro, situado numa região de densidade homogênea de idosos, localizando-se numa área central da cidade. O segundo, localizado na periferia da cidade, era o mais denso entre bairros de menor densidade. Esperou-se, com isso, encontrar diferenças entre os locais de estudo, pois o Alecrim foi um bairro de formação planejada, enquanto as Rocas foi formada espontaneamente. A população de cada bairro tem estilo de vida diferente, assim como uma paisagem característica. Adotar um critério “espacial” para a escolha dos locais pareceu adequado, pois associados a este estavam aspectos históricos, sócio-econômicos e físico-ambientais.

A segunda etapa consistiu na escolha dos entrevistados. Novamente, adotou-se um critério espacial, com o objetivo de encontrar mais facilmente a população alvo do estudo, pois a busca pelos entrevistados na área de maior densidade de idosos do bairro reduziria o tempo para localização das suas residências. Essa área foi identificada em função dos setores censitários (mapa e dados quantitativos) e com o auxílio de um programa de computador (Arqview), que permite associar um banco de dados à representação gráfica da cidade, construída através de coordenadas geográficas. Os entrevistados foram escolhidos de acordo com sua localização em relação às principais vias do bairro, de modo que pudessem ser entrevistadas pessoas em pontos diferentes do bairro - pelo menos no setor censitário definido. De posse da região que seria trabalhada, foram realizadas entrevistas, fora da área escolhida, para testar o instrumento, nas quais avaliou-se a duração da entrevista, a redação e seqüência das perguntas e a forma de abordagem. A seqüência das questões sofreu alteração, para evitar “idas e voltas”; a quantidade de fotografias foi reduzida, para não cansar os entrevistados e, com isso, diminuiu o tempo de contato com cada participante.

Antes da etapa seguinte, que consistiu na realização das entrevistas, foi preparada uma carta de apresentação, expedida pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFRN, com a finalidade de apresentar a entrevistadora e tranquilizar as pessoas com relação ao objetivo da entrevista. Nesse documento (Anexo 4), havia informações sobre o trabalho em si e sobre como entrar em contato com o professor responsável, para qualquer esclarecimento. A carta quase não precisou ser utilizada, pois as pessoas se dispuseram a colaborar muito facilmente. As entrevistas tiveram a duração média de 1 hora e foram realizadas, na maioria dos casos, nas residências dos idosos. O entrevistado era avisado de que se tratava de uma pesquisa acadêmica e era solicitado a dar sua contribuição. Ao final, pedia-se a sugestão de outros possíveis participantes. Quando as pessoas indicadas não aceitavam colaborar, retomava-se o procedimento inicial de seleção em outro ponto da área escolhida.

A partir das anotações registradas no próprio roteiro das entrevistas, os dados foram agregados, envolvendo tabulações de frequência, sempre que a natureza das respostas permitia (por exemplo, na tarefa de reconhecimento de fotos). Embora a quantidade de envolvidos tenha sido pequena, foram calculadas as percentagens para efeito de operacionalização e apresentação dos resultados. Por fim, para a análise dos resultados e apresentação gráfica final, foram elaborados esquemas que passamos a denominar “mapas compostos”, os quais, tendo como base a técnica de "compiling composite scores" (Golledge, 1991) e as experiências de Lynch (1960/1984), correspondem ao conjunto das informações obtidas junto aos usuários (por exemplo: suas indicações sobre limites do bairro, trajetos, elementos significativos da paisagem, etc.) dispostas sobre a base gráfica correspondente ao mapa real da área em estudo.

5. Resultados e discussão

Nesse capítulo, serão apresentadas questões mais gerais acerca do estudo, como o perfil sócio-econômico dos entrevistados, para, em seguida, abordar as especificidades dos bairros e retomar as questões mais abrangentes desta investigação, discutindo acerca das semelhanças e diferenças existentes entre os bairros, sobre como os idosos percebem a si próprios e a acessibilidade dos espaços da cidade.

5.1. Caracterização geral dos participantes

Na Tabela 2 poderá ser melhor compreendido o perfil sócio-econômico dos entrevistados. A referida tabela apresenta as características dos respondentes de acordo com o bairro onde mora, o gênero, a idade, o estado civil, a ocupação, com quem mora e com quantas pessoas, o grau de escolaridade, a renda familiar, o tempo de moradia na cidade e no bairro e o lugar em que nasceu. Verifica-se que os 24 entrevistados foram divididos igualmente por bairro (12 no Alecrim e 12 em Rocas) e por gênero (12 mulheres e 12 homens). A grande maioria deles está aposentada e encontra-se na faixa etária entre 61 a 86 anos, sendo média 72,5 anos. A maior parte dos entrevistados cursou o primário embora, entre os homens do bairro do Alecrim, o grau de instrução seja mais variado. Com relação à renda familiar, recebem até 6 salários mínimos, sendo a renda declarada pelos homens maior do que a das mulheres. Embora, no bairro das Rocas, o estado civil varie um pouco mais do que no Alecrim, poucos desses idosos moram sozinhos: entre os homens, predominam os que são casados e vivem com esposa e filhos; a grande maioria das mulheres é de viúvas que moram com os filhos. Os dados

Tabela 2.
Perfil sócio-econômico dos entrevistados

Bairro	Gênero	Idade	Estado civil	Ocupação (a)	Mora c/	N.º de Pessoas	Escolaridade (b)	Renda Familiar (Sal. Min.)	Tempo moradia (anos)		Origem	
									Natal	Bairro		
Alecim	Masc.	65	Casado	Reserva	Esposa/sobrinha	03	2º	16,5	35	35	Angicos	
		67	Casado	Aposent.	Esposa/filhos	03	PC	5,5	16	16	S. J. Mipiba	
		70	Casado	Aposent.	Esposa	02	1º	3	45	36	Ipanguaçu	
		77	Casado	Aposent.	Esposa/netos	06	1º	2	44	44	Paraíba	
		82	Casado	Aposent.	Esposa/filho	03	2º	4,5	82	60	Natal	
		85	Viúvo	Aposent.	Filhos/netos	07	PC	+ de 5	23	23	Natal	
	-	-	M=74	-	-	-	M=4	-	M=41	M=37	-	
	Fem.	61	viúva	Aposent.	Aposent.	Parentes	08	PC	8	51	36	Jucurutu
		66	viúva	Pension.	Pension.	Filhos	03	PC	1,5	32	22	Sant. do Mato
		66	viúva	Pension.	Pension.	Filha	02	PC	3	25	21	Caraitabas
		73	viúva	Aposent.	Aposent.	Filhos	06	1º	3	60	56	Paraíba
		80	viúva	Aposent.	Aposent.	Filhos/netos	04	1º	3	55	47	Ceará Mirim
86		viúva	Aposent.	Aposent.	Filho/empregada	03	PC	8	32	32	Nova Cruz	
-	-	M=72	-	-	-	M=4	-	M=42,5	M=36	-		
Rocas	Masc.	61	Viúvo	Aposent.	Sozinho	01	PC	4	49	49	Touros	
		64	Casado	Aposent.	Aposent.	Esposa/sogra/filho	04	PC	?	44	42	Assu
		72	Casado	Aposent.	Aposent.	Esposa/filhos	04	PC	2,5	52	20	São Tomé
		75	Viúvo	Aposent.	Aposent.	Mulher/filhos	05	PI	2,5	58	58	Antonio Martins
		77	Casado	Aposent.	Aposent.	Esposa	02	PC	4,5	51	29	Touros
		80	Casado	Aposent.	Aposent.	Esposa/Filhos	04	PI	4,5	45	45	Ipanguaçu
	-	-	M=71	-	-	-	M=3	-	M=50	M=40,5	-	
	Fem.	66	Viúva	Pension.	Pension.	Filhos	05	PC	3	52	50	Ceará Mirim
		67	Separada	Aposent.	Aposent.	Filhos/netos	07	PC	2	39	39	Caraitabas
		69	Casada	Do lar	Do lar	Esposa/neto	03	PC	3	20	20	Macafra
		71	Casada	Aposent.	Aposent.	Esposo	02	PC	5	54	54	M. Alegre
		80	Solteira	Aposent.	Aposent.	Sozinha	01	PC	1	71	71	Extremoz
81		Viúva	Pension.	Pension.	Filhos/netos	02	AN	2	60	60	Angicos	
-	-	M=72	-	-	-	M=3	-	M=49	M=49	-		
-	-	-	-	-	-	-	-	M=2,5	-	-	-	

(a) Aposent. = Aposentado; Pension. = Pensionista; Reserva = Militar reformado.

(b) PC = Primário Completo; PI = Primário Incompleto; AN = Analfabeto.

mostram que os entrevistados estão há, pelo menos, 16 anos no bairro e em Natal, tempo razoável para conhecer o local onde vivem, dependendo de sua história de vida.

Dentre aqueles que não nasceram em Natal, o maior percentual veio do interior do estado e apenas dois vieram de outro estado, a Paraíba. Apesar disso, com raras exceções, essas pessoas se consideram natalenses e legítimos moradores do bairro, devido ao tempo de residência, ou porque suas cidades de origem são próximas daqui, situando-se na Grande Natal. A grande maioria deles veio ainda jovem para a capital, seja para trabalhar (bastante comum entre os homens), seja por ocasião de casamento ou acompanhando os pais (caso de muitas mulheres).

A constatação de que quase todos os entrevistados vieram do interior talvez possa explicar o fato de terem sido receptivos, acolhedores - considerando a forma como foram abordados para a entrevista.

No entanto, essa pode ser uma característica própria da idade, uma vez que estão com muito tempo disponível e, muitas vezes, carentes de atenção. Isso ficou claro na declaração de muitos deles, pois todos gostaram da entrevista, como uma forma de “passar o tempo”, de “conversar com alguém”, testar conhecimentos, falar o que sabia. Alguns arriscaram dizer que foi um pouco difícil, afinal não estavam acostumados a falar sobre o assunto. Outros, ainda, afirmaram não terem tido um bom desempenho, ou seja, responsabilizavam a si próprios pela “dificuldade” e não à tarefa.

Outro fator importante a ser considerado é que os moradores mais antigos, em sua maioria, não são nativos da cidade: 42%(10/24)¹ dos entrevistados chegaram em Natal muito jovens (entre 09 e 20 anos de idade) antes ou durante a 2^a Guerra Mundial, principalmente os moradores de Rocas. Assim, puderam acompanhar as mudanças pelas

¹ Apesar da quantidade de entrevistados ser pequena, estão sendo utilizadas porcentagens para facilitar a apreciação dos resultados, principalmente quando se comparam os subgrupos. Ao lado da porcentagem, consta o número absoluto.

quais passou a cidade desde a construção da Base Naval de Natal, em 1941. Nesse sentido, acrescentando-se os que estão na cidade desde recém-nascidos, boa parte dos entrevistados (54%, 13/24) se encaixa na época em que a cidade era como se fosse os arredores de um quartel. Finda a guerra, veio a pobreza, o desemprego e o desalento para as famílias, mas também ficaram alguns hábitos como ir a praia todos os dias, um traje mais esportivo para os homens, a calça comprida para as mulheres, que deixaram de sair com um guardião para os bailes. Era época do auge do Cinema Rex, na Av. Rio Branco, na Cidade Alta (Lima, 1999). Vale acrescentar que estavam em Natal no momento mais produtivo de suas vidas, ou seja, durante a juventude e início da vida adulta.

5.2. Os idosos do Alecrim

Nesse ponto, será abordado o desempenho dos idosos nas tarefas que incluíram a utilização de recursos gráficos e suas opiniões acerca da cidade e do próprio bairro.

Na escala do bairro, o percentual de reconhecimento das fotos foi bastante alto e as diferenças de gênero não apareceram. Conforme a Tabela 3, a Igreja São Pedro e o Mercado Público do Alecrim foram reconhecidos por unanimidade. Entre os locais mais reconhecidos também estavam a Feira (82%, 9/11), o Relógio (64%, 7/11) e a Parada em frente ao Banco Bradesco (55%, 6/11). Um fato interessante é que a Igreja São Pedro, um dos pontos mais antigos do bairro, além de ter sido tão facilmente reconhecida, foi apontada como o local mais representativo do bairro (6 em 11 entrevistados). Contudo, foram poucos os que a relacionaram com suas vidas, assim como ocorreu com os demais locais.

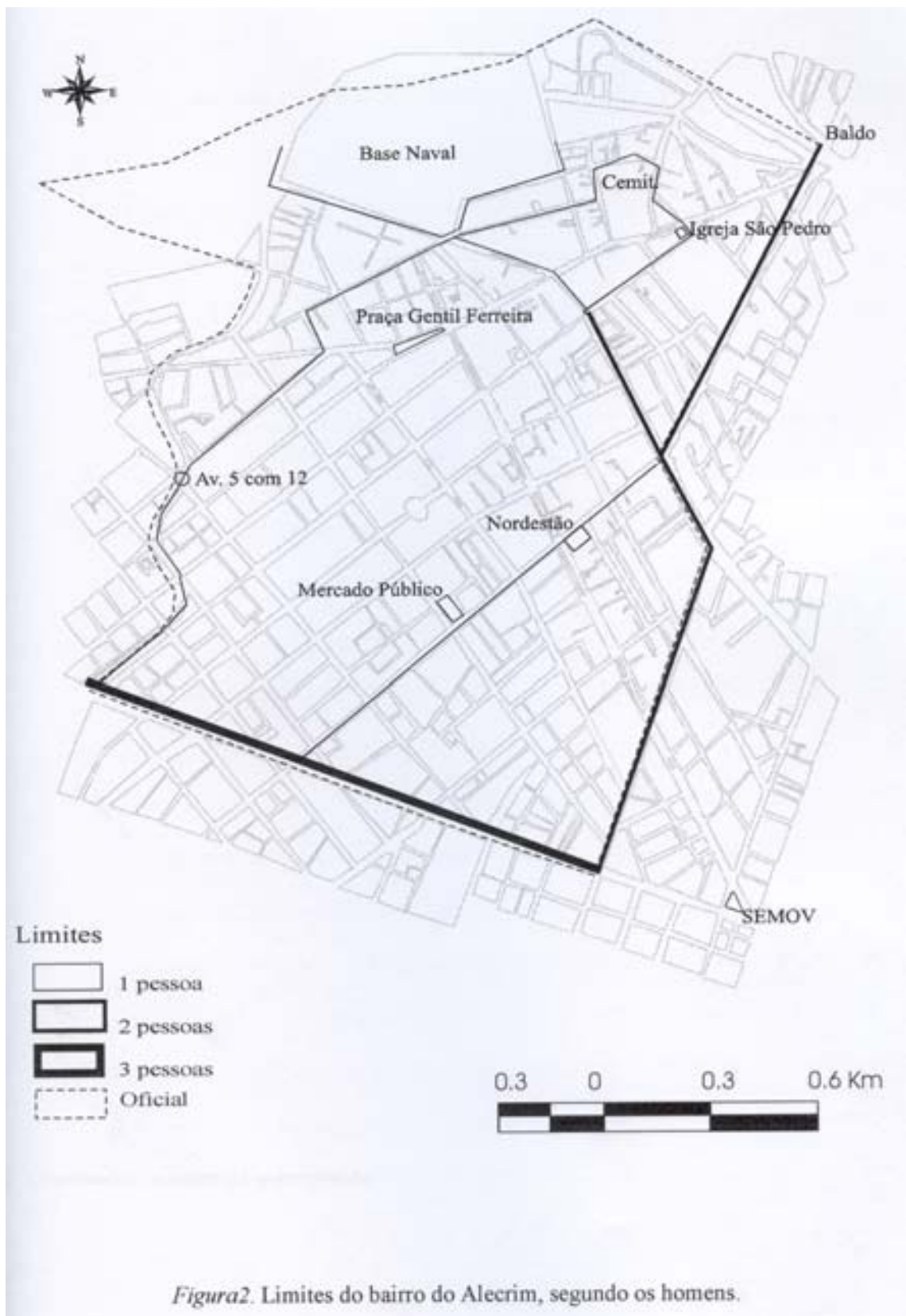
Na definição dos limites do bairro (item 10, Apêndice A), as pessoas faziam uso de alguns marcos referenciais, mas predominaram os caminhos, para definir qual seria

o perímetro do bairro, como se pode observar nas Figuras 2 e 3. Num rápido olhar sobre as figuras, pode-se constatar um certo espaço vazio no mapa. Tal área corresponde à ocupada pela Base Naval (marco importante na história do bairro e da cidade, como foi discutido no capítulo que trata da história de Natal), que representa uma barreira à visão e à circulação; ou seja, as pessoas não têm acesso àquela área e, por isso, não conseguem enxergar o rio - o que justifica o fato de poucos terem se aventurado a avançar em direção ao Rio Potengi, um dos limites oficiais do bairro.

Tabela 3.
Reconhecimento de fotos do bairro do Alecrim

Lugares fotografados	Frequência percentual de reconhecimento		
	Mulheres (n=6)	Homens (n=5)	Total (n=11)
Igreja São Pedro	100	100	100
Mercado Público	100	100	100
Feira	83	80	82
Relógio	67	60	64
Parada do Bradesco	50	60	55
Parada/lojas da Av. 2	50	40	45
Camelódromo	33	20	27

Não foram encontradas diferenças de gênero na representação do espaço físico do bairro. Apesar disso, o exercício de verificar o quanto a pessoa tem o bairro mentalmente mapeado, mostrou dois homens que definiram os perímetros mais aproximados ao traçado oficial. O primeiro, de 67 anos de idade, havia trabalhado como motorista, morava há 16 anos na cidade e no bairro, utilizava carro e andava a pé, mas circulava quase que exclusivamente no bairro. Talvez por todos esses fatores ele tenha conseguido elaborar um desenho esquemático das ruas do Alecrim bastante simples e claro, quando foi solicitado a mostrar graficamente o percurso realizado até o local mais freqüentado por ele, partindo da sua residência (item 3). O segundo, aos 65 anos de





idade, era militar da reserva, morou em períodos alternados na cidade, circulava muito de carro e também desenhou um mapa esquemático das ruas bastante legível. Por outro lado, apenas um idoso não definiu nenhum percurso, citou apenas marcos referenciais - ele, que saiu jovem da cidade e retornou há alguns anos, pode não ter entendido bem a pergunta, ou o bairro, em sua percepção, é representado pelos locais que citou, um universo bastante reduzido, como pode ser visto na Figura 2.

Outro aspecto interessante é que os entrevistados definiram o bairro em dimensões menores do que as estabelecidas oficialmente. Tal constatação pode ser explicada em virtude dos idosos freqüentarem locais bastante próximos de suas residências, na maioria dos casos (ver Figuras 4 e 5), e/ou talvez o limite oficial tenha seguido critérios que não coincidem com a identidade que os usuários desenvolveram.

Os resultados apresentados podem estar relacionados ao fato de que essas pessoas saem pouco de casa. Quando o fazem é para atender a um determinado objetivo, principalmente as mulheres. Ao se questionar, por exemplo, acerca do quanto as pessoas circulavam pelo bairro (7), estas entenderam, inicialmente, que se indagava sobre um hábito de lazer, logo respondiam que não saíam ou que somente seria “a negócio”. Entendida a questão, pode-se constatar que as mulheres circulam mais pelo bairro e menos pelo resto da cidade, e que os homens saem um pouco mais do que elas. Portanto, por circularem mais pelo bairro, os homens deveriam ter uma noção melhor dos limites do seu bairro, avaliar as condições físicas do bairro e da cidade, bem como reconhecer lugares, pois têm maior mobilidade.

Conforme já foi mencionado, os homens apresentaram melhores condições de mobilidade, que pode ter facilitado a avaliação dos espaços físicos. Foram poucos os que assumiram apresentar problemas de locomoção, independente de gênero. Dos cinco

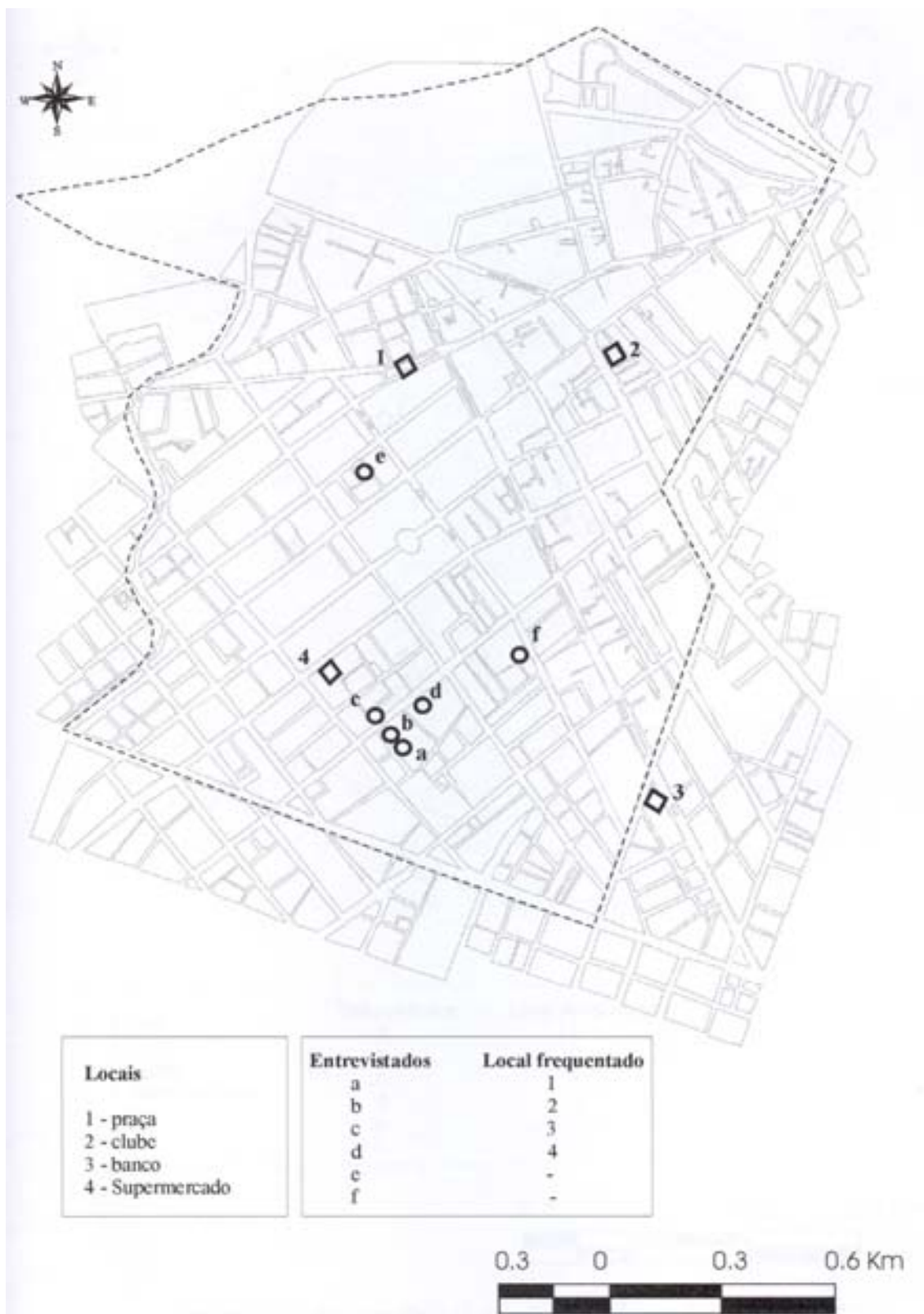


Figura 4. Local de residência x Local mais freqüentado no bairro pelos homens do Alecrim.

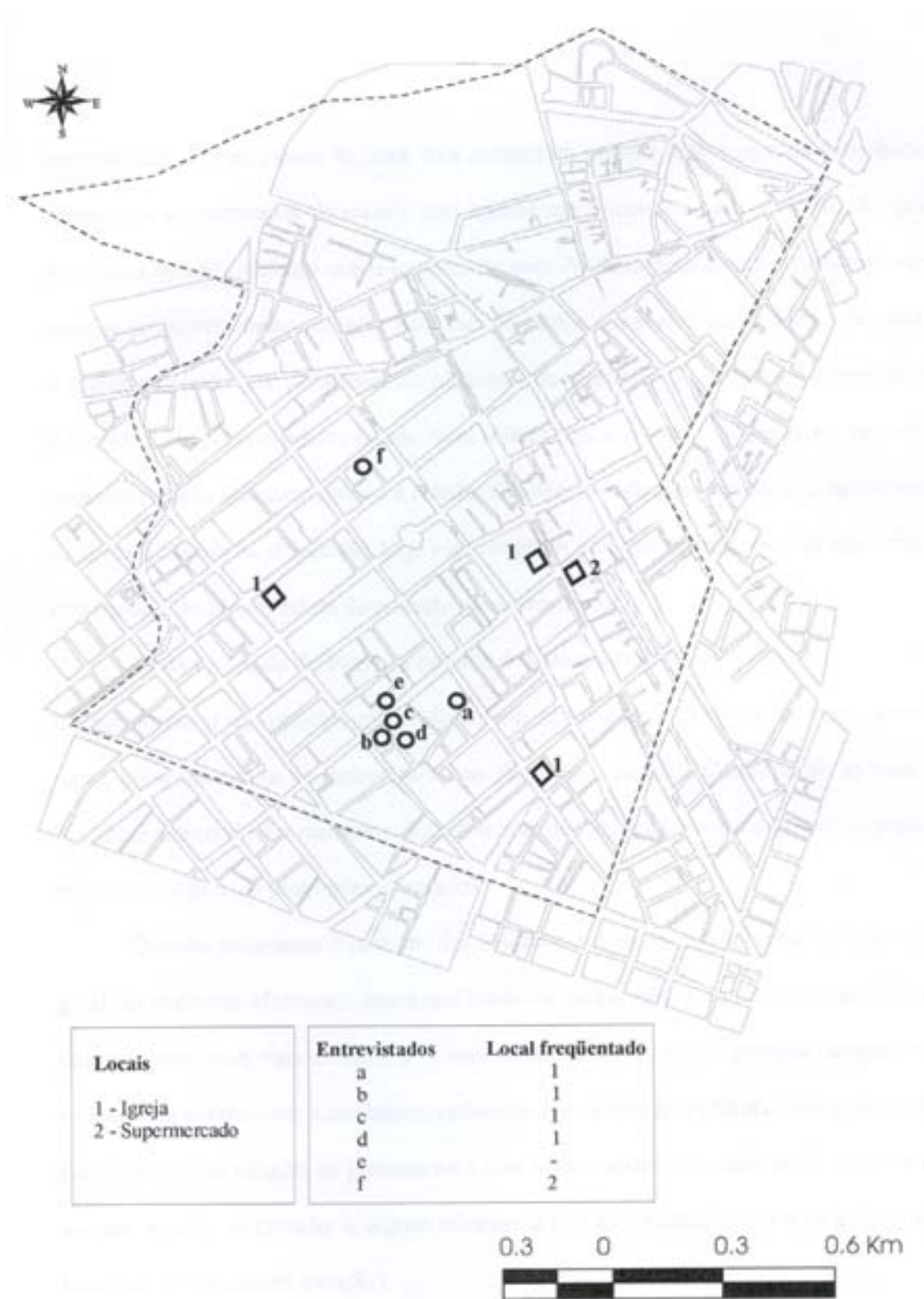


Figura5. Local de residência x Local mais freqüentado no bairro pelas mulheres do Alecrim.

entrevistados que não saem de casa, três assumiram possuir algum tipo de deficiência (decorrente de problemas de saúde), mas apenas um associou ao seu problema físico a existência de um ambiente que o impedia de sair. As duas pessoas que afirmaram não possuir problemas físico-motores para sair de casa e tampouco um ambiente inibidor, estavam passando por problemas de alteração da memória ou distúrbios emocionais. Aqueles que circulam pouco fazem mais referências aos locais visitados no passado, tanto em relação ao bairro quanto à cidade. Quando se pede para comparar o bairro com os demais bairros da cidade (4), logo eles retrucam que não saem e por isso não sabem responder, mas alguns falam do passado que conheceram.

Ainda na escala do bairro, a opinião dos alecrinenses é de que as calçadas estão em estado razoável (principalmente de acordo com os homens), embora, em segundo lugar, apontem a falta de padronização na altura das calçadas. Com relação às ruas, a opinião é a mesma: são razoáveis. Vale destacar que alguns idosos indicavam os pontos mais críticos para os problemas apontados.

Quando indagados a respeito das calçadas e ruas da cidade como um todo, no geral, as mulheres afirmaram que a qualidade de ruas e calçadas está boa, enquanto os homens apontaram mais defeitos. Foi interessante observar que as pessoas comparavam os locais da cidade com o seu bairro, refletindo uma experiência direta com o ambiente, pois falavam em relação ao passado ou a uma visita recente ao citado local. Igualmente ao que ocorreu na questão 4, alguns afirmaram que não tinham como avaliar (por não irem, ou não prestarem atenção).

Também com o intuito de identificar o quanto circulavam esses idosos, foi abordado o tema da amizade (22). Nesse sentido, buscou-se fazer uma comparação entre o número de amigos e os locais de encontro, para verificar como as relações sociais influenciavam nas ambientais. Parece não existir um lugar de convívio próprio para o

encontro dessas pessoas, porque muitos não moram no mesmo bairro do entrevistado e outros residem fora da cidade, mas, pode-se verificar que existe uma certa relação entre o fato de ter muitos amigos e o de circular mais pela cidade. Apesar dos idosos, em sua maioria, afirmarem ter muitas amizades, pouquíssimas são íntimas, principalmente para os homens. Costumam encontrá-los na rua, na igreja ou os recebem em casa e, com menor frequência, vão às residências deles. Tais dados apenas confirmam o fato de saírem pouco de casa.

Todavia, era preciso saber por que saem tão pouco e verificar se isso estava relacionado com o sentimento de apego ao lugar.

O grau de autonomia (no sentido de fazer o que deseja) e segurança desses idosos é relativamente baixo. Num universo de seis homens e seis mulheres, três homens afirmaram que não saíam sozinhos (dois deles por incapacidade motora e um por preferir ficar em casa), enquanto duas mulheres assumiram que saíam sozinhas, na falta de alguma companhia.

Outro aspecto interessante diz respeito ao fato de que as pessoas começavam ou limitavam-se a responder sobre o bairro a partir da rua onde moravam e de suas casas, como também tendiam a apontar o Alecrim como sendo a área comercial, delimitada pelas avenidas 1 (Pres. Quaresma), 2 (Pres. Bandeira), 3 (Pres. José Bento), 4 (Pres. Sarmiento), num sentido, e 6 (Interv. Mário Câmara/ Rua dos Canindés), 7 (Rua dos Caicós), 8 (Rua dos Pajeús), 9 (Cel. Estevam), 10 (Rua dos Paianases/Rua Leonel Leite), perpendiculares àquelas, o que influenciou na definição do perímetro do bairro (embora incluindo-se nele, faziam referência ao Alecrim como algo distante, diferente de onde eles moravam).

Quanto à satisfação com o local de moradia, observa-se que principalmente as mulheres não desejam mudar-se do bairro por mais que tivessem condições, enquanto

os homens ficaram divididos. Quando indagados pelo porque da permanência no local, os idosos respondiam prontamente que era porque gostavam (e os motivos já haviam sido ditos - item 2). Observou-se que predomina o critério da centralidade em relação ao comércio e serviços, seguido da tranquilidade. Percebe-se aqui uma diferença de gênero: os homens estão mais preocupados com a praticidade das coisas, vivem mais na rua, resolvendo problemas. Já as mulheres estão satisfeitas com o local onde moram porque é tranquilo e, depois, pela centralidade. Este aspecto da centralidade está bastante relacionado com a característica do bairro, principalmente o trecho mais próximo à Cidade Alta.

No sentido oposto, quando indagados acerca do que menos gostavam no bairro (5), os idosos tiveram dificuldade em responder, afinal é muito mais fácil falar do que se gosta, a não ser que a pessoa esteja demasiadamente insatisfeita com alguma situação. Os entrevistados pareciam até esquecer os defeitos em detrimento das virtudes, como um reforço ao sentimento positivo em relação ao bairro, como já constatado em pesquisas similares (Gomes & Pinheiro, 1998; Pinheiro, Elali, Azevedo & Costa, 1999). Além disso, deve-se levar em conta a situação social, que se apresenta aos entrevistados: falar para uma estranha sobre aspectos negativos do seu bairro, já tendo apresentado os pontos positivos.

Em síntese, pode-se afirmar que os idosos se comportam de uma forma particular. Circulam muito mais pelo próprio bairro do que pelo resto da cidade - afinal, o espaço físico do Alecrim oferece muito mais opções de comércio e serviços do que outros bairros. Além das idas ao comércio, as mulheres preferem ir à igreja e os homens vão em busca dos serviços. Para ambos, que costumam sair de casa somente quando acham necessário, o Alecrim é mais do que satisfatório. Todavia, os idosos também

freqüentam outros bairros, mas não com muita freqüência, para visitar parentes e fazer consultas médicas.

5.3. Os idosos das Rocas

No bairro das Rocas, também encontram-se algumas peculiaridades que serão vistas no decorrer desta seção, da mesma forma que semelhanças foram encontradas em relação ao bairro do Alecrim. Na escala do bairro, os percentuais de reconhecimento das fotos também aumentam, em relação aos que foram encontrados no Alecrim, porém as diferenças de gênero aparecem (ver Tabela 4).

Tabela 4.
Reconhecimento de fotos do bairro das Rocas

Lugares fotografados	Freqüência percentual de reconhecimento		
	Mulheres (n=4)	Homens (n=6)	Total (n=10)
Igreja da Sagrada Família	100	100	100
Canto do Mangue	100	67	80
Feira	75	67	70
Praça do Redondo	50	83	70
Hospital dos Pescadores	50	33	40
Galo Branco	50	17	30
Escola Est. Isabel Gondim	25	17	20

Os locais mais reconhecidos foram a igreja da Sagrada Família (100%, 10/10), O Canto do Mangue (80%, 8/10), a Feira (70%, 7/10) e a “Praça do Redondo” (70%). Os locais de comércio, como o Galo Branco, e serviços (como a escola e o hospital) foram mais facilmente apontados pelas mulheres. Os homens, por sua vez, reconheceram muito mais o local de lazer. Como pode ser visto, a igreja da Sagrada Família foi reconhecida por unanimidade. Ela também foi escolhida como o local mais representativo do bairro e com o qual as pessoas mais tinham envolvimento afetivo -

principalmente para os homens (40% do total – 4/10, 67% dos homens – 4/6), pois as respostas das mulheres foram mais variadas.

A definição dos limites de Rocas mostrou um problema que ocorre em várias localidades: a confusão de nomes de bairros. Havia uma senhora que, mesmo morando nas Rocas (de acordo com os limites oficiais), recebia correspondências de órgãos públicos como se fosse residente da Praia do Meio e era assim que ela se considerava. Dessa maneira, pode-se entender que a idéia de bairro está associada à noção de residência “influenciada” pelas imposições das instituições, especialmente as públicas. Segundo Américo (1998), o bairro é uma área que permite que os indivíduos desenvolvam um sentimento de pertinência; por isso torna-se muito difícil precisar a abrangência desse espaço físico. Talvez isso explique porque os entrevistados definiram limites diferentes dos oficiais, considerando o bairro com dimensões menores do que as oficiais, conforme pode ser visto nas Figuras 6 e 7, que mostram o traçado do perímetro do bairro, segundo os homens e as mulheres, como descrito a seguir.

Verificou-se, ainda, que para os “roqueiros” há uma área que não pertence ao bairro, contrariando a demarcação oficial - que quase ninguém sabe qual é de fato. A região onde existem construções ligadas à linha férrea, galpões e outros prédios (Motel Jóia, colégios, residências antigas) está associada, no entendimento das pessoas, à Ribeira. Trata-se de uma paisagem realmente diferente do restante da área. Tal constatação também é compreensível, considerando-se a história de formação do bairro. A partir da rua Silva Jardim começaram a se instalar moradores em função da proximidade do local de trabalho, na Ribeira. Os galpões e a linha férrea são bastante típicos da região próxima ao porto.

Observando o traçado no mapa das Figuras 6 e 7, nota-se que são apontados muito mais marcos do que caminhos para definição dos limites do bairro,

principalmente pelas mulheres. O Canto do Mangue é um exemplo. Ele foi citado várias vezes pelas mulheres, mas não ficou claro que área abrangia. Então, adotou-se a leitura do pesquisador sobre qual seria essa área - um trecho que extrapola os limites da praça: de um lado, se estende até o antigo prédio da Rampa e, do outro, em direção ao Hospital dos Pescadores, contemplando os muitos estabelecimentos que comercializam produtos do mar. Nesse sentido, o Canto do mangue combina os atributos “lynchianos” marco e percursos. Mas, o que salta aos olhos nessa constatação é que as mulheres parecem se sentir mais confortáveis em apresentar pontos de referência do que nomes de ruas, talvez porque saíam pouco de casa. Os homens contribuíram mais na apresentação de limites mais fechados, através de caminhos, evidenciando o quanto eles circulavam e conheciam o bairro, ou se preocupavam em saber que limites seriam esses. Parece ser algo esperado que os homens saibam mais sobre isso do que as mulheres; é como se o homem tivesse sido criado para a rua.

Os entrevistados freqüentam locais relativamente próximos de suas residências (conforme Figuras 8 e 9). As mulheres vão à igreja e a outros locais de distração e os homens se dividem entre as idas ao comércio e a locais de lazer. Esses resultados mostraram um certo contraste com a Tabela 4, em relação às mulheres, o que é justificado pelo fato de a estas não terem sido mostradas fotografias de locais de lazer freqüentados por elas. Foi uma descoberta interessante porque, mais adiante, as pessoas respondem que costumam sair com o objetivo de resolver algo ou atender alguma necessidade. Parece que esses idosos se distraem mais no seu próprio bairro.

Quanto ao ambiente que os cerca, os idosos avaliam que a situação das calçadas precisa melhorar. Há muitos “altos e baixos” pelo caminho deles - uma reclamação predominantemente masculina, mas não é que tenham dificuldades para usar e sim porque circulam mais, percebendo mais. A opinião das mulheres se divide: umas acham

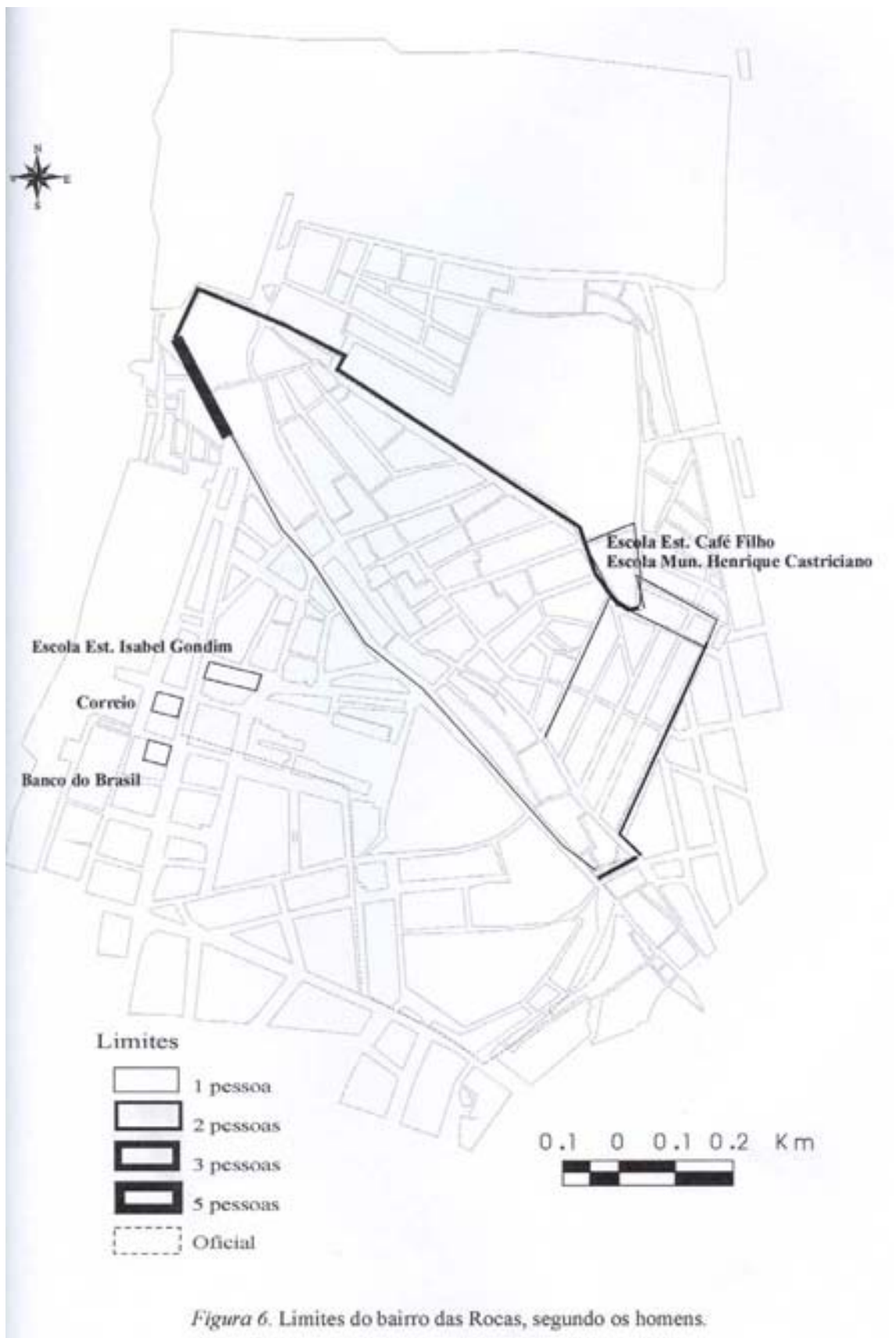


Figura 6. Limites do bairro das Rocas, segundo os homens.

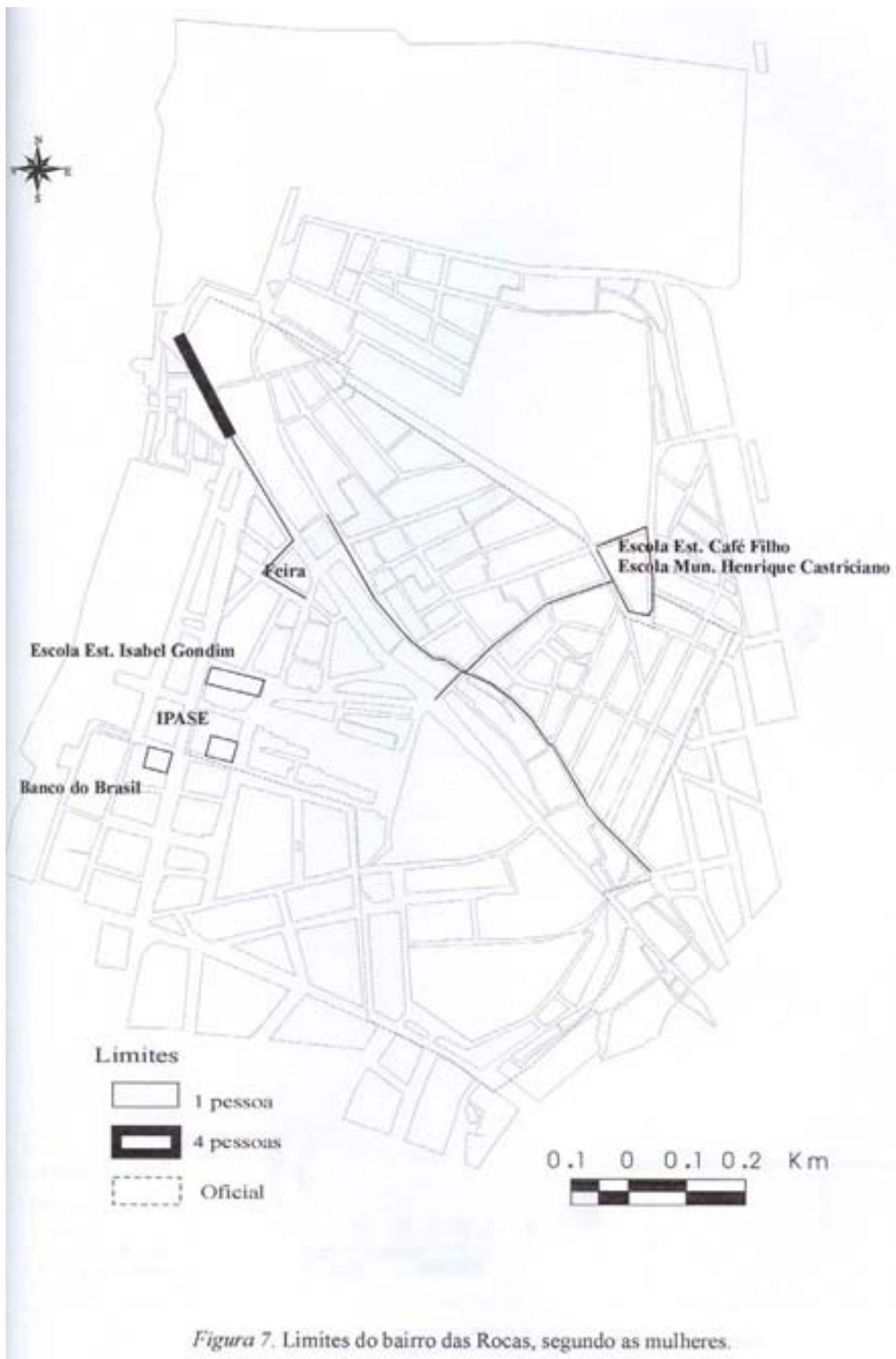


Figura 7. Limites do bairro das Rocas, segundo as mulheres.

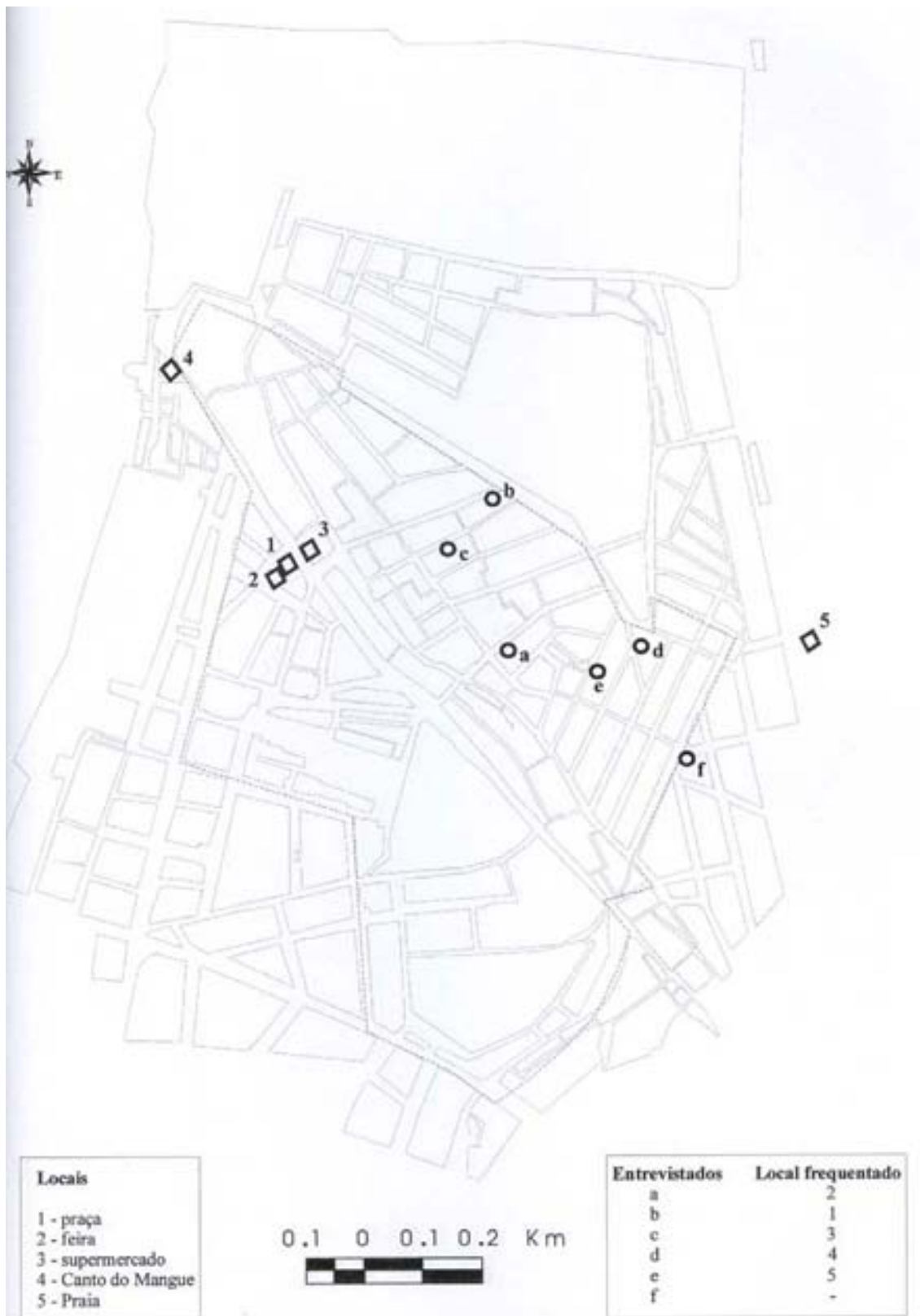


Figura 8. Local de residência x Local mais frequentado no bairro pelos homens das Rocas.

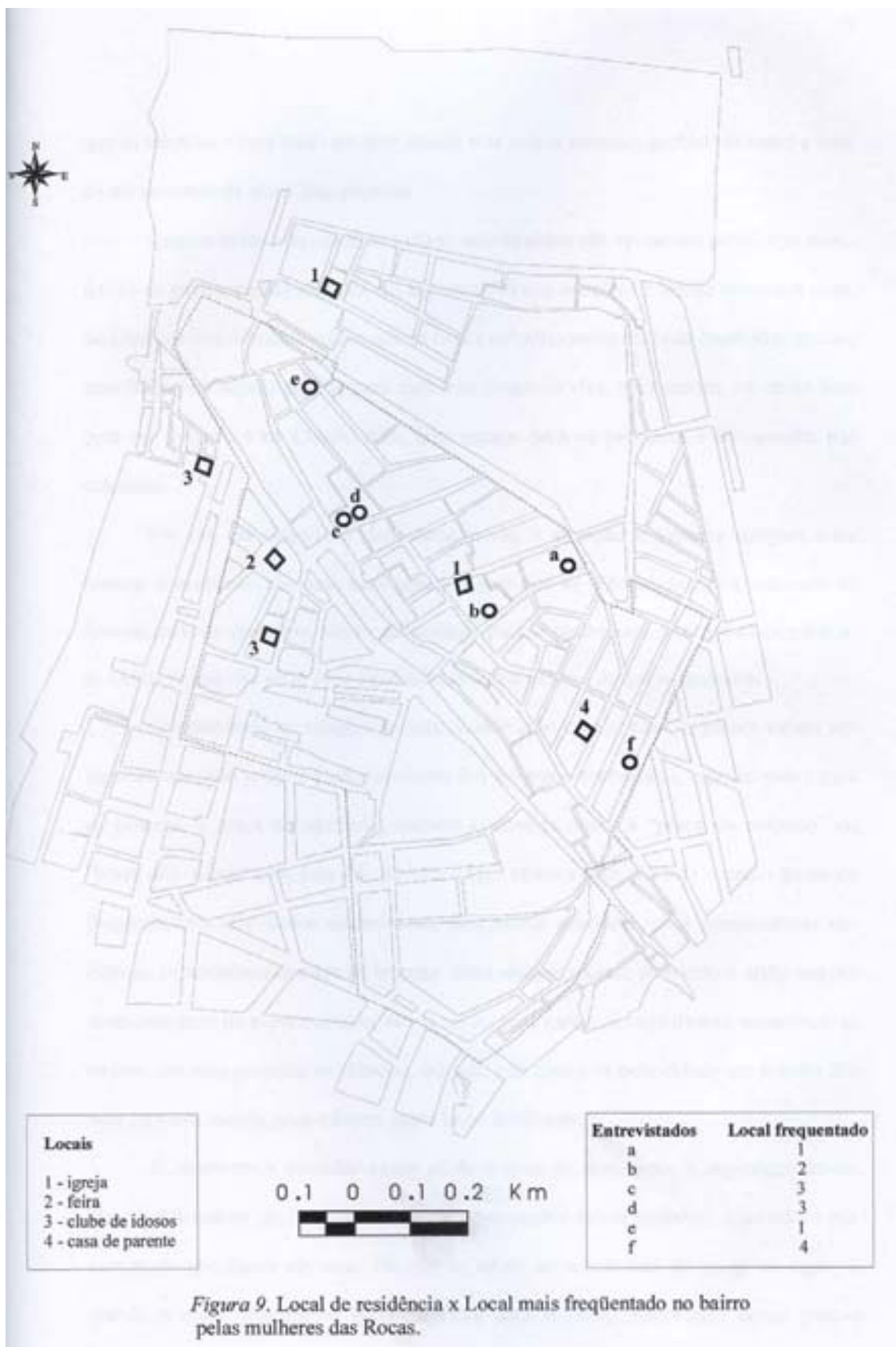


Figura 9. Local de residência x Local mais frequentado no bairro pelas mulheres das Rocas.

que as calçadas e ruas estão em bom estado e as outras apontam problemas como a falta de nivelamento da altura das calçadas.

Quanto às ruas, as opiniões variam, mas também são apontados problemas como a falta de pavimentação asfáltica em algumas. No que se refere à cidade como um todo, no geral, os entrevistados acham que as ruas e calçadas estão em boas condições de uso, mas indicaram alguns pontos para melhorar. Segundo eles, no Alecrim, há muito lixo para ser retirado e na Cidade Alta, falta espaço para os pedestres e há camelôs nas calçadas.

No que diz respeito à deficiência física, a situação é bastante desigual entre homens e mulheres. Elas assumem possuir algum tipo de dificuldade física, enquanto os homens parecem realmente não ter dificuldades para se deslocarem. Mais uma vez, reforça-se a idéia de que eles estão mais ligados ao ambiente externo do que as mulheres.

Considerando as relações sociais na interação com o espaço, parece existir um lugar de convívio próprio para o encontro dos amigos e conhecidos, especialmente para os homens: a praça do mercado, também conhecida como a “praça do redondo” ou “praça dos velhos” (ver foto R5, Apêndice D) - embora esse não seja o único grupo de freqüentadores. Os idosos normalmente têm muitas amizades, mas pouquíssimas são íntimas, principalmente entre os homens. Seus amigos moram no bairro e estão sempre se encontrando no supermercado, na rua ou em suas casas. Já as mulheres, encontram as amigas nas suas próprias residências, ou seja, não circulam pela cidade em função das suas relações sociais, mas o fazem pelos laços familiares.

É interessante entender como se dá o grau de autonomia e segurança desses idosos. Afirmaram que, na falta de alguma companhia saíam sozinhos, logo não é por essa razão que ficam em casa. No que se refere ao sentimento de apego ao lugar, a grande maioria demonstrou estar satisfeita com o local. Apontaram como pontos

positivos da moradia ali a tranquilidade da área, as pessoas e a proximidade de estabelecimentos comerciais - tendo sido freqüentemente utilizada, mais uma vez, a expressão “perto de tudo”. A maioria dos idosos se sente natalense, se considera legítimo morador do bairro, mas, apesar disso, apenas 42% (5/12) não deseja mudar-se de lá. Um percentual que evidencia um certo desapego, principalmente por parte dos homens que, com maior facilidade, se mudariam do bairro. Quando indagados acerca dos motivos para permanência, os entrevistados apontavam o tempo de moradia como fator principal. Todavia, uma entrevistada afirmou que se mudasse para outro bairro seria difícil fazer novos amigos, pois “velhos não fazem amizade” - uma observação um tanto surpreendente vinda de quem participa de clube de idosos.

A afirmação anterior sintetiza o que os idosos mais gostam no bairro: as relações de amizade. Tanto é que entre os pontos negativos do bairro, estão somente fatores ligados ao ambiente como pavimentação, limpeza, drenagem.

5.4. Uma cidade psicologicamente acessível?

Na tarefa de reconhecimento de fotos da cidade (ver fotografias no Apêndice B), observou-se a existência de muitas semelhanças e diferenças entre os bairros, a começar pelo número de participantes: 11 alecrinenses (um dos homens apresentava sério problema de visão) e 10 roqueiros (duas mulheres tinham a visão comprometida). Pode-se observar que os lugares mais reconhecidos foram aqueles normalmente encontrados em cartões postais da cidade: o Farol de Mãe Luiza (foto N8, com 82%, 9/11 dos alecrinenses e 80%, 8/10 dos roqueiros), seguido do Estádio Machadão (foto N5, com 73%, 8/11, e 70%, 7/10), Praia de Ponta Negra (foto N9, com 73%, 8/11, e 50%, 5/10) e Fortaleza dos Reis Magos (foto N7, com 55%, 6/11, e 40%, 4/10), como se pode observar na Figura 10. Para as demais fotos praticamente não apresentaram diferenças

entre os bairros, com exceção da Ponte de Igapó (foto N6) que foi mais reconhecida pelos alecrinenses, provavelmente devido a proximidade do bairro do Alecrim à referida ponte.

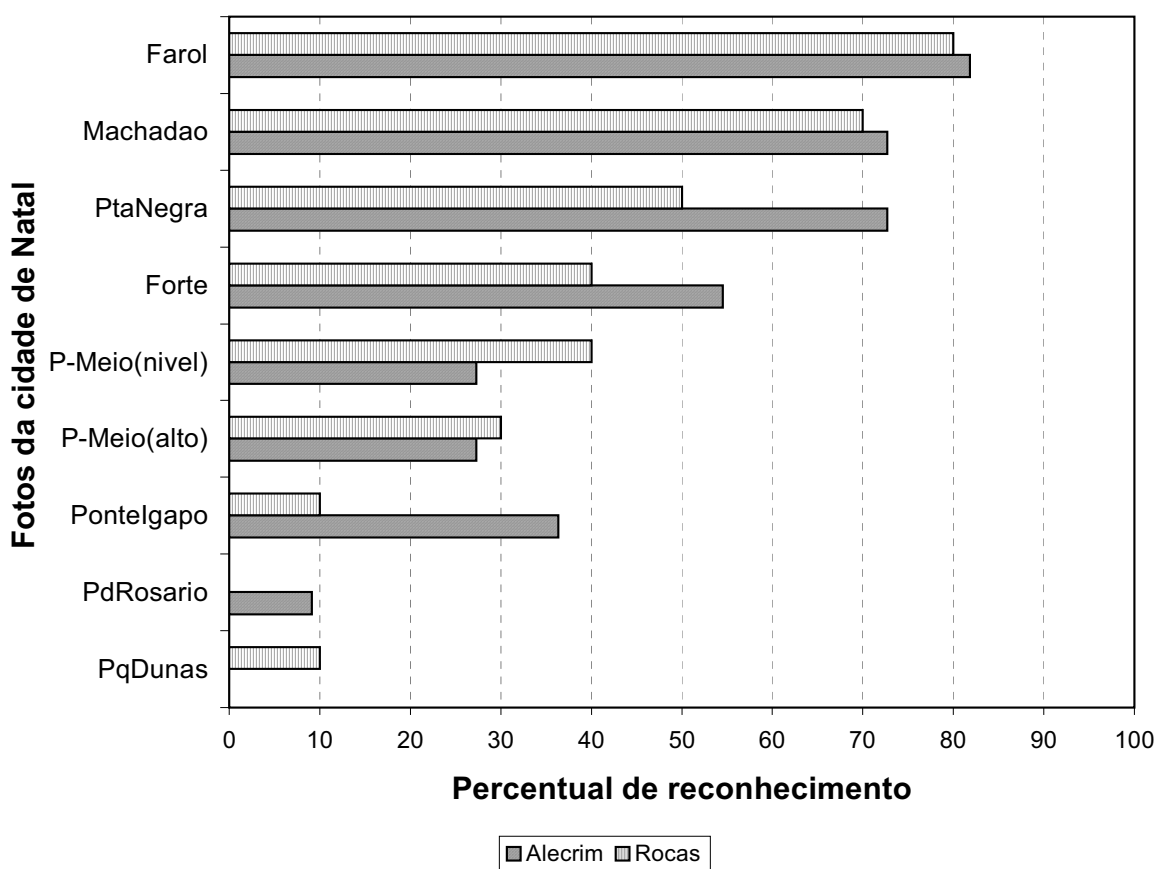


Figura 10. Reconhecimento da cidade por moradores de Alecrim e Rocas.

Já a Praia do Meio foi reconhecida em níveis inferiores ao que se esperava. Havia uma vista “aérea” (foto N2, tirada do alto da Ladeira do Sol) e outra em nível (foto N3, tirada da Ponta do Morcego). Esperava-se que o percentual de reconhecimento de ambas fosse mais alto, especialmente para os moradores das Rocas, pois, além da citada praia figurar em cartões postais da cidade, trata-se de uma das áreas que fazem

fronteira com o bairro, mas isso não aconteceu. O baixo índice de reconhecimento pode estar relacionado ao fato de as pessoas não transitarem por ali, principalmente aqueles que circulam mais de ônibus, por isso, não estão acostumadas a olhar determinados ângulos da cidade, apresentando uma maior dificuldade para reconhecê-los. Todavia, observou-se que os homens reconheceram mais a praia através da foto tirada em nível e, nos seus relatos a praia é um dos locais mais freqüentados. Houve até quem considerasse a praia como pertencente ao bairro.

A Figura 11 apresenta os índices de reconhecimento das fotos da cidade, agora separados pelos homens e mulheres deste estudo. Os lugares mais reconhecidos por ambos os sexos foi o Farol de Mãe Luiza e o estádio de futebol Machadão. Os homens reconheceram mais a Praia de Ponta Negra, a Fortaleza dos Reis Magos e a Praia do Meio (foto tirada em nível). As mulheres, por sua vez, reconheceram mais a Praia do Meio (foto tirada do alto) e a Ponte de Igapó - talvez porque circulem por lá mais do que os homens.

O Parque das Dunas, visto a partir de um ângulo que mostra a Via Costeira e parte da cidade (foto N1), foi reconhecido por apenas um dos entrevistados (um morador das Rocas, que talvez tenha circulado por lá). Tal constatação é compreensível devido a ser um local pouco freqüentado pelos idosos, além de ser algo mais recente na história da cidade. Além disso, dependendo de onde a pessoa more, o Parque das Dunas assume outros significados, como “morro”, “cerca”, “Bosque dos Namorados” (Cabral, 1999).

Na realização dessa tarefa, pode-se observar que parece ser uma dificuldade comum aos idosos reconhecer lugares através de fotografias. Muitos idosos apontaram a foto referente à Via Costeira como sendo uma praia (devido a presença do mar e da

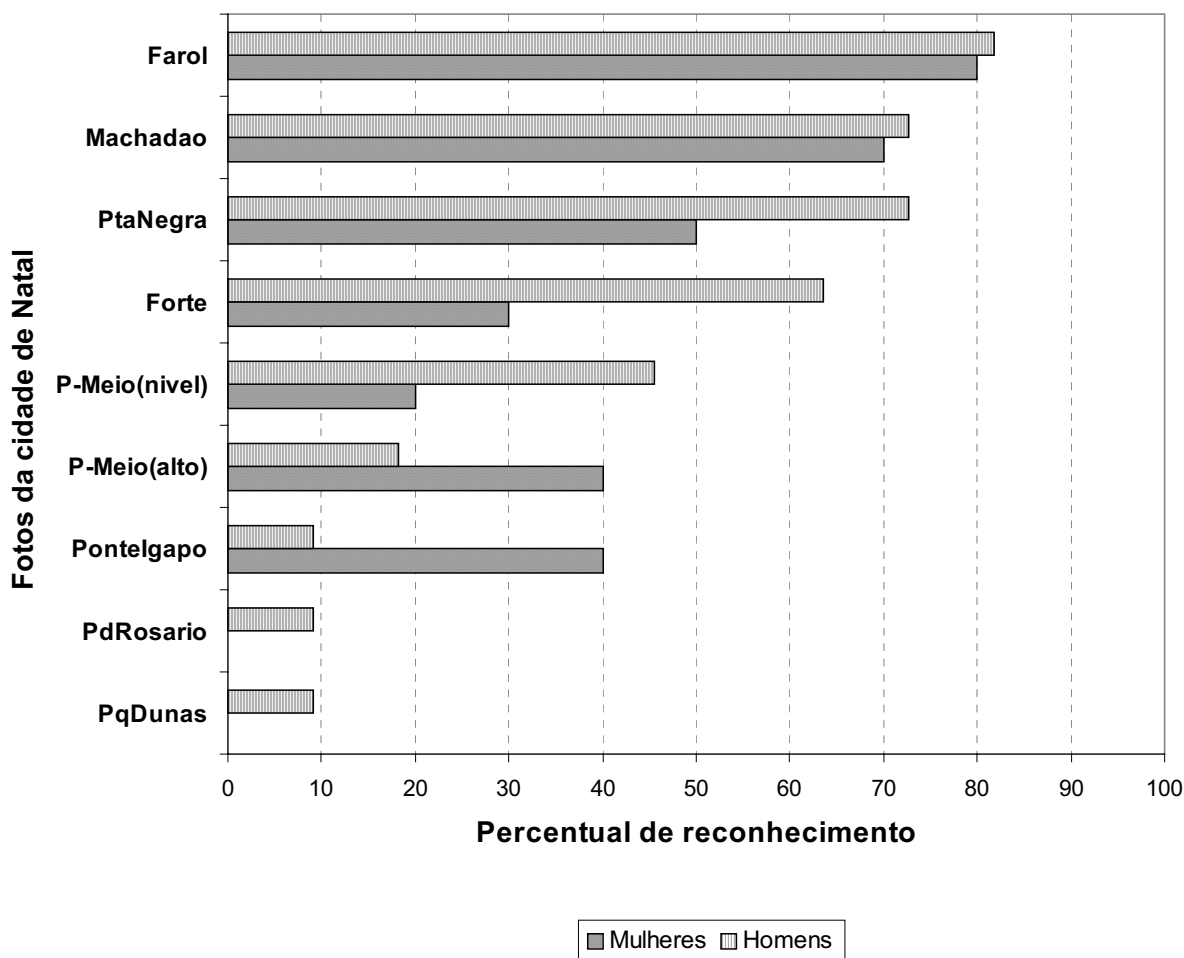


Figura 11. Reconhecimento da cidade por homens e mulheres.

areia) e outros iam mais além, afirmando tratar-se da Praia da Redinha (por causa da vista da cidade por trás das dunas). Também ocorreram outros exemplos de equívocos visuais como, por exemplo, achar que a curva na ponte sobre o Rio Potengi seria uma curva da Avenida Prudente de Moraes próxima ao Machadão (quando se vem do bairro de Candelária), ou ainda que na Pedra do Rosário estava localizado um farol (que poderia ser o que existe em Mãe Luiza). O desempenho das pessoas no reconhecimento das fotos pode ser classificado como baixo. A maioria reconheceu três fotos, um terço do que foi apresentado. Em termos de cidade, os homens reconheceram em média uma

foto a mais do que as mulheres (3,5). Já no bairro, a média de fotos reconhecidas foi semelhante entre os gêneros (4,5). Por outro lado, poucos conseguiram reconhecer todas as fotos do bairro. Nesse aspecto, as diferenças de gênero não se destacaram.

Há que se considerar também a forma como os entrevistados se deslocam na cidade. Os roqueiros têm uma imagem da cidade vista por usuário de transporte coletivo, devido a ser este o meio de locomoção predominantemente utilizado por eles e os alecrinenses utilizam o carro como principal meio de transporte, dependendo muitas vezes de alguém para guiar o veículo - dando indícios da forma como, normalmente, eles observam os ambientes.

Verificou-se a coincidência entre lugares apontados pelos idosos como mais representativos da cidade, ou seja, ocorreram combinações entre as respostas na tarefa de reconhecimento de fotos (item 18, Apêndice A) com a indicação dos locais mais representativos da cidade (item 17). Tal constatação pode significar que eles responderam de fato para si, e não para turistas, por exemplo. Os locais mais citados foram as praias (Ponta Negra para os alecrinenses e Praia do Meio para os roqueiros) e a Cidade Alta/Grande Ponto (não havia foto), especialmente para os homens (deve-se lembrar que, no período de sua juventude, a Cidade Alta representava um importante papel para a cidade, conforme já foi mencionado). A Praia de Ponta Negra foi um dos locais mais citados em ambas as questões pelos Alecrinenses, inclusive um dos mais citados pelos *experts* e pelo senso comum. Contudo, foram poucos os que mencionaram a existência de algum tipo de relação com as suas vidas. Já para os roqueiros, a Praia do Meio foi a que esteve mais presente nas questões e, ao contrário do caso alecrinense, demonstrando o quão familiar ela é para as pessoas. Especialmente para as mulheres, a praia possuía relação com as suas vidas. Para os homens, essa relação existia com o

Forte, igualmente reconhecido na Figura 11. Parece que os roqueiros se apegaram mais ao lugar.

Nos bairros pesquisados, foram encontradas mais semelhanças do que diferenças, a começar pelas características da população estudada. São idosos que vieram de outras cidades e fincaram morada aqui numa época em que Natal passava por mudanças, conforme foi descrito no início deste capítulo.

Porém, parece que nem todos acompanharam as transformações que a cidade sofreu. Foram poucos os lugares fotografados que os idosos reconheceram, considerando a experiência de quem está há tanto tempo num mesmo local. Aparentemente o fato de saírem sozinhos não está diretamente relacionado a uma melhor percepção das paisagens da cidade, ou ainda, quem mais sai de casa não necessariamente observa mais ou tem uma melhor organização mental do espaço urbano. Há que se considerar o viés do instrumento, pois muitos confundiram os ambientes fotografados, revelando uma certa falta de atenção ou de treino em observar imagens - embora devam ser considerados outros fatores como o ângulo escolhido, que pode não ter sido o ideal, e em que elementos ou áreas das fotografias as pessoas pousavam o olhar. Por outro lado, também há que se considerar que a legibilidade dos ambientes fotografados pode ser diferente daquela dos ambientes de fato. Esses aspectos podem ter influenciado no baixo índice de reconhecimento da Praia do Meio, um local bastante relacionado às vidas dos entrevistados, especialmente para os moradores de Rocas, como já foi dito.

Foi interessante constatar que os roqueiros demonstraram ter mais afinidade com o bairro do que com a cidade, pois o local definido como o mais representativo do bairro também era aquele que tinha maior relação com suas vidas (principalmente para os homens, as respostas das mulheres variaram mais). Já com relação ao local mais representativo da

cidade, foram apontadas as Praias do Meio e Ponta Negra, porém o Forte dos Reis Magos (uma construção localizada numa área bastante próxima do bairro) foi o local mais relacionado às vidas deles, algo que era esperado, devido à localização espacial do bairro, numa região cercada de rio e mar.

A experiência de vida dos alecrinenses estava mais ligada à Praia do Meio, apesar de citarem a Praia de Ponta Negra como o local que melhor representava a cidade. Já com relação ao bairro, apontaram a Igreja São Pedro como o local mais representativo (repare-se que se trata de um marco referencial), porém as respostas variaram muito no que se referiu à relação existente entre os lugares e as suas vidas.

Ao que parece, o sentimento de apego aos lugares depende muito mais da qualidade da experiência com os ambientes. As pessoas de fato reconheciam com rapidez os lugares pelos quais circularam bastante e com os quais criaram uma relação afetiva, evidenciada através das expressões faciais e pelas lembranças evocadas, à medida que as imagens eram observadas, podendo ser também uma indicação de que as pessoas se identificam com partes da cidade, aquelas por onde passaram e das quais guardaram boas recordações.

De fato, o apego aos lugares depende não do tempo de moradia, mas da qualidade da experiência, das lembranças que estão associadas, que pode estar no presente ou no passado (Rubinstein & Parmelee, 1992).

Ainda, de acordo com a Figura 10, pode-se constatar que os moradores do Alecrim demonstraram estar mais sintonizados com a cidade do que os de Rocas, assim como os homens em relação às mulheres. Pode-se observar que os homens se destacaram na interação com o ambiente, mas não se apegando tanto a este, estando mais voltados para questões práticas, além da segurança.

Por outro lado, verificou-se, ainda, que os idosos pouco observavam o mapa do bairro, à medida que indicavam quais seriam seus limites. Talvez isso se explique em função do grau de instrução dos entrevistados; como a maioria cursou apenas o primário, atual ensino fundamental menor, talvez não estivessem acostumados a receber esse tipo de estímulo ou mesmo pensar em questões dessa natureza.

É interessante comparar rapidamente este estudo com um realizado em Paris (Moser, Ratiu & Fleury-Bahi, 2002), segundo o qual, no geral, estando bastante enraizadas no bairro, os idosos se relacionam melhor este, apesar de não serem tão apegados, e o representam com tamanho maior do que o delimitado oficialmente. Nesses termos nesta investigação ocorreu o contrário: os idosos representaram o bairro com uma área de abrangência menor do que a oficial. Pode ser que a importância dada e a leitura feita das áreas centrais dos bairros exerçam forte influência sobre a determinação do seu perímetro. Tanto é que em ambos os bairros, as pessoas se referiram ao centro do bairro como algo diferente de onde moravam, embora fazendo parte dele. Além disso, há que se considerar que se tratam de realidades diferentes, de países distintos.

Vale acrescentar também que nos dois bairros, aqui estudados, havia barreiras físicas e visuais interferindo na determinação desses limites. No Alecrim, a Base Naval provoca uma interrupção na leitura espacial dos entrevistados. Nas Rocas, a paisagem se altera, se confundindo com o bairro vizinho. Além disso, os limites dos bairros são pouco legíveis, quase ninguém consegue definir corretamente quais são, existindo confusão inclusive entre os órgãos públicos (como constatado).

Em síntese, os entrevistados estão satisfeitos com o local onde moram e tendem a responder e a enxergar o mundo a partir do seu universo mais próximo. Eles valorizam a vida intra-urbana e parece que quem sai mais de casa avalia melhor as condições do

espaço urbano. Os alecrinenses valorizaram mais o ambiente e os roqueiros valorizaram mais as pessoas - o que ficou evidenciado quando se pediu para exporem os motivos pelos quais gostavam do bairro (2). Uma das possíveis explicações, no caso de Rocas, é a densidade populacional. O bairro é um dos mais densos da cidade. Dessa forma, as pessoas, mesmo que não desejem, vivem muito próximas umas das outras e acabam por se ajudarem, pois vivem numa situação econômica desprivilegiada e muito semelhante.

A questão do gênero esteve presente ao longo da discussão, podendo-se afirmar que os homens são mais independentes do que as mulheres, o que talvez possa ser atribuído a razões culturais. Eles são de um tempo em que as mulheres ficavam em casa e os homens cuidavam do sustento - na fala de um roqueiro, isso fica bem claro: “minha mulher não sabe quanto eu ganho” e na de um alecrinense: “ela fica mais tempo em casa”. Resta ainda acrescentar que as mulheres, principalmente no bairro de Rocas, assumiram com maior facilidade o papel do outro gênero. Essa situação mostra o quanto é forte o machismo nesta sociedade, ou pelo menos para essas pessoas, cujos relacionamentos familiares (papéis e responsabilidades de gênero) se definiram em tempos passados. Contudo, conhecer a cidade e o bairro e pensar no futuro deles, parece não apresentar grandes diferenças entre homens e mulheres. Cada um conhece aquilo por onde circulou.

Quanto à perspectiva de futuro, as pessoas apresentaram uma tendência a achar que as mudanças serão sempre para melhor, mas com um importante detalhe: no que se refere aos espaços, não a si próprios. Antes de imaginar o futuro, consideram a possibilidade de estarem mortos (principalmente os mais velhos). Reclamam das dificuldades de ser velho na atualidade, pois ganham pouco e as doenças surgem. Um passado cheio de atividades (para aqueles que não saem de casa) torna-se cada vez mais distante e eles se apegam a isso, principalmente os mais velhos. Tais considerações parecem ser “coisa de velho”.

6. Considerações finais

Para o estudo da acessibilidade aos espaços urbanos, considerando a dimensão psicológica, tornou-se imprescindível especificar melhor os conceitos empregados, como a diferença entre mobilidade e acessibilidade. Ficou claro que a mobilidade é uma qualidade da pessoa e a acessibilidade uma qualidade do ambiente. A altura ideal de degraus, a inclinação de rampas, a largura de calçadas e os materiais construtivos empregados são exemplos de como se pode trabalhar o ambiente físico. Uma tarefa que é facilitada através das leis e normas técnicas que estão a serviço dos profissionais de arquitetura e engenharia.

Por outro lado, pode-se entender que o termo acessibilidade psicológica está relacionado a aspectos do ambiente físico e do imaginário das pessoas, ou seja, entendeu-se que as pessoas têm uma representação dos espaços, que lhes permite saber se estes lhes são acessíveis ou não. Foi preciso, então, verificar como as pessoas percebem os espaços, especialmente aquelas pessoas que poderiam apresentar alguma dificuldade de locomoção, como os idosos - uma parte da população que está crescendo em ritmo acelerado no Brasil.

A acessibilidade psicológica, como foi denominada neste estudo, considerando os espaços urbanos, colocou em questão as formas utilizadas pelos idosos para representação mental dos lugares em Natal, como se relacionavam com espaços da cidade e quais seriam os valores a estes atribuídos. Todavia, não se poderia deixar de investigar como os idosos se vêem diante das mudanças da cidade e como se sentem em relação à velhice.

Um trabalho dessa natureza não poderia ser realizado apenas através da linguagem verbal, foi necessário utilizar a linguagem gráfica para ajudar a inferir como

os idosos percebiam a cidade e como conseguiam reconhecer os lugares que fizeram parte do seu passado e marcaram as suas vidas.

Este estudo, por ser exploratório, remete à revisão de instrumentos e procedimentos. Ficou claro que é difícil generalizar as constatações que foram feitas, considerando o número de entrevistados, mas serviu para incrementar o debate acerca de como os idosos percebem a acessibilidade da cidade. Com relação à entrevista, a tarefa de definição do percurso, especialmente, poderia ter sido real, caminhando-se ao lado da pessoa, que mostraria os caminhos *in loco*. Talvez um estudo posterior pudesse comparar faixas etárias diferentes para ver como a acessibilidade psicológica pode variar de acordo com a idade.

Os idosos demonstraram pouca ou nenhuma familiaridade com os recursos gráficos. Em primeiro lugar, ao ser solicitado o desenho do percurso realizado para o local mais freqüentado no bairro, a partir de sua residência, a maioria não se dispôs a fazê-lo. Os poucos que se aventuraram nessa empreitada o fizeram razoavelmente, achando aquela tarefa divertida. Entre as pessoas que fizeram bem os desenhos estavam aquelas que tiveram a necessidade de aprender e guardar em suas memórias aqueles caminhos, como foi o caso de um motorista e um militar. Em segundo lugar, quando se pedia para demarcar no mapa os limites do bairro, a maioria não olhava para a figura enquanto ia descrevendo o caminho ou citando os marcos de referência. Por último, na tarefa de reconhecimento de fotos, as pessoas olhavam muito rapidamente as imagens e arriscavam dizer quais seriam os lugares, mas muitos confundiam as paisagens.

Não se pode afirmar com certeza que todos os idosos apresentam tais características, porque estas constatações poderiam estar associadas ao viés do instrumento, ou seja, havia fotos recentes e antigas, os ângulos de visada podiam ser diferentes daqueles vistos normalmente por eles. Pode-se observar, também, que eles

tendiam a pousar o olhar sobre determinado ponto da foto e reforçavam a afirmação de que não saíam muito de casa, o que influencia bastante no reconhecimento dos ambientes. De fato, comprovou-se que aqueles idosos não costumam sair muitas vezes.

Destacou-se no estudo a questão de gênero, seja em questões relacionadas à pessoa ou ao ambiente. Com relação à pessoa, as mulheres demonstraram ser mais abertas no que diz respeito a assumir o papel do outro gênero. Foi mais fácil para elas afirmar que, se fossem do sexo oposto, conheceriam de forma diferente a cidade e o bairro, ao passo que os homens não conseguiam se ver como mulheres na relação com os ambientes.

Observou-se que os homens também se mostraram mais convencionais do que as mulheres, ao apontarem e reconhecerem com mais facilidade os pontos da cidade de maior vocação turística, como as praias, em especial a de Ponta Negra, além de citarem o bairro da Cidade Alta, uma das áreas mais antigas da cidade.

Em outra tarefa, a de traçar o perímetro do bairro, os homens seguiram mais à risca o que foi pedido. Eles conseguiam, em sua maioria, definir o percurso através de uma seqüência de ruas, mesmo sem olhar o mapa (em alguns casos). As mulheres tenderam a citar mais marcos de referência, ao definir os limites do bairro. Talvez essa constatação esteja associada à forma como elas se orientam dentro do bairro, uma vez que ficou confirmado que, em geral, os homens circulam mais do que as mulheres.

Ainda com relação aos limites dos bairros, uma constatação chama a atenção: a grande maioria dos entrevistados definiu os limites dos bairros em dimensões menores do que as determinadas oficialmente. Em ambos os casos, havia situações que contribuíram para tais configurações. No Alecrim, a área ocupada pela Base Naval, dificultando o acesso físico e visual das pessoas, que impede que se defina o rio como um dos limites e, nas Rocas, a região limítrofe com a Ribeira, caracterizada por

construções que mais se assemelham às encontradas na Ribeira, como os armazéns. Independentemente das justificativas, surge a questão: de que tamanho deve ser um bairro? Onde se encaixa o cidadão no momento em que os limites vão sendo definidos? Ele é envolvido? Considerando que o conceito de bairro é subjetivo, conforme foi visto neste estudo, a Base Naval, por si, não poderia ser um bairro? Os idosos definiram a área que eles tinham certeza ser pertencente ao bairro, tanto é que alguns definiram áreas mais abrangentes, reforçando o caráter subjetivo da definição de bairro. Isso pode demonstrar o quanto as pessoas ficam à margem das definições legais, muitas vezes por falta de divulgação.

Com relação ao futuro da cidade e do bairro, os idosos apresentaram um dado muito interessante, eles conseguiram imaginar o futuro do ambiente, mas excluíram a sua presença, considerando que poderiam estar mortos. Aliás, isso parece ser uma das “coisas de velho”, pois uma das expectativas de quem envelhece é achar que a morte está próxima.

Em vários momentos da investigação constatou-se que as pessoas reconhecem os ambientes, mas não se vêem nele. Para eles não se materializa a relação pessoa-ambiente. Se há essa dissociação entre essas pessoas e os seus ambientes, então aquela perspectiva de os idosos contribuírem para a sustentabilidade urbana, como sugerido no início deste trabalho, fica seriamente comprometida porque eles não estão envolvidos com o espaço, não se identificam com este, tornando-se mais difícil a tarefa de transmitir às gerações futuras a experiência espacial. Os espaços precisariam ser mais “lugares” para esses idosos, a fim de que se pudesse confiar na sua contribuição para a sustentabilidade (Tuan, 1983). A única exceção ocorreu com as igrejas. Elas foram reconhecidas por unanimidade e apontadas como os espaços mais representativos dos bairros, em ambos os casos. Considerando-se a tradição religiosa da sociedade em

questão, nos idosos essa característica é mais forte, como foi tratado neste estudo, ou ainda, a religiosidade pode ser decorrente do vínculo estabelecido ao longo dos anos, no momento cultural em que se estabelece um padrão de vida.

Das questões relacionadas à acessibilidade física da cidade, destaca-se aquela relativa à opinião sobre calçadas e ruas. Muitos dos entrevistados apontaram a falta de homogeneidade na altura das calçadas, o que dificulta muito a vida dos pedestres. Tal constatação faz pensar sobre como a cidade está planejada para os veículos. Não há uma política especial para a definição das calçadas, cada proprietário é responsável pela construção da sua. É uma área pública, que é privatizada. É tão preocupante para os idosos, que eles lembraram das verdadeiras muretas que são construídas entre as calçadas e da irregularidade das pavimentações, dificultando a caminhada de muitos, usando a rua, por não conseguir utilizar a calçada e, assim, dividindo aquele espaço com os veículos, aumentando o perigo de andar na cidade.

Verificou-se, ainda, que um dos bairros mais freqüentados pela maioria dos entrevistados é a Cidade Alta. Os idosos chegaram a fazer comparações com o próprio bairro, além de mencionarem a existência de lixo, a falta de espaço nas calçadas, etc.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a cidade é em parte psicologicamente acessível para os idosos. Eles conseguiram avaliar que a acessibilidade física não estava boa, porém em diferentes níveis. Na região mais próxima de suas residências (dentro do bairro), forneceram detalhes acerca do espaço físico; no universo intermediário (o bairro da cidade Alta, por exemplo), apresentaram algumas informações e na área mais distante (a cidade como um todo), não mencionaram detalhes.

A qualidade da experiência ambiental dos idosos está relacionada à sua mobilidade e à acessibilidade física e psicológica. Entendê-las ajudará a definir e planejar os espaços por onde estas pessoas continuarão a circular. Saber que haverá

mais espaços para circular com facilidade poderá aumentar as chances de convívio entre as pessoas e as possibilidades de haver ambientes mais carregados de significados afetivos. E em ambientes assim, ou com lugares assim, as pessoas poderão cuidar mais e melhor, porque sentem que estes lhes pertencem. Mas isso só será possível se, antes, a pessoa tiver acesso ambiental garantido, ou ainda, se souber disso.

7. Referências bibliográficas

- Almeida, M. D. (1997). *Do redimensionamento da cidadania burguesa à (des)cidadania: bem estar, exclusão e educação escolar*. Tese de doutorado não publicada, Departamento de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte.
- Amengual, C. (1994). Barreiras arquitetônicas. In Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). (Org.), *Anais do Curso Básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico – Anais do VI SIAMF Seminário sobre Acessibilidade ao Meio Físico* (p. 34-42). Brasília: Autor.
- Amérigo, M. (1998). Ambientes residenciais. In J. I. Aragonés & M. Amérigo (Orgs.), *Psicologia ambiental* (pp. 173-193). Madrid: Pirâmide.
- Andrade, C. R. (1995). A morte do lugar público. In C. Monteiro (Org.), *Anais do Seminário Interdisciplinar Cidade e Produção do Cotidiano* (pp. 149-154). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional, Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR.
- Araújo, R. G. (1995). *O meio urbano adaptado aos idosos: intervenção físico-ambiental no centro de Natal*. Trabalho de graduação não-publicado, Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Araújo, R. G. (1999). *A mobilidade como fator de saúde na terceira idade*. Monografia não-publicada, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (1994). *NBR 9050 – 1994: acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: Autor.
- Baltes, P. B., & Smith, J. (1995). Psicologia da sabedoria: origem do desenvolvimento. In A. L. Neri (Org.), *Psicologia do envelhecimento* (pp. 41-72). São Paulo: Papyrus.
- Barroso, M. J. L. C. (1997). Carta de uma idosa. In Secretaria de Assistência Social (Org.), *Anais da II Conferência Nacional de Assistência Social* (pp. 17-19). Brasília: Autor.
- Belk, R. W. (1992). Attachment to possessions. In I. Altman & S. M. Low (Orgs.), *Place attachment* (pp. 37-62). Nova Iorque: Plenum.
- Bell, P. A., Greene, T. C., Fisher, J. D. & Baum, A. (1996). *Environmental psychology* (4^a ed.). Fort Worth: Harcourt Brace.
- Berquó, E. (1996). Algumas considerações demográficas sobre o envelhecimento da população no Brasil. In Ministério da Assistência e Previdência Social (Org.),

Anais do I Seminário Internacional “Envelhecimento populacional: uma agenda para o final do século” (pp. 16-34). Brasília: Autor.

- Bindé, P. J. (1998). *Mobilidade*. Manuscrito não-publicado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Boueri Filho, J. J. (1991). *Antropometria aplicada a arquitetura, urbanismo e desenho industrial*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.
- Cabral Neto, A. (2000). Política educacional brasileira: novas formas de gestão. In A. Cabral Neto & O. H. Yamamoto (Orgs.), *O psicólogo e a escola* (pp. 25-57). Natal: EDFRN.
- Cabral, M. J. (1999). *Relação sociedade/natureza em unidades de conservação: o caso do Parque Estadual das Dunas de Natal*. Dissertação não-publicada, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Canter, D. (1974). *Psychology for architects*. Londres: Applied Science.
- Capra, F. (1982). *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix.
- Carneiro, C., & Bindé, P. J. (1997). A psicologia ecológica e o estudo dos acontecimentos da vida diária. *Estudos de Psicologia*, 2(2), 363-376.
- Carp, F. M. (1987). Environment and aging. In D. Stokols & I. Altman (Orgs.), *Handbook of environmental psychology* (pp. 329-355). Nova Iorque: John Wiley & Sons.
- Cascudo, L. C. (1980). *História da cidade do Natal*. Natal: Civilização Brasileira.
- Chopra, D. (1994). *Corpo sem idade, mente sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Cohen, R., & Duarte, C. R. (2000). A percepção ambiental de pessoas com dificuldade de locomoção: uma contribuição para projetos acessíveis visando a inclusão psicossocial no ambiente construído. In Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - PROARQ/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/ UFRJ (Org.), *Anais do Seminário Internacional Psicologia e Projeto do Ambiente Construído* (Cd-rom). Rio de Janeiro: Autor.
- Conde, G. C. (1994). Arquitetura para todos. In Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). (Org.), *Anais do Curso Básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico – Anais do IV SIAMF Seminário sobre Acessibilidade ao Meio Físico* (pp. 92-95). Brasília: Autor.
- Corraliza, J. A. (1996). Procesos psicosociales y marcos físicos. In F. J. Morales (Org.), *Psicología Social* (pp. 43-65). Madri: McGraw-Hill.
- Costa, A. A. (2000a). A verticalização de Natal: elemento de transformações sócio-espaciais. In G. P. Oliveira, E. B. F. Trigueiro & M. H. A. Pinheiro (Orgs.), *Anais do 6º Seminário de história da cidade e do urbanismo* (CD-rom). Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – UFRN.

- Costa, M. H. B. V. (2000, 30 de setembro). Experimentando a cidade. *Diário de Natal, Da Vinci: textos acadêmicos*, p. 4.
- Costa, V. R. (1999, junho). [A incerteza do futuro nas urbes, entrevista com Jorge Wilhelm]. *Ciência Hoje*, 25(150), 6-10.
- Cullen, G. (1993). *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70.
- Debert, G. G. (1996). As representações (estereótipos) do papel do idoso na sociedade atual. In Ministério da Assistência e Previdência Social (Org.), *Anais do I Seminário Internacional "Envelhecimento populacional: uma agenda para o final do século"* (pp. 35-45). Brasília: Autor.
- Deecken, A. (1997). *Saber envelhecer* (3ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Dias, T. (1999, setembro). Os idosos pedem passagem. *Família Cristã*, (765), 14-17.
- Donfut, C. A. (1980). Lazer e aposentadoria: aspectos conceituais. *Cadernos da Terceira Idade*, 5, 7-10.
- Elali, G. A. (1997). Psicologia e arquitetura: em busca de um "locus" interdisciplinar. *Estudos de Psicologia*, 2(2), 349-362.
- Esteves, B. (1998, abril). Brasil de cabelos brancos. *Ciência Hoje*, 23(137), 18-21.
- Franco, M. A. R. (2000). *Planejamento ambiental para a cidade sustentável*. São Paulo: Annabluma/FAPESP.
- Galindez, J. (1994). Prática introdutória. In Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). (Org.), *Anais do Curso Básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico – Anais do IV SIAMF Seminário sobre Acessibilidade ao Meio Físico* (p. 25). Brasília: Autor.
- Gifford, R. (1997). *Environmental psychology: principles and practice* (2ª ed.). Boston: Allyn & Bacon.
- Goldstein, L. L. (1993). Desenvolvimento do adulto e religiosidade: uma questão de fé. In A. L. Neri (Org.), *Qualidade de vida e idade madura* (pp. 83-108). São Paulo: Papirus.
- Golledge, R. G. (1991). Environmental cognition. In D. Stokols & I. Altman (Orgs.), *Handbook of environmental psychology*. Malabar, Flórida: Krieger.
- Gomes, M. V. S., & Pinheiro, J. Q. (1998). Influência do gênero em mapas cognitivos do mundo de universitários brasileiros. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 145-151.
- Grayson, P. J. (1991). The best of design for the elderly. In W. Preiser, J. Vischer & E. White (Orgs.), *Design intervention: toward a more humane architecture*. Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold.

- Groves, M (2000-2001). Internacional Classification of Functioning, Disability and Health. *Bulletin of People-Environment Studies*, 17, 5-8.
- Guimarães, M. P. (1996). A graduação da acessibilidade ambiental: uma proposta didática. *Cadernos de resumo do NUTAU'96*. São Paulo: FAU-USP/FUPAM.
- Hall, E. (1977). *A dimensão oculta*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. (originalmente publicado em 1966)
- Hoofpman, V. (Org.). (1995). *Best practices: sustainable living in Netherlands*. Rotterdam: "11 Woning" Housing Association/Homeless Foundation.
- Hubback, J. (1996). The archetypal senex: An exploration of old age. *Journal of Analytical Psychology*, 41(1), 3-18.
- Iida, I. (1990). *Ergonomia: projeto e produção*. São Paulo: Edgard Blücher.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1998). *Tendências demográficas: uma análise dos censos demográficos e da contagem da população 1996*. Rio de Janeiro: Autor.
- Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEC). (1997). *Plano de desenvolvimento sustentável do RN*. Natal: IDEC/SEPLAN.
- Juncà, J. A. U. (1994). Mobilidade e transporte acessível. In Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). (Org.), *Anais do Curso Básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico – Anais do IV SIAMF Seminário sobre Acessibilidade ao Meio Físico* (p. 58-73). Brasília: Autor.
- Juncà, J. A. U. (1997). *Diseño universal: factores clave para la accesibilidad integral*. Castilla-la Mancha, España: COCEMFE.
- Kalache, A. (1996). Envelhecimento no contexto internacional: a perspectiva da Organização Mundial da Saúde. In Ministério da Assistência e Previdência Social (Org.), *Anais do I Seminário Internacional "Envelhecimento populacional: uma agenda para o final do século"* (pp. 13-15). Brasília: Autor.
- Kalache, A., Veras, R. P., & Ramos, L. R. (1987). O envelhecimento da população mundial: um desafio novo. *Saúde Pública*, 21(3), 200-210.
- Lapenta, V. H. S. (1996). *A comunidade e o idoso*. São Paulo: Santuário.
- Lawton, M. P. (1987). Methods in environmental research with older people. In R. B. Bechtel, R. W. Marans & W. Michelson (Orgs.), *Methods in environmental and behavioral research* (pp. 337-360). Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold.
- Léa, M. (1989). *Quem tem medo de envelhecer?* Rio de Janeiro: Salamandra.
- Lee, T. (1977). *Psicologia e meio ambiente*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Lima, D. C. (1999). *Natal: biografia de uma cidade*. Rio de Janeiro: Lidoar.
- Lopes Júnior, E. (1997). *A construção social da cidade do prazer: urbanização turística, cultura e meio ambiente em Natal*. Tese de doutorado não-publicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.
- Low, S. M., & Altman, I. (1992). Place attachment. In I. Altman & S. M. Low. *Place attachment* (pp. 1-12) Nova Iorque: Plenum.
- Lucena, S. M. F. (1991). *Projeto de habilitação em atendimento ao idoso destinado ao pessoal de apoio do asilo "Lar Espirita da Vovozinha"*. Monografia não-publicada, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Lynch, K. (1984). *La imagen de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili (originalmente publicado em 1960).
- Magalhães, D. N. (1982, outubro/dezembro). Aspectos demográficos, culturais e econômicos do envelhecimento. *Boletim de Intercâmbio*, 3(12), 5-12.
- Marans, R. W., Hunt, M. E., & Vakalo, K. L. (1984). Retirement communities. In I. Altman, M. P. Lawton & J. F. Wohlwill (Orgs.), *Elderly people and the environment* (pp. 57-93). Nova Iorque: Plenum.
- Mattos, F. B., Truccolo, A., Medeiros, P. F., Silva, C. E., & Mello, D. C. (1998). Gênero e as percepções das pessoas na terceira idade. *PSICO*, 29(2), 83-106.
- Milgram, S. (1970). The experience of living in cities: adaptations to urban overload create characteristic qualities of city life than can be measured. *Science*, 167, 1461-1468.
- Mineiro, F. (1998). *Natal em perfil: por uma cidade cidadã* (2ª ed.). Natal: RN Econômico.
- Ministério da Previdência e Assistência Social (1996). *Plano de ação governamental integrado para o desenvolvimento da política nacional do idoso*. Brasília: Autor.
- Ministério da Previdência e Assistência Social (1998, outubro). *Política nacional de assistência social*. Brasília: Autor.
- Miranda, J. M. F. (1999). *Evolução urbana de Natal em 400 anos: 1599-1999*. Natal: Governo do Rio Grande do Norte/Prefeitura Municipal de Natal.
- Moragas, R. M. (1997). *Gerontologia social: envelhecimento e qualidade de vida*. São Paulo: Paulinas.
- Moreno, E., & Pol, E. (1999). *Nociones psicosociales para la intervención y la gestión ambiental* (Monografias Socio-Ambientales, nº 14). Barcelona: Universitat de Barcelona.

- Moser, G., Ratiu, E., & Fleury-Bahi, G. (2002). Appropriation and interpersonal relationships: from dwelling to city through the neighborhood. *Environment and Behavior*, 34(1), 122-136.
- Mucida, A. M. S. (1996). Sexualidade e idoso: uma visão psicanalítica. *Cadernos de Psicologia*, 4(5), 19-21.
- Muniz, J. A. (1997). Programa de preparação para o amanhã. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 198-204.
- Nascimento Neto, A., & Simonetti, E. (1998, 04 de novembro). As bolas da vez. *Veja*, 44, 42-47.
- Neri, A. L. (1995). Psicologia do envelhecimento: uma área emergente. In A. L. Neri (Org.), *Psicologia do envelhecimento* (pp. 13-40). Campinas: Papirus.
- Okuma, S. S. (1997). Atividade física, qualidade de vida e velhice: uma perspectiva existencial. In Guedes, O. C. (Org.), *Atividade física: uma abordagem multidimensional* (pp. 119-123). João Pessoa: Idéia.
- Oliveira, G. P. (1999). *De cidade à cidade: o processo de modernização do Natal 1809/1913*. Natal: EDUFRN.
- Onofre Jr., M. (1996). *Guia da cidade do Natal* (3ª ed.). Natal: EDUFRN.
- Pinheiro, J. Q. (1997). Psicologia ambiental: a busca de um ambiente melhor. *Estudos de Psicologia*, 2(2), 377-398.
- Pinheiro, J. Q., & Elali, G. A. (1997). Comportamento sócio-espacial humano. Manuscrito não-publicado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Pinheiro, J. Q., Elali, G. A., Azevedo, A. V. M., & Costa, A. C. R. (1999). *Condições de adaptação humana à Reserva Biológica do Atol das Rocas*. Relatório de pesquisa não publicado apresentado à Reserva Biológica do Atol das Rocas, IBAMA, Natal/RN.
- Prefeitura Municipal de Natal. (1992, 04 de junho). Lei nº 4.090, de 03 de junho de 1992. *Diário Oficial*, p. 9-11.
- Preiser, W., Gray, C., Heath, D., Fische, E., Gendron, P., Green, S., & Johnson, J. (1978). *Public building accessibility: a self evaluation guide*. Albuquerque, New Mexico: University of New Mexico.
- Rapoport, A. (1978). *Aspectos humanos de la forma urbana*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Riley, R. B. (1992). Attachment to the ordinary landscape. In I. Altman & S. M. Low. *Place attachment* (pp. 13-36). Nova Iorque: Plenum.
- Rodrigues, A. B. (1997). *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec.

- Rodrigues, R. A. P., Diogo, M. J. D., & Barros, T. R. (1996). O envelhecimento do ser humano. In R. A. P. Rodrigues & M. J. D. Diogo (Orgs.), *Como cuidar dos idosos* (pp. 11-16). São Paulo: Papirus.
- Rojas, C. (1994). Normas técnicas. In Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), *Anais do Curso Básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico – Anais do IV SIAMF Seminário sobre Acessibilidade ao Meio Físico* (pp. 53-55). Brasília: Autor.
- Rosa, M. (1984). *Psicologia evolutiva: psicologia da idade adulta*. Petrópolis: Vozes.
- Rowles, G. D. (1984). Aging in rural environments. In I. Altman, M. P. Lawton & J. F. Wohlwill (Orgs.), *Elderly people and the environment* (pp. 129-157). Nova Iorque: Plenum.
- Rubinstein, R. L., & Parmelee, P. A. (1992). Attachment to place and the representation of life course by the elderly. In I. Altman & S. M. Low (Orgs.), *Place attachment* (pp. 139-164). Nova Iorque: Plenum.
- Salgado, M. A. (1982). O significado da velhice no Brasil: uma imagem da realidade latino-americana. *Cadernos da Terceira Idade*, 10, 7-13.
- Sarriá, E., Aragonés, J. I., & Campos, F. J. (1986). Diseño arquitectónico: barreras ambientales. In F. Jiménez Burillo, & J. I. Aragonés (Orgs.), *Introducción a la Psicología Ambiental* (pp. 211-227). Madrid: Alianza.
- Shachter-Shalomi, Z., & Miller, R. S. (1996). *Mais velhos mais sábios: uma visão nova e profunda da arte de envelhecer*. Rio de Janeiro: Campus.
- Silva, E. B. N., & Neri, A. L. (1993). In A. L. Neri (Org.), *Qualidade de vida e idade madura* (pp. 213-236). São Paulo: Papirus.
- Silva, E., Fioravanti, C., & Leite, M. (1994, janeiro). A caminho dos 150 anos. *Globo Ciência*, 32-42.
- Silva, M. C. S. (1996). A família e o idoso. *Cadernos de Psicologia*, 4(5), 22-25.
- Sommer, B. B., & Sommer, R. (1997). *A practical guide to behavioral research* (4ª ed.). Nova Iorque: Oxford.
- Souza, C. L. (1998) Cognição ambiental e leitura da paisagem urbana: teoria e prática. In L. Oliveira & L. M. C. P. Machado (Orgs.), *3º Encontro interdisciplinar sobre o estudo da paisagem* (pp. 15-26). Rio Claro: UNESP.
- Souza, I. (2001). *Nova história de Natal* [Fascículos 10, 16 e 17]. Natal: Diário de Natal.
- Steinfeld, E. (1994). Arquitetura através do desenho universal. In Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) (Org.), *Anais do Curso Básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico – Anais do IV SIAMF Seminário sobre Acessibilidade ao Meio Físico* (pp. 87-89). Brasília: Autor.

- Taylor, J. G., Zube, E. H., & Sell, J. L. (1987). Landscape assessment and perception research methods. In R. B. Bechtel, R. W. Marans & W. Michelson (Orgs.), *Methods in environmental and behavioral research* (pp. 361-393). Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold.
- Tuan, Y. (1980). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel.
- Tuan, Y. (1983). *Espaço e lugar*. Rio de Janeiro: Difel. (originalmente publicado em 1977)
- Ubiria, M. (1994). Prática introdutória. In Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) (Org.), *Anais do Curso Básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico – Anais do IV SIAMF Seminário sobre Acessibilidade ao Meio Físico* (p. 25). Brasília: Autor.
- Veras, R. (1999). As conseqüências sociais e econômicas decorrentes da mudança do perfil demográfico de um jovem país de cabelos brancos. In Seção de Minas Gerais da Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria (Org.), *Seminário Educação e Terceira Idade* (pp. 43-50). Belo Horizonte: Associação Nacional de Gerontologia.
- Wicker, A. W. (1979). *An introduction to Ecological Psychology*. Monterey, Califórnia: Brooks/Cole.
- Zevi, B. (1989). *Saber ver arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes.

Apêndice

Apêndice A – Roteiro de entrevista

Apêndice B – Fotografias de Natal

Apêndice C – Fotografias do bairro do Alecrim

Apêndice D – Fotografias do bairro de Rocas

Apêndice A
Roteiro de entrevista

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Bairro _____ Entrevistado _____ Idade _____

Sexo _____

Estado civil _____ Ocupação _____ Mora com _____

N.º de pessoas no lar _____ Grau de instrução _____ Renda _____
familiar Observações

1. Tempo de residência em Natal e no bairro
2. O que mais gosta no seu bairro (pontos positivos)?
3. Quais os lugares que mais frequenta no bairro? (marcar no mapa)
4. O que torna o seu bairro diferente dos outros?
5. O que menos gosta no seu bairro (pontos a melhorar)?
6. Descreva um dia típico (Em geral, como é seu dia?)
7. Durante a semana, costuma passear pelo bairro? Se sim, qual a frequência? Se não, por quê?
8. Como está a qualidade das ruas e calçadas do seu bairro? (Apontaria algo para melhorar?)
9. Tem alguma coisa no ambiente do bairro que impede ou dificulta suas saídas (circular)?
10. Quais são os limites do bairro? (marcar no mapa)
11. Durante a semana, com que frequência visita outros bairros?
12. Que meio de transporte utiliza? Vai só?
13. Tem algum tipo de problema que dificulte a sua locomoção?
14. Você mudaria do bairro, se pudesse escolher? Se sim, para onde? Se não, por quê?

15. Vai a todos os lugares da cidade que gostaria de ir? Quais e por quê?
16. Como está a qualidade das ruas e calçadas da cidade como um todo?
17. Que lugares da cidade representam melhor Natal? (ao longo da sua vida e atualmente)
18. Observando essas fotografias é capaz de identificar os locais? O que representa melhor Natal e o que tem mais relação com a sua vida? (fazer a mesma pergunta para o bairro)
19. Daqui a 10 anos, como imagina que será o seu bairro e a cidade?
20. Se fosse homem (mulher) o que mudaria nas respostas anteriores?
21. Você se considera um natalense? Se considera um legítimo morador do seu bairro?
22. Quantas pessoas amigas você tem (mais do que conhecidas, inclusive família)? _____
- () Amiga () Íntima () Homem () Mulher () Parente () Não Parente
- Onde mora? () No bairro () Em otro bairro () Fora de Natal.
- Onde se encontram? _____
- Com que frequência? () Mais de 1 x / semana () Semanal/quinzenal () mensal ou mais
- O que achou da entrevista?

Apêndice B
Fotografias de Natal



N1. Parque Estadual Dunas do Natal
Foto: Elmo Marinho



N4. Pedra do Rosário
Foto: Vinícius P. Albino



N7. Fortaleza dos Reis Magos
Cartão postal



N2. Praia do Meio (aérea)
Foto: da autora



N5. Estádio de Futebol "Machadão"
Foto: Vinícius P. Albino



N8. Farol de Mite Luiza
Cartão postal



N3. Praia do Meio (nível)
Foto: da autora



N6. Ponte de Igapó
Foto: Vinícius P. Albino



N9. Praia de Ponta Negra
Cartão postal

Apêndice C
Fotografias do bairro do Alecrim



A1. Relógio na Praça Geníl Ferreira
Foto: Vinícius P. Albino



A3. Parada em frente ao banco Bradesco
Foto: Vinícius P. Albino



N2. Camelódromo
Foto: Vinícius P. Albino



A4. Feira
Foto: Vinícius P. Albino



A5. Parada e lojas da Av. 2
Foto: Vinícius P. Albino



A6. Mercado Público
Foto: Vinícius P. Albino



A7. Igreja São Pedro
Foto: Vinícius P. Albino

Apêndice D
Fotografias do bairro de Rocas



R1. Escola Estadual Isabel Gordim
Foto: Vinícius P. Albino



R2. O Galo Branco (Mercataria)
Foto: Vinícius P. Albino



R3. Igreja da Sagrada Família
Foto: Vinícius P. Albino



R4. Feira
Foto: Vinícius P. Albino



R5. Praça do "redondo"
Foto: Vinícius P. Albino



R6. Hospital dos Pescadores
Foto: Vinícius P. Albino



R7. Canto do Mangue
Foto: Vinícius P. Albino

Lista de Anexos

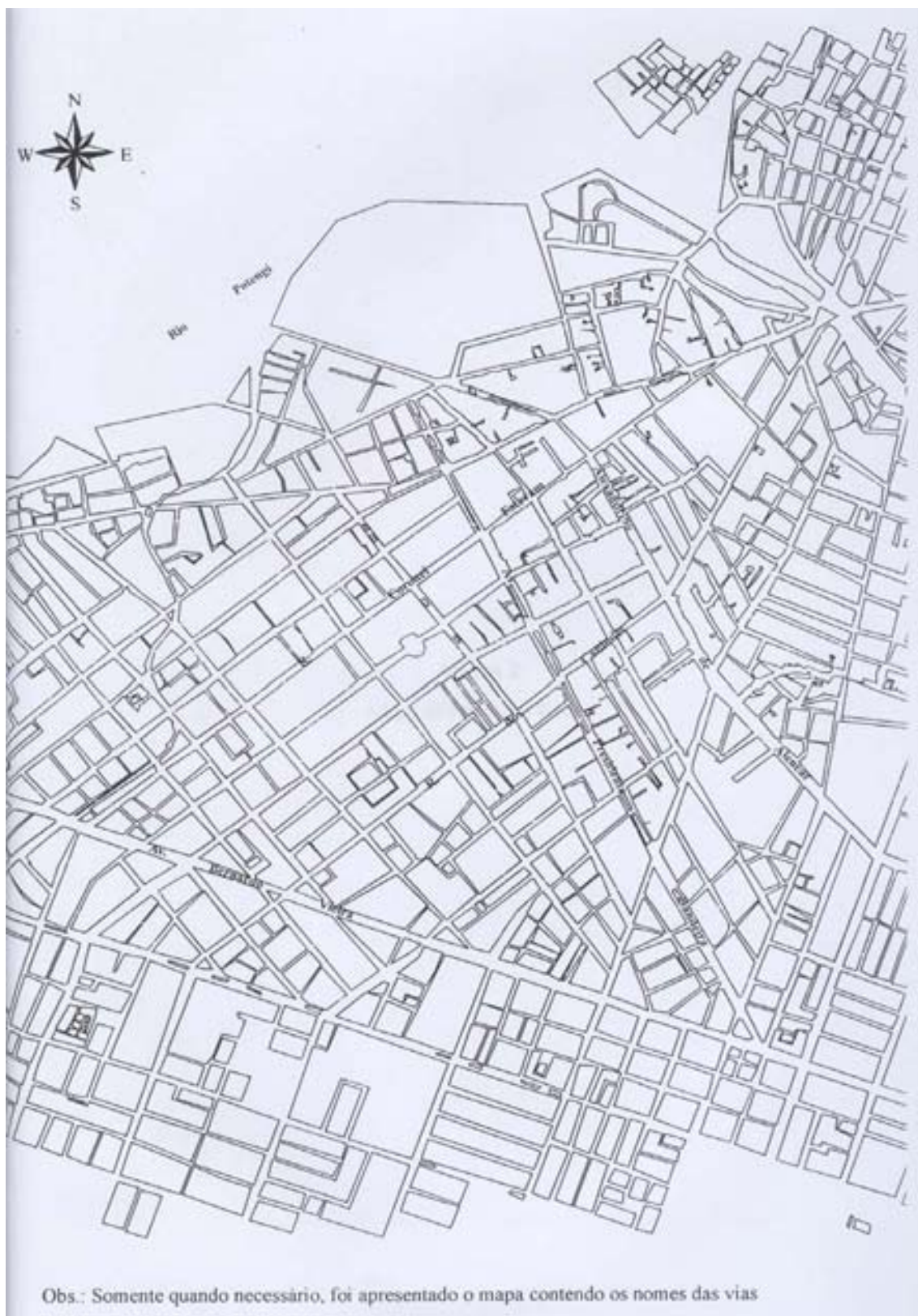
Anexo 1 – Mapa do bairro do Alecrim

Anexo 2 – Mapa do bairro das Rocas

Anexo 3 – Mapeamento da distribuição de idosos em Natal

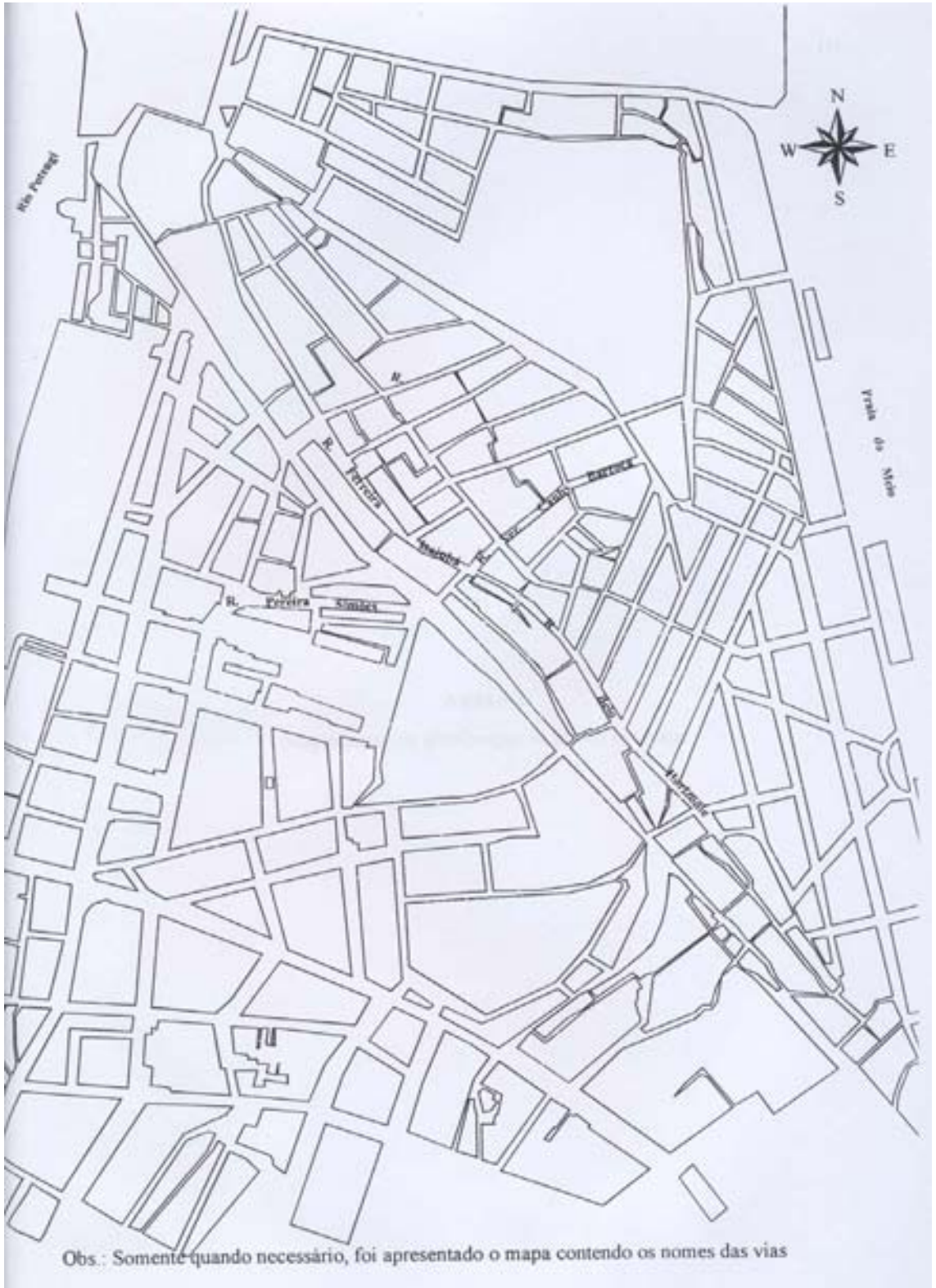
Anexo 4 – Carta de Apresentação

Anexo 1
Mapa do bairro do Alecrim



Obs.: Somente quando necessário, foi apresentado o mapa contendo os nomes das vias

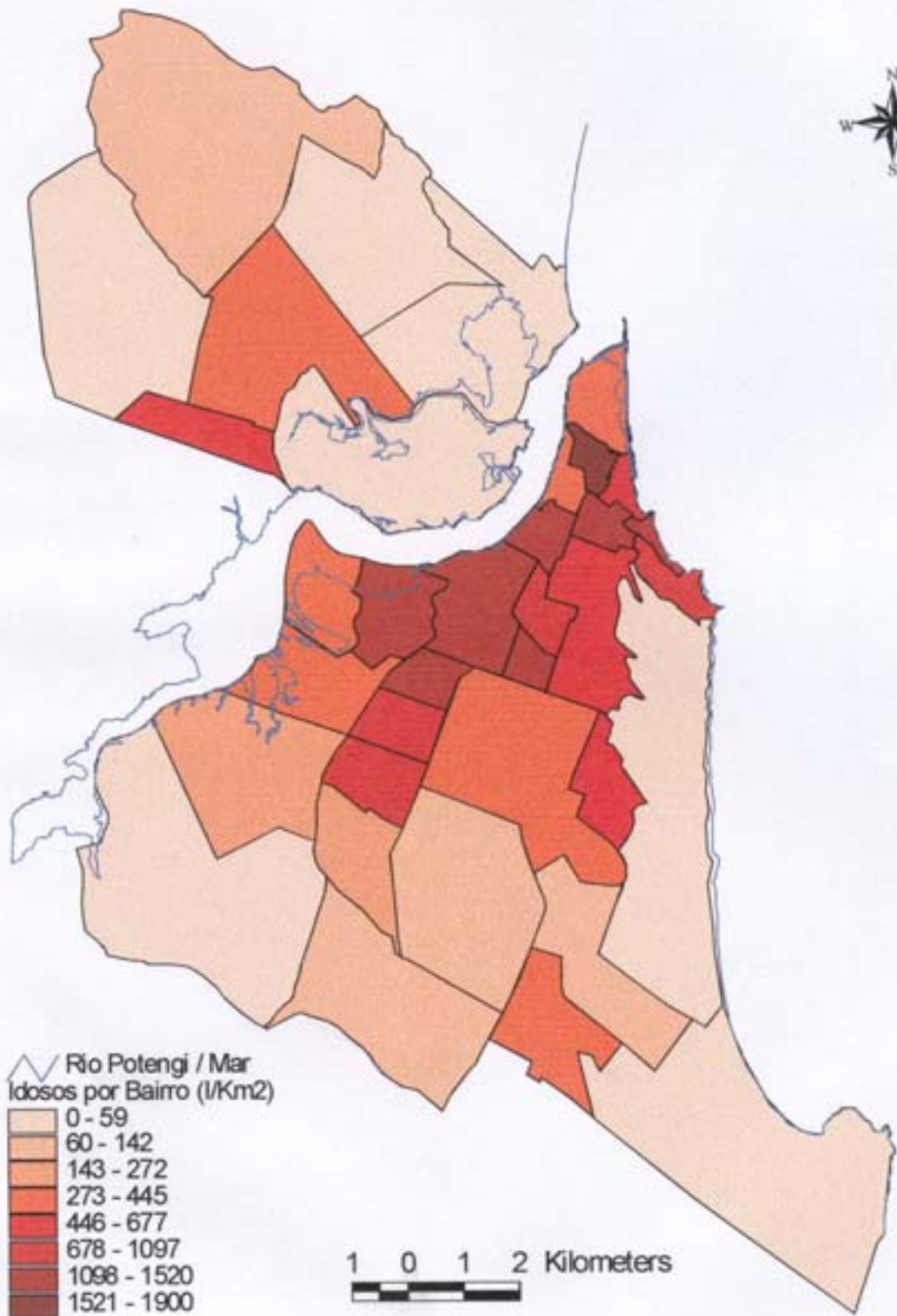
Anexo 2
Mapa do bairro das Rocas



Obs.: Somente quando necessário, foi apresentado o mapa contendo os nomes das vias

Anexo 3
Mapeamento da distribuição de idosos em Natal

MAPEAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DE IDOSOS EM NATAL



Anexo 4
Carta de Apresentação

Natal, 10 de agosto de 2001

Prezado Senhor/ Prezada Senhora,

A portadora desta CARTA DE APRESENTAÇÃO, *Rosineide Gomes de Araújo*, é aluna regular do Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A pesquisa que Rosineide está realizando exige que ela entreviste moradores da cidade de Natal e, por isso, solicitamos sua colaboração no sentido de participar da entrevista, pelo que antecipadamente agradecemos.

Para quaisquer esclarecimentos adicionais porventura necessários, indicamos o orientador de Rosineide, Prof. José Q. Pinheiro, que poderá ser contatado através dos meios indicados abaixo.

Cordialmente,

(original assinado)

Dra. Livia O. Borges
Coordenadora PPgPsi

(original assinado)

Dr. José Q. Pinheiro
Professor Orientador